

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SOCIABILIDADE

Marcela Dantas

O papel discursivo do especialista:
em debate, o trânsito nos minipúblicos e nos *media*

Belo Horizonte
2011

Marcela Dantas

**O PAPEL DISCURSIVO DO ESPECIALISTA:
em debate, o trânsito nos minipúblicos e nos *media***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação Social.

Área de concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea
Linha de pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rousiley Celi Moreira Maia

Co-orientador: Prof. Dr. Pedro Santos Mundim

Belo Horizonte
2011

Marcela Dantas

O PAPEL DISCURSIVO DO ESPECIALISTA:
em debate, o trânsito nos minipúblicos e nos *media*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação Social.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Rousiley Celi Moreira Maia
(Orientadora)
UFMG

Prof. Dr. Pedro Santos Mundim
(Co-orientador)
UFG

Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça
UFMG

Prof. Dr. Ronaldo Guimarães Gouvêa
UFMG

Belo Horizonte, 13 de Junho de 2011

A minha mãe, que é Maria Santíssima presente em minha vida.

Agradecimentos

É chegada a hora de alçar novos voos. Mas, não sem antes agradecer aqueles que percorreram esta estrada comigo e que a fizeram mais prazerosa e me fortaleceram. Antes e acima de tudo, agradeço a Deus. Sei que Ele esteve comigo em cada passo dado deste processo, em cada lágrima e em cada sorriso que brotaram durante esta caminhada. À Maria Santíssima, minha Mãe e protetora, que me deu a graça de entrar e concluir o tão sonhado mestrado. Não há um dia sequer em minha vida que Ela não passe à minha frente e resolva meus problemas antes que eles cheguem a mim.

Aos meus familiares, fonte de amor maior e compreensão. Ao papai, pelo esforço diário em me fazer feliz e me dar tudo aquilo que ele não pôde ter. À Nanda (Toti), minha alegria e minha companheira, a primeira a torcer e a compreender a importância desta jornada. Ao Pedrinho, que deu cor e vida aos momentos de estresse. Você enche nossa casa de sorrisos. E, por fim, à mamãe: aquela que abriu mão de seus sonhos para que eu pudesse sonhar os meus. Exemplo de ser humano, bondade e carinho. Esteve comigo em cada segundo do meu percurso. Minha mãe, fonte do mais puro e incondicional amor, você é Deus unguendo minha vida e esta vitória é sua, muito mais que minha. Amo vocês família!

Agradeço também a vovó Arlete e a vovó Celeste, caminhando comigo sempre. Vocês abençoam o meu dia a dia. À Mari, a primeira a “dar o grito” de que eu precisava de um notebook para estudar e por ter colocado no mundo a Malu, menina doce que amo. À Juju (Doida), que soube suportar minha ausência e mesmo na distância foi companheira, alegria e carinho. E a Lu (madrinha), inspiração irreverente que enche de gargalhadas nossos encontros.

Ao Fred, namorado, amigo, parceiro. Cada dia ao seu lado é inspiração para conquistar minhas metas. Obrigado pelo incentivo, pelo carinho, pelo amor. Obrigado pelas revisões de texto, pelos gráficos no Excel, pelos abraços quando precisei me sentir protegida. Você me estimula a querer sempre mais, a dar o meu melhor. Sua presença foi imprescindível para que esta estrada chegasse ao fim e para que eu me apaixonasse pela temática do trânsito. Esta conquista é nossa. Udi?

À Val, que sempre me mimou e preparou todas as delícias de encher os olhos e o estômago nos sábados e domingos passados na sua casa! Adoro ser “sua filha de fim de semana”.

Dedico este trabalho também aos amigos. Eles, que souberam compreender minha ausência por diversas vezes, e que fizeram de cada momento de encontro raro e especial.

Dos amigos, o meu obrigada à Carol Vimieiro. Irmã que a vida me deu. Minha primeira incentivadora, parceira e cúmplice. Nem o fuso de 13 horas pode atrapalhar a amizade verdadeira. Obrigada por cada gargalhada, pelo cinema ou boteco depois do EME, pelas inúmeras horas “focando” e por me segurar no shopping para que eu não o comprasse inteiro toda vez que íamos. Te amo amiga!

Ao Rafa e ao Diógenes (Di), amigos que levarei para sempre comigo. Rafa, meu parceiro de voltas de bicicleta na Lagoa, de imitações acadêmicas, conversa fiada e, claro, artigos publicados! Di, querido que suportou o ano mais difícil, de pesquisa e discussões eloquentes. Generoso, dividiu o conhecimento e a sala de aula comigo. Obrigada pelas gargalhadas nos cafés da cantina da Letras.

Às minhas irmãs de alma: Carol Almeida e Andréia. Meninas, o apoio de vocês, o carinho, as ligações só para saber como eu estava foram a demonstração da mais pura amizade. Passaram cada fase do mestrado comigo, com paciência (e muita!) e carinho.

Lu, Ju e Nina, amizade que nasceu na faculdade, mas que não acabou com a formatura. Obrigada por mais uma vez aguentar a “nerd da Marcela”. Cada almoço foi uma delícia ao lado de vocês. Cada experiência trocada e cada gesto de cumplicidade revelam o que a gente sabia: amigas para sempre. Esta vitória também é de vocês!

Gui e Paty, casal que amo! Amigos que nunca me separarei! Vocês tornaram o fardo mais leve e divertido. Cada fim de semana, cada ECC foi essencial para que eu pudesse chegar ao fim. Obrigada por tanto carinho, meus xuxus!

Ao Wilson Gomes. Mais que uma referência acadêmica, um amigo. Obrigada pelos divertidos tweets, pelas palavras de carinho e por fazer de cada congresso ou jornada um divertido encontro. Obrigada pela amizade sincera. Adoro você.

Aos amigos do EME – grupo que me fez descobrir a vida acadêmica –, por cada colaboração direta ou indireta a este trabalho. Nossos encontros de trabalho às sextas foram matéria prima para construção do meu saber. Obrigada: Augusto, Victor, Edna, Lu Louzada, Van, CD, Diogo, Camila(s), Larissa, Pedro, Bárbara, Vanessa(s), Gabriel, Felipe, Danila, Regiane e Ju.

Dos ex ou atuais emeanos, agradeço em especial ao Rennan Mafra, que me apresentou e me fez apaixonar pela área de Comunicação e Política. Ao Jamil Marques, amigo e conselheiro que me motivou e me ensinou muito, especialmente, sobre a vida.

Você é um exemplo pessoal e profissional. Ao Ricardo Fabrino, não tenho nem palavras para descrever o tamanho da minha gratidão. Desde conselhos acadêmicos, brincadeiras e conversas sinceras, você foi e sempre será meu amigo. Se no mundo houvesse mais “Fabrinos” ele certamente seria mais gentil e agradável. Você sabe que te guardo no coração. Obrigada especial também à Thaianne, mocinha adorável que sempre salva minha vida acadêmica, organizando cada detalhe com esmero e carinho no nosso grupo de pesquisa. Tudo que precisei ela providenciou com agilidade. E, por fim, à Mônica que trilhou comigo o caminho da codificação e testes de confiabilidade do DQI e a Vanessa Veiga, que me deu todo suporte acadêmico e emocional na reta final, seus conselhos foram preciosos.

Finalmente, e de forma mais que especial, o meu obrigada, de coração, aos meus orientadores: Rousiley Maia e Pedro Mundim. À Rousiley pelo carinho, paciência e estímulo de buscar sempre o melhor. Você é um exemplo de humildade e dedicação. Mesmo nas correções de trabalho, me motivava e tinha palavras gentis. Quando teve que se afastar para fazer o pós-doc, me deixou um presente precioso: um orientador impecável. Ao Pedro, dedico a conquista final. Assumi minha orientação sem medo, me encorajou e vestiu a camisa do meu projeto, em alguns momentos até mais que eu. Esteve ao meu lado em cada tropeço e vibrou com cada acerto. Mesmo se afastando fisicamente, com a mudança para Goiânia, manteve aceso o espírito e a confiança que me impulsionavam. Você foi essencial para que eu chegasse ao fim.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, em especial à Vera França e à Simone Rocha, doçuras fundamentais em minha formação acadêmica. Também a Elaine, a secretária mais eficiente e divertida da história do PPGCOM.

Aos jornais Estado De Minas, Hoje em Dia (na pessoa de Maria Claudia Teixeira da Fonseca) e O Tempo (na pessoa de Tereza Cristina). Nestes dois últimos jornais, contei com o auxílio de prestativas chefes de arquivo que me enviaram a lista com o material empírico selecionado, para que eu pudesse fazer a compra somente das edições que me interessavam. Na Assembleia Legislativa de Minas Gerias, a atenção e educação de todos os funcionários, desde o atendimento telefônico, setor de arquivo a parlamentares foi ímpar. Meu agradecimento especial ao assessor José Alberto da Silva, que solicitou em nome de seu gabinete, todas as atas taquigrafas da ALMG usadas neste trabalho.

À Capes, pela bolsa, que propiciou a dedicação exclusiva ao trabalho durante todo este processo.

Eu não quero viver nenhum dia que não possa ser objeto de orgulho.

Peço a Deus que não me dê nenhum tempo de vida a mais,

a não ser que eu possa me orgulhar dele.

(José Alencar)

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de analisar o papel discursivo do especialista em diferentes tipos de ambientes de debate nas discussões acerca do trânsito/sistemas de transporte. Interessa-nos apreender as diferenças deliberativas encontradas nos proferimentos desse tipo ator como forma de percepção de oportunidades e constrangimentos causados pelos ambientes por nós escolhidos: os de minipúblicos e os midiáticos. Para tanto, foi necessário recortar nossa área pesquisa em um subtema específico. Optamos por trabalhar então com o Projeto de Lei nº 1.508/07 que previa a transferência da Rodoviária de Belo Horizonte, localizada no Centro da cidade, para a região do Calafate. Para tanto, foi necessário fazer, preliminarmente, um levantamento da história do trânsito na capital e traçar um entendimento geral sobre o assunto. Posteriormente, apresentamos a comunidade técnica ligada ao tema de trânsito e o conceito de especialista, sujeito focado nesta pesquisa. Para apresentar o nosso entendimento sobre a questão da *expertise*, foi necessário fazer uma retomada teórica, que nos apresentasse a origem dos especialistas, advinda do processo de divisão do trabalho e suas principais características apontadas pelos estudiosos do tema. Vimos o ator especialista, então, como um ajudante do processo social e um tirano tecnocrata, mas decidimos que seu papel é múltiplo e não devemos enquadrá-lo de maneira única. Após contextualizar o sujeito de nosso processo, foi a vez de focarmos no processo em si. Sob uma perspectiva *habermasiana*, tratamos de deliberação e posteriormente dos nossos ambientes de pesquisa, os *media*, o lugar por excelência da visibilidade, e os minipúblicos, tipo de ambiente mais próximo de alcançar a deliberação de alto nível. Após o tratamento teórico, escolhemos nossa metodologia de pesquisa e apresentamos nossas hipóteses de trabalho. Aportados em Steiner *et al* (2004), expusemos e discutimos o DQI (Discourse Quality Index), metodologia elaborada por esses autores. Nos resultados de nossa análise vimos que há um entrelaçamento entre os *media* e os ambientes de minipúblicos, no qual o segundo acaba por atrair a visibilidade do primeiro, e assim, os atores passam a se comportar de forma parecida em ambos. Outro achado que se mostrou importante foi a relação entre oportunidades e constrangimentos presentes nos dois tipos de ambientes. De forma geral, pudemos verificar que não há constrangimentos e oportunidades que atuem como verdades absolutas em nenhum dos dois ambientes.

Palavras-chave: trânsito; especialistas; diferentes ambientes deliberativos; constrangimentos e oportunidades no debate; DQI.

Abstract

This work aims both to analyze the specialist discursive role in different debate environments concerned about urban transit and transportation systems discussions. We are interested in apprehending deliberative differences found on the utterances of this kind of actor as a way of opportunities perceptions and eventual constraints caused by the environments chosen by us: the minipublics and media. For this, it was necessary to reduce our field research in a sub-theme. In this way, we have done the option of working with the Law Project n° 1.508/07 which provided the Belo Horizonte bus terminal transfer, located on the Center area of the city, to the Calafate region. Therefore, it was necessary to survey, in a preliminary moment, the history of the transit on the capital and drawing a general comprehension about the subject. Subsequently we present the technical community linked to the traffic subject and the concept of specialist, the main actor focused on this research. To present our comprehension about the issue of expertise, it was necessary to make a theoretical resumption, which one had to present the origin of experts, resulted from the labor division process and the main features pointed out by scholars in this field. We saw the specialist actor, then, as an assistant to the social process and a tyrant technocrat, but decided that his role is multiple and we should not frame him in a unique way. After contextualizing the main actor of our process, it was the moment to focus on the process exactly. From a *habermasian* perspective, we treated before of deliberation process and later of the research environments, the *media*, the place for the visibility to excellence, and the minipublics, closest kind of environment to achieve high-level deliberation. After the theoretical treatment, we choose our research methodology and present our working hypotheses. Contributed in Steiner *et al* (2004) we have exposed and discussed the DQI (Discourse Quality Index), methodology developed by these authors. On the results of our analysis we observed the existence of an intertwining between the *media* and minipublics environments, where the second one allured the visibility of the first and, in this way, the actors become to behave similarly in both situations. Another important finding was the relationship between opportunities and constraints present in both types of environments. Generally we could realize that there are no opportunities and constraints acting as absolute truths on the two analyzed kind of environment.

Keywords: Transit; experts; deliberative different environments, constraints and opportunities in the debate; DQI.

Sumário

Lista de Figuras	12
Lista de Tabelas	13
Siglário	14
Introdução.....	15
Capítulo 1: Trânsito, uma política pública fundamental	19
1.1 O processo de urbanização das metrópoles brasileiras e a questão do trânsito	21
1.1.1 Estudos e propostas para a melhoria da organização do trânsito	24
1.2 Belo Horizonte, a metrópole e seu sistema de transporte	26
1.2.1 O transporte e algumas de suas consequências	31
Capítulo 2: A comunidade técnica de transporte.....	33
2.1 Especialista: um papel complexo.....	35
2.1.1 O especialista como um tirano tecnocrata	36
2.1.2 O especialista como um ajudante social	40
2.2 <i>Expertise</i> , divisão de trabalho e processos de debate	42
2.2.1 Um papel múltiplo para o especialista.....	45
2.2.2 <i>Expertise</i> e processos deliberativos	49
Capítulo 3: A deliberação em diferentes ambientes discursivos	54
3.1 Deliberação no ambiente midiático	55
3.1.1 Um adendo sobre o jornalismo.....	58
3.2 O ambiente de minipúblico.....	59
3.2.1 Concepção e características de um minipúblico.....	62
3.3 Diferentes ambientes, diferentes condições deliberativas	66
Capítulo 4: A “nova” rodoviária do Bairro Calafate, um problema sem solução aparente	734
4.1 Aonde pesquisar – nosso recorte do material empírico	777
4.1.1 Os jornais selecionados	79
4.1.2 Comissão Parlamentar da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.....	800
4.2 Mergulhando na empiria – hipóteses de trabalho	822
4.3 Nossa escolha metodológica.....	855
4.4 Nossos critérios de análise	900
4.5 A confiabilidade do método.....	988
Capítulo 5: Apresentando nossos dados	1011
5.1 Os dados mais significativos.....	1111
5.2 Trabalhando com nossas hipóteses	1188

5.3 O foco no especialista	1277
Conclusão	136
Referências	1433
Anexo 01 – Ficha de análise.....	14949

Lista de Figuras

5.1 Distribuição dos proferimentos por material.....	101
5.2 Número de proferimentos analisados por ano.....	102
5.3 Número de proferimentos por data de audiência.....	103
5.4 Disposição dos proferimentos por tipo de formato do conteúdo jornalístico.....	104
5.5 Atores presentes no debate.....	105
5.6 Níveis de continuidade de fala.....	123
5.7 Continuidade de fala dos especialistas.....	134

Lista de Tabelas

5.1 Posicionamento por ambiente.....	107
5.2 Argumentos e grupos de argumentos com maior significância para o debate.....	110
5.3 Tipos de razões utilizadas por ambiente de debate.....	112
5.4 Tipos de razões utilizadas por ator em cada ambiente de debate.....	114
5.5 Classificação das razões utilizadas por ambiente.....	115
5.6 Classificação das razões utilizadas por tipo de ator.....	116
5.7 Classificação dos níveis de justificação por ambiente.....	117
5.8 Classificação dos níveis de justificação por ambiente.....	118
5.9 Tipos de razões utilizadas pelos especialistas em cada ambiente de debate.....	119
5.10 Nível de reciprocidade em cada ambiente de debate.....	120
5.11 Continuidade de fala por cada tipo de ator presente na ALMG.....	122
5.12 Níveis de justificação por ambiente.....	124
5.13 Nível de reciprocidade dos especialistas.....	129
5.14 Níveis de justificação dos especialistas.....	132

Siglário

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais

ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos

ANTT - Agência Nacional de Transporte Terrestre

BHTRANS - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A

CONCLAT - Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

DENIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DER-MG - Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais

DETRAN MG- Departamento de Trânsito de Minas Gerais

GETRAN - Grupo Executivo de Transporte Urbano

Metrobel - Companhia de Transportes Urbanos da Região de Belo Horizonte

PACE - Projeto da Área Central

Plambel - Plano Metropolitano de Belo Horizonte

PROBUS - Programa de Organização do Transporte Público por Ônibus

RMBH – Região Metropolitana de Minas Gerais

SEDU/PR - Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República

SETOP - Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Introdução

Vivendo uma situação cada dia mais desordenada, o trânsito em todas as grandes cidades do País demanda soluções para mitigar os impactos causados em decorrência de seu crescimento desenfreado. Essas soluções são debatidas em várias instâncias, desde as mais informais, passando por conversas de bairro, até calorosos debates de cunho político nas esferas formais. A essas instâncias, não se pode deixar de incluir a esfera de visibilidade midiática, que se configura igualmente como uma arena de discussão.

Tanto nos *media* quanto nos ambientes formais, um ator constantemente acionado é o especialista, seja ele um representante das instâncias formais, que possui participação na maioria das decisões ligadas ao planejamento do sistema viário (como DETRAN, DENIT, BHTRANS), seja ele alguém com formação técnica/acadêmica (professores da área de engenharia de transporte, técnicos, consultores). Podemos compreender que esse ator, o especialista, é chamado a se manifestar quase sempre que a discussão tem como tema o assunto trânsito, já que o mesmo possui o saber técnico. Sua fala não é interpretada com peso igual ao dos demais falantes, ela representa a “voz da autoridade” (FISCHER, 2009). Seus proferimentos são ouvidos e creditados pelos demais participantes da discussão, pelo fato de o especialista possuir um saber científico, que lhe confere argumentos e verossimilhança (FISCHER, 2004).

Dada essa situação, este trabalho lança esforços para analisar o papel discursivo dos especialistas no processo deliberativo, em ambientes de minipúblico e midiático, acerca do trânsito em Belo Horizonte. A intenção de se analisar o papel desse agente se dá não só pela sua importância, como já destacado acima, mas pela pouca literatura específica que trate de deliberação e atuação do especialista (FISCHER 2000, 2009). Nossa meta aqui é perceber como esses atores fazem seus proferimentos e, mais do que isso, como os justificam, quais razões são clamadas, como se posicionam e se comportam argumentativamente em um processo de debate. Como tratamos de dois ambientes, temos também a pretensão de verificar e analisar as diferenças e peculiaridades encontradas nas falas proferidas em cada um desses ambientes, exatamente por apresentarem desenhos e disposições que lhe são próprias. Eles oferecem condições diferentes para a ocorrência do debate e queremos verificar como e se essas condições influenciam na hora do debate.

Esses dois espaços a serem analisados – os minipúblicos e os *media* – encontram-se imbricados. Os minipúblicos são experiências para a realização de debates de concernência pública, agregando certo número de cidadãos organizados de maneira autoconsciente (FUNG 2004). Esse tipo de organização pode ter poder para tomar decisões e propor leis ou projetos de leis, o que obviamente interfere na vida dos cidadãos. Tais espaços deliberativos, portanto, têm um alto envolvimento com a vida social.

Os *media*, por sua vez, mostram-se como um sistema que pode se apresentar enquanto um espaço essencial para a deliberação pública, pois constitui um dos quadros de referência que os indivíduos utilizam na formação da opinião sobre os assuntos. Sendo assim, as mensagens desses meios têm um grande potencial para politizar as conversações (MAIA, 2008a).

O que percebemos é, portanto, uma envoltura entre esses dois espaços (*media* e minipúblicos), que ajudam a construir os sistemas sociais e nosso entendimento sobre os problemas de concernência pública, debatendo, às vezes mutuamente, assuntos comuns e, dessa forma, realizando uma “troca de informações”.

Examinando esses dois ambientes e definindo ação discursiva como justificação dos proferimentos, foram criadas/modificadas categorias próprias de classificação dos argumentos utilizados pelos atores do debate, baseados nos trabalhos de Steiner *et al* (2004).

Estudar a questão do debate dos especialistas acerca do trânsito e a forma como os discursos sobre o assunto se constroem, se modificam e se articulam a partir do momento em que o problema é tematizado publicamente se justifica, primeiramente, pela falta de trabalhos sobre o tema, tanto na área da comunicação quanto na área da política, como já citado. Observamos ainda que, mesmo em outras disciplinas, há pouca produção sobre a questão, com algumas poucas contribuições com tendências para o enfoque psicológico ou atuação estritamente ambiental. Assim, os resultados desta pesquisa podem contribuir para uma melhor compreensão acerca da questão e, logo, servir de base para trabalhos acadêmicos subsequentes.

Ao explorar a ação discursiva do especialista em processos de deliberação, este estudo tende a contribuir de forma especial para o entendimento do papel desempenhado por esse importante ator em contextos de debate. Nos trabalhos desenvolvidos anteriormente, o foco está em contrapor o especialista e o cidadão comum, numa tentativa de criar uma reflexão de como a sociedade deve ser

cooperativa, administrando conhecimento técnico e saber comum para resolução de problemas de concernência pública (FISCHER, 2000, 2004). A abordagem costuma se dar de forma ampla, estabelecendo quais são as competências de cada ator envolvido no debate, e, dessa forma, também, do especialista e como ele exerce a função de contribuir com informação para um enriquecimento técnico do processo deliberativo (FISCHER, 2000, 2004, CHRISTIANO, 2009). Geralmente, sua participação se restringe a este papel, de um colaborador. Ele tende a ser visto como um ator que transmite informação técnica, como se seu falar não tivesse atravessado por experiências e valores subjetivos que marcam a vida de cada um e como se a sua opinião não estivesse carregada de uma autoridade que lhe é conferida pela *expertise*.

Em nosso trabalho, pretendemos mostrar que o papel do especialista nos processos deliberativos não está restrito apenas a fazer esta “ponte” entre o cidadão ordinário e as esferas formais. Para nós, seus argumentos não se restringem ao domínio técnico; ao contrário, muitas vezes esses atores vão buscar valores capilarizados no social – como o apelo ao direito à vida, à segurança e ao bem-estar – para endossar suas perspectivas, justificar seus argumentos e fazer com que sejam mais facilmente aceitos. Também temos a pretensão de contribuir examinando as diferentes posições argumentativas encontradas em cada um dos ambientes propostos para a análise (minipúblicos e midiáticos), bem como a especificidade da atuação dos especialistas, quando o assunto debatido diz respeito a temas que afetam diretamente a vida dos cidadãos (como a desapropriação de casas para a construção de rodovias) ou temas que são de aceitação “mais fácil”, por trazerem valores menos questionáveis de forma geral (como a diminuição de acidentes e mortes por veículos em alta velocidade).

Desse modo, podemos supor que a atuação do especialista se dá de formas diferentes. A formulação de seu discurso, ao menos é o que se pressupõe, é construída levando em conta as características e peculiaridades de cada ambiente. Captar as interlocuções entre estes ambientes e a consequência peculiar do papel discursivo dos especialistas faz parte das pretensões deste trabalho. Dessa forma, a escolha por dois ambientes se faz justificável, observado o fato de que queremos averiguar as contendas dispostas em cada um deles.

Visto o desenho desta pesquisa e sua ambição de tocar em questões que perpassam os ambientes midiático e deliberativo, pretendemos contribuir para os estudos de Comunicação, em especial a subárea de Comunicação e Política que leva em consideração os processos e práticas sociais.

Este trabalho se encontra dividido na seguinte sequência: No capítulo 1, abordaremos o assunto trânsito, explorando como a temática vem se tornando presente no dia a dia. Faremos uma passagem pela questão do processo de urbanização das metrópoles brasileiras e sua relação com o trânsito, passaremos pela história do transporte especificamente na cidade de Belo Horizonte e algumas de suas consequências para a vida social.

No capítulo 2, apresentaremos a comunidade técnica de transporte em Belo Horizonte e, a partir de um embasamento teórico formularemos o nosso próprio entendimento acerca desse ator. Retomaremos a literatura que diz respeito a esse ator, vendo suas diversas classificações e como é visto por diferentes autores. Faremos uma relação entre o especialista e os processos deliberativos. Posteriormente, no capítulo seguinte, vamos apresentar e detalhar os ambientes deliberativos por nós escolhidos: como minipúblico - a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (da Assembleia Legislativa de Minas Gerais) – como ambiente midiático – os jornais *Estado de Minas*, *Hoje em Dia* e *O Tempo*. Também será feito um levantamento das principais diferenças que esperamos encontrar no debate que ocorre em ambientes de minipúblico e midiático.

O capítulo 4 apresenta o recorte específico do tema por nós escolhido, dentro do assunto mais global de trânsito e transporte: a Rodoviária do Calafate. Apresentaremos o problema da rodoviária, seguido do nosso material empírico. Também veremos nossas hipóteses de trabalho e a metodologia escolhida (estabelecendo articulação entre a metodologia e o objeto de nossa discussão), juntamente com as codificações que faremos em nosso material de análise e o processo por nós adotado para realizar a confiabilidade do método escolhido. Posteriormente, passaremos para a parte de análise em específico. Nesta parte, os dados serão apresentados, seguidos de discussão e dos testes de hipótese realizados. Apresentaremos ainda discussões que norteiam este trabalho, como a diferença deliberativa entre ambientes de debate e o papel discursivo do especialista.

Por fim, serão apresentadas nossas conclusões acerca deste trabalho, na esperança de que outros trabalhos possam dar continuidade aos estudos que envolvam deliberações em dois tipos de ambientes e/ou a temática relacionada ao papel do especialista.

Capítulo 1: Trânsito, uma política pública fundamental

É compreensível, mesmo para um leigo, que as políticas públicas de planejamento de trânsito tenham amplo impacto na vida social. Segundo Vasconcellos (1998) essa percepção já havia sido conscientizada há muitos anos, quando Júlio César, no Império Romano, proibiu o tráfego de veículos de rodas durante algumas horas do dia no centro da cidade de Roma, a fim de evitar problemas entre o tráfego de veículos e o de pessoas. O imperador também instituiu ruas de mão única e estacionamento de carroças fora da via.

O entendimento deste entrelaçamento entre vida social e planejamento de trânsito fica ainda mais claro quando nos referimos ao planejamento de transporte urbano para os cidadãos das metrópoles como, por exemplo, a duplicação de uma via fundamental da cidade, um novo planejamento para o transporte público ou a ampliação do trajeto do metrô. A maioria das pessoas certamente já passou por algumas dessas experiências e entende que não é necessário ter um saber especializado para perceber como o impacto desse tipo de política pública é visível no nosso dia a dia. O trânsito seria então simplesmente as milhares de viagens realizadas por vias e meios de transporte disponíveis (VASCONCELLOS, 1998).

Além do mais, segundo Costa *et al* (2003), podemos notar que o transporte ultrapassa a questão da locomoção, mas está intimamente ligado à saúde, à educação, à economia, ao desenvolvimento, à tecnologia e a outras atividades sociais, tornando-se uma política pública fundamental na vida de todos. Para Vasconcellos (1998), o trânsito está diretamente ligado à atividade humana e ao seu deslocamento no espaço. Segundo Costa *et al* (2003, p.54):

Habitação, trabalho, saúde, educação e convívio social pressupõem condições de locomoção para sua satisfação. Os transportes interferem na carga total de trabalho, afetando o chamado 'tempo de indisponibilidade', ou seja, o tempo que o trabalhador gasta para se locomover da residência para o trabalho e vice-versa e que se agrega ao tempo gasto no trabalho propriamente dito.

Nesse contexto, o interesse pela temática do trânsito se dá justamente pela importância que o tema possui no que se refere à vida social urbana. Ao contrário de outras políticas públicas, neste tema, os cidadãos não precisam se sensibilizar com a temática para estarem em contato com ela e, de certo modo, não há como evitar seus impactos. Segundo Vasconcellos (1998, p.8-9):

Praticamente todos nós temos parentes e amigos feridos ou mortos em acidentes de trânsito, enfrentamos dificuldade para atravessar a rua como

pedestres, para chegar ao trabalho ou à escola, dentro do ônibus, para andar de bicicleta, estacionar o carro perto do cinema, além disso, muitas pessoas moram em ruas que são utilizadas por veículos grandes como caminhões, ou que servem de pista de corrida para alguns motoristas, às quais as crianças não podem sair desacompanhadas.

O planejamento de trânsito é, portanto, global. Não há como não ser sujeito de seus efeitos. Vamos exemplificar com outra política pública para iluminar o entendimento, as políticas voltadas para a saúde pública. Os grupos que preferem se abster dos serviços oferecidos pelas instâncias governamentais (postos de saúde, UPAs, hospitais públicos e SUS, por exemplo) têm a opção de pagar um plano de saúde ou utilizar serviços privados. Contudo, nas políticas de planejamento de transporte, não há muitas alternativas para não envolver-se, pois, mesmo que não seja diretamente tocado, dependerá de fornecedores, empregados e clientes que certamente estarão envolvidos com o sistema de transporte. Se o indivíduo não necessita de transporte público, ainda assim sofrerá com as outras patologias da operação do trânsito nos centros urbanos, tais como congestionamentos, atrasos, baixas velocidades, estacionamentos irregulares em fila dupla, etc. Para Neto (2009), “dentre as políticas públicas, podemos dizer que a referente ao trânsito é a que atinge de maneira mais ampla e direta o maior número de pessoas” (p.83).

O trânsito, longe de ser um problema particular de um determinado grupo, tem assim a potencialidade de ser vocalizado enquanto problema público, pois se constitui como uma pauta que envolve qualquer indivíduo que more em um centro urbano de médio ou grande porte. O planejamento de trânsito é uma política pública essencial, assim como moradia, saúde e educação; o planejamento de trânsito, na realidade, é a única política pública prevista na Constituição de 1988. Segundo Frederico Bussinger (1986, p.95), Diretor de Operações da Companhia do Metropolitano de São Paulo, o transporte coletivo, por exemplo, deveria ser “direito do povo, dever do Estado”.

Neste caso, mesmo o cidadão comum acaba tendo um conhecimento que advém da experiência vivida com relação à questão, para se posicionar e argumentar na esfera de visibilidade dos *media*, em ambientes de minipúblicos ou em uma conversa informal com amigos. É visível como a temática tem, portanto, ampla relação com a vida social e repercute sobre a mesma. O assunto é uma pauta que todos os cidadãos parecem se sentir aptos a discutir e colaborar com opiniões, sugestões e crítica. É como se qualquer cidadão se sentisse, de certa forma, um técnico da área, por vivenciar rotineiramente os problemas advindos do trânsito.

Trabalhos de vários autores (COSTA *et al.*, 2003; GOUVÊA, 2005; RODRIGUES *et al.*, 2008; ANTP, 2009; DAMATTA, 2010) chamam a atenção para a importância de se atentar para as questões ligadas ao trânsito e seus efeitos na vida urbana cotidiana, no que se refere à mobilidade. E não só a academia, mas os *media*, os centros de pesquisas privadas e os cidadãos de um modo geral vêm se preocupando cada vez mais com os impactos causados pelo trânsito, suas relações com a sociedade e as possíveis soluções para mitigar as consequências negativas trazidas por ele. É visível que o planejamento de transportes, por exemplo, possui elevada relevância social, já que o consumo de vários bens intimamente ligados às condições de vida e aos direitos dos cidadãos depende dos transportes.

Nos próximos tópicos, abordaremos como o trânsito apresentou íntima relação com o processo de urbanização das cidades, desenvolvendo-se de acordo com o crescimento das mesmas e criando uma relação muito próxima com a economia. Vamos também abordar como essa temática foi ganhando uma área própria de estudos, consolidando órgãos para gerir seus problemas específicos e sua história na cidade de Belo Horizonte. Por fim, vamos apontar alguns problemas que indicam como a vida social está imbricada com a temática discutida.

1.1 O processo de urbanização das metrópoles brasileiras e a questão do trânsito

Para nos aproximarmos um pouco mais da nossa realidade, vamos aqui focar no trânsito ligado ao contexto brasileiro. Vamos examinar brevemente algumas questões sobre essa política pública em nosso País. No subtópico seguinte, observaremos com mais foco as questões ligadas ao trânsito, especificamente no Estado de Minas Gerais.

A partir da década de 30, sobretudo, na década de 50, o Brasil passou por fortes mudanças demográficas. Com o advento da industrialização, a população deixa de se concentrar na área rural para migrar para as cidades, onde havia maior disponibilidade de empregos e de melhores salários. As cidades começam a crescer e a se modernizar, atraindo um número maior de indústrias e modificando as estruturas sociais, pois é nelas que agora se concentram os bens de uso e consumo. As cidades, então, passam a ser vistas como importantes para o desenvolvimento econômico, sendo tratadas como

unidades de produção e, portanto, surgindo a necessidade de se cuidar de sua administração enquanto espaço produtivo (GOUVÊA, 2005; ANTP, 2009).

A distribuição da riqueza econômica e o poder político nem sempre coincidem em sua distribuição espacial, mas, segundo Santos (2009), este não é o caso brasileiro. Em nosso País, o desenvolvimento econômico e o poder político se localizam na mesma área, propiciando seu incremento perante outros espaços urbanos, como é o caso do Sudeste brasileiro. Com o crescimento das cidades e a expansão das áreas metropolitanas, as demandas por transporte público passam a crescer e a exigir ampliação das redes de transporte já existentes. Assim, foi necessária a implantação significativa de novas estruturas de transporte, para atender a essa nova realidade. Afinal, o planejamento do sistema de transporte e trânsito se baseia na análise de dados relativos à oferta de serviços e à sua demanda (GOUVÊA, 2005). Segundo Santos (2009), há três décadas, somente na Região Sudeste, circulavam quase $\frac{3}{4}$ da frota nacional de veículos licenciados que utilizavam a rede rodoviária. Um número quase quatro vezes mais denso que a rede nacional.

O sistema de trânsito é influenciado por todo um entrelaçamento da vida social, pois é pensado pelas áreas de moradia, escolas, serviços de saúde, área de concentração de empregos e outros fatores. Mas, sendo uma política pública tão importante como diversas outras, os sistemas de transportes têm que dividir seus recursos com outras áreas, como saúde e educação, o que acaba contribuindo para que nem todas as demandas por transporte consigam ser supridas. A maioria das demandas que são supridas é relativa ao beneficiamento do uso do automóvel em detrimento do pedestre, o que acaba por reproduzir injustiça e iniquidade (VASCONCELLOS, 2009; MAJUMDAR, MOYNIHAN e PIERCE, 2009; DAMATTA, 2010).

O crescimento metropolitano no Brasil então se dá no entorno das principais capitais do País, que concentram maior fluxo industrial. Na busca de organizar o País, são criadas, em 1973, as principais Regiões Metropolitanas (RM) brasileiras, através da Lei Complementar nº 14. Para se ter a ideia do rápido crescimento das cidades, Gouvêa (2005) aponta que, em 1940, o município de Belo Horizonte contava com uma população de 211.000 moradores. Em 1970, o número sobe para 1.235.000, chegando a 4.358.000 no ano de 2000. Ainda segundo o autor, a Constituição de 1988 transfere da União para os Estados a responsabilidade de criar as RMs. No ano de 2000, o País já possuía 22 RMs e apenas Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro já representavam, juntas, 20% da população brasileira.

Muito do crescimento acelerado das metrópoles adveio da rápida industrialização destas áreas. Como morar perto das áreas de desenvolvimento torna-se caro, devido à valorização do mercado imobiliário local, o crescimento do entorno das áreas metropolizadas acontece de forma mais ampla que nos próprios municípios polos. De acordo com Santos (2009, p.114), “quanto mais os territórios são cortados por estradas, tanto mais a produção e os homens se concentram em poucos lugares”, o que dá origem aos polos produtores. É evidente que esse crescimento no sentido da periferia faz com que a demanda por um planejamento de trânsito urbano, principalmente no que diz respeito ao transporte público, cresça (VILLAÇA, 1997; GOUVÊA, 2005).

O Brasil viveu no último século um processo de urbanização de forma generalizada, chegando hoje, inclusive, a ter várias megalópoles¹. A urbanização não é só um fenômeno social, econômico ou político, mas também um fenômeno espacial (SANTOS, 2009). Segundo Bussinger (1986, p.3),

tal processo sem planejamento e sem controle deteriorou significativamente a vida nas cidades. Vários serviços públicos, a despeito de projetos e investimentos que possibilitariam aumentar sua OFERTA, estão hoje em piores condições que anos atrás: o TRANSPORTE DE PASSAGEIROS é um deles, avaliando este serviço por meio de seus indicadores que são TEMPO, CONFORTO e CUSTO (grifos no original).

Dentre os diversos aspectos que compõem o trânsito urbano, acreditamos que aqueles ligados diretamente às áreas de transporte são os que mais chamam a atenção e levantam debates na sociedade, já que estão vinculados ainda mais ao dia a dia dos cidadãos. De acordo com Bussinger (1986), o transporte é uma necessidade não só das pessoas, mas é algo necessário ao processo produtivo, portanto, ao próprio Estado.

Em 1998, é criada a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (SEDU/PR), para “combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos” (Constituição de 1988, art. 23, inciso X citado por GOUVÊA, 2005). Já em 2000, a SEDU/PR institui o Grupo Executivo de Transporte Urbano (Getran), justificando que “o transporte público, considerado uma política pública urbana estratégica, viabiliza o acesso das pessoas, notadamente as de mais baixa renda, ao trabalho, à escola, aos postos de saúde etc., promovendo, desta forma, “a integração social dos setores

¹ Segundo a autora Bárbara Freitag (2006), esse conceito faz parte de uma arquitetura analítica, em que um tipo específico de urbanização ocorrido na segunda metade do século XX propicia a emersão de cidades de países do Hemisfério Sul como espaços empobrecidos de tipos sociais. Esse empobrecimento se apresenta como face visível do ajuste estrutural em nível mundial, trazendo como consequência o aumento da vulnerabilidade social de alguns grupos.

desfavorecidos” (GOUVÊA, 2005, p.228). Mas, apesar de alguns planejamentos já terem sido realizados, muito pouco foi efetivamente feito para articular organismos públicos e agentes privados do setor de transporte para a realização de ações integradas em âmbito metropolitano.

1.1.1 Estudos e propostas para a melhoria da organização do trânsito

Ao longo da história do planejamento do trânsito e transporte no Brasil, podemos notar que vários eventos, congressos e encontros acontecem com o objetivo de se discutir tal patologia, na tentativa de otimizar, reformular, incrementar e incentivar os setores responsáveis. Em 1949, o I Congresso de Trânsito da Cidade de São Paulo foi organizado. Dentre outras ideias, ele propunha:

No tocante à educação/fiscalização, propôs a educação generalizada para o trânsito, a modernização do policiamento, a exigência de exame psicotécnico, a realização de exames de dosagem alcoólica nos motoristas e a instalação de tribunais de justiça rápidos para infração do trânsito. Finalmente, quanto aos aspectos mais amplos do planejamento urbano, propôs prioridade para o transporte coletivo, a exigência de vagas de estacionamento nos edifícios, o escalonamento de horários e o desenvolvimento de um plano diretor para o crescimento da cidade (PIRES, 2009, p.16)

Algumas ideias propostas ainda fazem parte de nossas pautas de discussão como, por exemplo, as colocadas em 1981 no Sindicato dos Engenheiros de São Paulo, que elaboram a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), com o objetivo de oferecer aos cidadãos um transporte socialmente eficaz e eficiente. No mesmo ano, ideias similares estiveram presentes no “I Simpósio sobre Ferrovias e os Ferroviários”. No início de 1982, trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Transporte do Movimento dos Profissionais por um Governo Democrático também levantaram ideias similares, difundindo a máxima “transporte coletivo, um direito do cidadão”. Em 1983, por exemplo, essa máxima ganha espaço no Seminário “SP-2000” e, em 1984, todos os ônibus urbanos circulando na cidade de São Paulo são pintados com a frase “Transporte: um direito do cidadão, um dever do Estado”. Em 1987, o 5º Congresso Brasileiro de Transportes Públicos surge com a proposta de uma nova ordem para o transporte público. Documentos levantados neste congresso apontam que apenas 1/3 das demandas relativas ao transporte público eram atendidas no Brasil. A nova ordem

proposta nesse congresso visa basicamente a uma alteração do sistema de remuneração: “de quem paga” para “quem se beneficia” (GOUVÊA, 2005). Nesta ordem, parte do ônus da implementação do transporte público deveria ser repassado aos usuários de automóveis.

Os planejadores de transporte urbano acreditam que os usuários de automóveis tendem a se beneficiar da existência de bons sistemas de transportes públicos, na medida em que passam a dispor de vias de circulação mais desobstruídas. Uma adequada política de transporte coletivo pode beneficiar também os proprietários de imóveis urbanos, que teriam suas propriedades valorizadas, em função dos recursos públicos e privados investidos em novos espaços de convivência, e os empregadores, que passariam a contar, pelo menos em tese, com operários mais pontuais, descansados e produtivos (GOUVÊA, 2005, p. 229).

A assertiva apresentada acima só nos reforça a ideia de como o transporte está entrelaçado à vida social, e repercute em outras áreas como moradia e educação. No início de 2002, o Governo Federal cria o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) e a Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT). O próprio diretor geral do DNIT, à época, destaca que a reforma do sistema de transporte se dá principalmente de uma necessidade de interagir mais com a sociedade (GOUVÊA, 2005). Assim, o DNIT surge para lidar melhor com questões ligadas à infraestrutura, como sugere o próprio nome, levando em consideração a intermodalidade dos meios de transporte, o meio ambiente e as necessidades sociais. Já a ANTT tem por objetivo estudar o transporte por carga, independentemente de qual seja o tipo de carga: humana, mineral e outras.

Apesar de instituir novos órgãos, como os citados acima, o Governo Federal ainda investe muito pouco em sistemas de transporte de alta capacidade, o que contribuiria significativamente para melhorar a mobilidade urbana, como, por exemplo, o metrô. Assim, a União se mostra cada vez mais afastada do planejamento dos sistemas de transporte, que vão ficando cada vez mais atrelados aos municípios.

Outro fator que pode contribuir para uma acomodação dos municípios, no que diz respeito a investimentos em planejamento de transporte urbano, é um fenômeno desenvolvido com o fretamento de veículos particulares para fazerem o transporte de empregados de grandes empresas como, por exemplo, a FIAT Automóveis (GOUVÊA, 2005). O fato de a classe trabalhadora não precisar reivindicar por melhorias de transporte coletivo inibe movimentos sociais nesse sentido. A falta de envolvimento da sociedade com estas questões de políticas públicas também faz com que algumas leituras de tomadas de decisão do governo possam parecer erradas. Segundo Gouvêa

(2005), é o que acontece quando as autoridades mineiras tentam combater o transporte clandestino no município. Muitos veem a ação como uma forma de assegurar que o lucro do transporte coletivo vá somente para as empresas privadas associadas ao Estado, e não como uma forma de garantir a segurança da população que viaja em veículos muitas vezes sem fiscalização e em mau estado de circulação.

Muitos autores, dentre os quais podemos citar Costa *et al* (2003), Gouvêa (2005) e Rodrigues *et al* (2008), apontam o investimento em transporte público como a solução há pelo menos duas décadas, para mitigar os impactos advindos do trânsito intenso nas grandes metrópoles. Em pesquisa recente de tese de doutorado, Rodrigues (2010) mostra que, diariamente, a ocupação média do transporte coletivo por ônibus é, na hora de pico, em torno de 80%, ou seja, os ônibus circulam com ocupação bem próxima de sua capacidade, ao contrário dos veículos privados (categoria automóvel) que possuem, ao longo de todo o dia, uma ociosidade em sua ocupação média, que ultrapassa a faixa de 60%.

1.2 Belo Horizonte, a metrópole e seu sistema de transporte

Aproximando-se um pouco mais da nossa realidade e tentando demonstrar como o sistema de transporte e trânsito encontra-se entrelaçado na vida social, vamos abordar a cidade objeto de nossa pesquisa, Belo Horizonte. Segundo Gouvêa (2005), o período que começaremos a descrever se inicia na década de 1970, com o nascimento do Plano Metropolitano de Belo Horizonte (Plambel), uma autarquia estadual responsável pelo planejamento da RMBH durante o Regime Militar. Antes, portanto, é importante dar um panorama geral de nossa situação contextual.

A capital de Minas Gerais é considerada a primeira cidade moderna e planejada do País. “Belo Horizonte nasceu a partir da prancheta do engenheiro paraense Aarão Reis, na última década do século XIX. Sob a inspiração do positivismo, a planta original da cidade refletia a ideia de uma cidade funcional e organizada” (GOUVÊA, 2005, p.102). A capital procurava reorientar o espaço urbano enquanto modernidade e universalidade. Mas, com a falta de continuidade no planejamento inicial e os fenômenos sociais que atropelaram a cidade no seu mais de um século de existência – urbanização acelerada, surgimento de uma classe média motorizada, enorme

contingente de pobreza gerado pelo êxodo rural e pelo processo de concentração de renda – ocorreu o crescimento desordenado e a consequente degradação ambiental e deterioração da qualidade de vida urbana (GOUVÊA, 2005).

Aarão Reis, ao projetar a cidade, imaginou que seria possível “forçar” a orientação do crescimento dentro de Belo Horizonte no sentido centro-periferia. Mas as ruas foram surgindo fora da Avenida do Contorno, projetada inicialmente para circunscrever a cidade, e antes mesmo da total ocupação dentro do limite dessa avenida, a cidade já havia se expandido em quase cinco vezes mais no entorno. Isto devido à alta valorização imobiliária central, que impedia que o proletariado tivesse condições de residir perto dos centros de produção, onde trabalhava. Assim, grandes “áreas dormitórios” foram se espalhando na periferia, encontrando-se muitas vezes com o limite ou invadindo mesmo o contorno de cidades vizinhas (ANTP, 2009).

Como proposto inicialmente neste capítulo, não vamos nos alongar na apresentação da história da cidade, mas delinear somente um panorama de como ela nasce e os problemas que surgem. Desta forma, chegaremos à apresentação da década de 70, com uma compreensão dos problemas iniciais vividos na concepção e criação de Belo Horizonte. Escolhemos recortar tal período, pois é a partir dele que as principais agências de fomento ao planejamento de transporte e trânsito surgem.

Até 1960, o município de Belo Horizonte liderou o crescimento da Região Metropolitana. A partir de então, são os municípios metropolitanos ao redor da capital que vão comandar esse crescimento, principalmente devido aos seus saldos migratórios, habitar na cidade é caro, mas é necessário permanecer próximo ao local de trabalho (CAETANO; RIGOTTI, 2009).

No fim dos anos 1960, sob a gestão de Israel Pinheiro, foi dado o impulso inicial ao processo de planejamento da chamada “Grande Belo Horizonte”. Nessa época, os limites entre a RMBH eram praticamente geográficos, visto que a malha urbana crescia sem respeitar os limites municipais. O Conselho Estadual de Desenvolvimento firmou convênio entre o Estado de Minas Gerais e 14 prefeituras da RMBH, com o objetivo de dar prosseguimento a Plambel, através da Fundação João Pinheiro. Nessa década, a RMBH crescia a uma taxa de 6,3% ao ano e a população urbana representava 45% do total, e em 1970 o percentual chegava a 56% e o grau de urbanização na RMBH era de 90% (CAETANO; RIGOTTI, 2009).

A partir do surgimento da Plambel, traçaremos então um breve panorama do desenrolar político dos organismos ligados ao trânsito em nossa cidade. Em 1974, a

Plambel apresenta à comunidade o Esquema Metropolitano de Estruturas. Este documento apresentava um programa de sistema metropolitano como uma das principais frentes de ação para o Governo do Estado (GOUVÊA, 2005), e recomendava uma redefinição das tarefas de todas as agências envolvidas na questão do transporte para melhorias no sistema. No mesmo período, também é produzido o estudo do sistema de órgãos encarregados do transporte e trânsito na região metropolitana. O estudo fazia um alerta similar ao do esquema anterior. Nos anos 74 e 75, novos estudos referentes à política de transporte são apresentados e enfatizavam prioritariamente o uso do transporte coletivo e a necessidade de uma gestão centralizada para a implantação desse modal.

No campo do transporte, a existência de diferentes órgãos para tratar do mesmo assunto, e atuando sem uma coordenação comum que pudesse harmonizar suas ações, vinha gerando uma série de inconvenientes como: superposição de itinerários de ônibus, provocando uma concorrência predatória entre linhas e congestionamento do trânsito; política tarifária desarticulada, tanto em termos das metodologias adotadas quanto da periodicidade de reajuste dos preços das passagens; planejamento fragmentado, impossibilitando a implementação de uma rede de transporte público efetivamente integrada em termos físicos e tarifários. (GOUVÊA, 2005, p. 113).

Ainda segundo Gouvêa, os Planos Mineiros I e II de Desenvolvimento Econômico e Social afirmavam que as políticas públicas deveriam atender aos serviços essenciais, como o transporte público. Assim, a reorganização de nosso Estado deveria partir da implementação de infraestrutura adequada de transporte, até mesmo para alavancar a economia.

Em 1980, é constituído um organismo metropolitano que iria gerenciar o tráfego urbano e o transporte público na RMBH, atendendo assim à vontade do prefeito à época para implementar um trem metropolitano de transporte em massa. Desta forma, os técnicos da Plambel viram a oportunidade da criação de um órgão metropolitano de transporte. É criada, em 1980, a Companhia de Transportes Urbanos da Região de Belo Horizonte (Metrobel), para atender plenamente ao Plano Metropolitano de Transporte desenvolvido pela Plambel. A Plambel, portanto, fazia os estudos e planejamentos que seriam da responsabilidade da Metrobel implementar. O plano focava três principais pontos: “ampliação da infraestrutura, modernização e recuperação dos sistemas operacionais existentes, e aperfeiçoamento e implementação de tecnologia” (*idem* p.114). Assim, a Metrobel tinha como principais atribuições:

“(...) implantar e operar conexões intermodais de transporte metropolitano, ferroviário ou rodoviário; implantar e operar sistemas de transporte coletivo

metropolitano, incluindo terminais, estacionamentos e outras conexões; articular a operação do sistema de transporte metropolitano com as demais modalidades de transporte na RMBH; implantar, administrar e operar o sistema de transporte coletivo intermunicipal e intramunicipal metropolitano; elaborar um novo Plano de Transporte Metropolitano” (GOUVÊA, 2005, p.114).

A Metrobel era organizada por ações, de forma que o controle acionário estivesse na mão do Estado, que detinha maioria na Assembleia Geral da Sociedade, órgão de debate interno. Entre os programas de maior repercussão junto aos cidadãos belo-horizontinos implementados pela Metrobel, encontram-se o Projeto da Área Central² (PACE) e o Programa de Organização do Transporte Público por Ônibus³ (PROBUS), sendo este último a mais significativa ação planejada pela Plambel. O PROBUS propunha um novo tipo de funcionamento para o transporte coletivo em âmbito metropolitano e uma rede nova de itinerários. Foi neste projeto que houve a criação de linhas “bairro a bairro”, desafogando o fluxo de ônibus no hipercentro, a criação de novos quadros de horários e tarifas; o redimensionamento da frota existente e a padronização visual para identificação dos veículos (GOUVÊA, 2005). Mas, segundo o mesmo autor, apesar da Metrobel apresentar uma vocação metropolitana, sua atuação não fugiu ao padrão centralizador da época em que foi instituída.

Por possuir maior parte de suas ações na mão do Governo e ter que submeter suas decisões à avaliação de um Conselho Deliberativo (que era formado por membros indicados pelo próprio governador), todas as decisões políticas da Metrobel estavam atreladas à vontade indireta do Governo. A Metrobel tem sua fase principal de atuação entre 1980 e 1983. Após este período, começou a declinar, sendo extinta em 1987.

A Lei Estadual nº 9527, de dezembro de 1987, criou a Secretaria de Estado de Assuntos Metropolitanos e a Transmetro, uma autarquia vinculada àquela Secretaria. A Plambel é então transferida para essa nova Secretaria e passa a atender pelo nome de Planejamento da Região Metropolitana, nome com qual foi originada em 1975. Segundo o artigo 22 da Lei 9527, a Transmetro “teria por finalidade implantar, administrar e operar, diretamente e por contratação de terceiros, os serviços de interesse comum dos

² O PACE é o Plano de Circulação da Área Central que propõe a reformulação do sistema de circulação da Área Central, visando a uma redistribuição dos fluxos de forma mais equilibrada, além da criação de condições para a operacionalização do novo sistema de transporte coletivo nos moldes propostos: um sistema que opere à semelhança do metrô.

³ O PROBUS tinha como metas organizar e otimizar o serviço a partir da definição de níveis de atendimento, de acordo com a demanda e distância, a serem definidos (expressa, semiexpressa e serviços), tipos de itinerários (diametral, radial e circular), além de melhorias no sistema tarifário.

municípios integrantes da RMBH relativos ao transporte e ao sistema viário” (GOUVÊA, 2005, p.119). A Transmetro era então uma sucessora da Metrobel e, a partir de 1987, passou a responder pelas atividades relativas ao sistema de transporte e trânsito da RMBH.

Segundo Neto (2009), municipalizar a gestão do trânsito representava “a efetiva possibilidade do administrador gerenciar de forma integral e sistêmica os problemas referentes à mobilidade urbana e rural na sua relação com as demais políticas públicas” (p.85). Mas, no entanto, a Transmetro representava um retrocesso em relação à Metrobel: sendo uma autarquia, suas atividades eram diretamente subordinadas ao Governo do Estado e, portanto, era inacessível às interferências das prefeituras da região metropolitana. Segundo Gouvêa (*idem*), a Transmetro não implementou nenhuma mudança ou projetos significativos; apenas realizou pequenas intervenções pontuais, do tipo clientelista.

Em julho de 1992, o sistema administrativo ligado à área de transporte sofre novas alterações. A Secretaria de Assuntos Metropolitanos foi extinta e a Transmetro é alocada à Secretaria de Estado e Obras Públicas. Ainda em 1991, é criada a Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte, a BHTRANS, no âmbito da prefeitura. Essa empresa tinha por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e sistema viário municipal, observando o planejamento urbano do município (GOUVÊA, 2005). A BHTRANS herdara basicamente as mesmas atribuições dos órgãos antecessores, porém restringindo-se à escala municipal, e não mais metropolitana. A BHTRANS funcionava de acordo com a Constituição de 1988, no que rege às suas funções e abrangências, pois realizaria suas atribuições no tocante a serviços públicos em âmbito local.

Em julho de 1993, o transporte em Belo Horizonte é municipalizado e a Transmetro afastada da gestão das linhas de ônibus municipais. Em setembro do mesmo ano, a municipalização do transporte público é reconhecida pelo governo. A Transmetro é extinta em 1994. “A administração das linhas intermunicipais metropolitanas e intramunicipais de alguns municípios foi transferida para a recém-criada Diretoria de Transporte Metropolitano, no DER-MG” (GOUVÊA, 2005, p. 122). Um ano depois, a Plambel passa por várias transformações internas e políticas, sendo extinta em 1995, durante o governo de Eduardo Azeredo.

A Constituição de 1988 contribuiu, portanto, para o esvaziamento e até a extinção de um grande número de agências estaduais que atuaram num papel de planejamento e gestão integrada nas regiões metropolitanas do Brasil. Vemos, ao analisar esse breve histórico, que as ações para o desenvolvimento do transporte público intermunicipal foram insuficientes, visto que as gestões se dão no âmbito municipal.

1.2.1 O transporte e algumas de suas consequências

A política de transporte é classificada como um tipo de política regulatória, afetando grande percentual da população e atingindo pessoas e grupos de forma individualizada (BUSSINGER, 1986; VASCONCELLOS, 1998; GOUVÊA, 2005). Assim, esse tipo de política corta vários níveis da estrutura social.

Um dos exemplos claros dessa relação pode ser visto no debate sobre o transporte público. De um lado do debate temos os empresários do setor, um grupo minoritário que detém boa articulação dos seus interesses e força política. De outro lado, temos os usuários e outros envolvidos. Estes são atingidos por essa política de forma direta. Porém, como possuem outras prioridades no dia a dia (filhos, emprego, escola, etc.), nem sempre dão a mesma atenção ao que está sendo debatido e proposto nesse tipo de política como os empresários do setor (GOUVÊA, 2005).

Após expor esse breve histórico, podemos notar que, apesar de seu caráter essencial, os sistemas de trânsito e, em especial, os transportes coletivos estão em crise em todos os grandes centros urbanos do País. Segundo Costa *et al* (2003, p.57):

Isso se manifesta em altos níveis de congestionamento, poluição atmosférica, insegurança viária, longas esperas nas filas, viagens desconfortáveis. Além disso, com o aumento de carros particulares e de “peruas” em circulação, a deterioração das vias públicas e o crescimento do número de lombadas, registraram-se redução da velocidade média dos veículos de transporte coletivo, ampliação do tempo de percurso e aumento do desconforto imposto a usuários e motoristas.

O setor de transporte desempenha um papel de grande relevância no crescimento econômico de toda a cidade e do País como um todo, buscando contribuir para a construção de uma sociedade sustentável e próspera. Todavia, impactos podem ser observados. Algumas consequências são, por exemplo, o estresse gerado nas pessoas e os problemas relativos ao alto nível de ruídos sonoros e a poluição atmosférica, que

afetam a saúde da sociedade, deixando muitos trabalhadores afastados do mercado de trabalho⁴.

Como já apontado em tópico anterior, um agravante da atualidade é o massivo uso do automóvel privado em detrimento dos transportes coletivo e não-motorizado nos centros urbanos. Segundo especialistas, a solução passa pela maior utilização do sistema coletivo. Em Belo Horizonte, o pequeno número de passageiros por automóvel é um agravante dos congestionamentos, segundo pesquisa realizada por Rodrigues (2010). A ocupação veicular é de praticamente um ocupante por veículo, o que faz com que um número pequeno de usuários utilize uma área muito grande das vias, tornando as horas de pico “intransitáveis” nas principais vias da cidade. Ainda segundo o mesmo autor, o total de automóveis em circulação atinge os 80%, transportando 40% da população, contra apenas 3% de ônibus, transportando cerca de 55% das pessoas, ou seja, mais da metade.

Alguns movimentos, partindo da sociedade civil, já pensam e propõem alternativas para chamar a atenção para este problema, como é o caso do “Na cidade sem meu carro”, um movimento internacional que surge da preocupação relacionada com a qualidade de vida e do meio ambiente. Para destacar consequências maléficas do uso do automóvel (que, como visto, ocorre muito de forma individual), esse movimento propõe que um dia por ano as pessoas se mobilizem para usar transporte coletivo ou alternativo para sua locomoção, como a caminhada ou a bicicleta. O objetivo é sensibilizar as pessoas sobre como ajudar a combater a poluição do ar e a emissão excessiva de gases de efeito estufa, causadas pelo uso constante do automóvel.

Os pesquisadores de trânsito têm-se esforçado em formular projetos de políticas de transporte para minimizar os impactos negativos causados pelo grande volume de tráfego e suas consequências. Com essas características, os especialistas da área se tornam, cada vez mais, presença constante em fóruns de debates na mídia, em associações cívicas e nas instâncias formais de decisão. O conhecimento e a *expertise* do especialista conferem a esse personagem uma credibilidade e uma voz de autoridade

⁴ Dentre outros assuntos que estão constantemente em debate pelos profissionais ligados à área, uma questão muito em voga atualmente são os impactos sobre o meio ambiente. Com o objetivo de debater questões de impactos ambientais, 89 representantes de 56 organizações relacionadas com o setor de transporte se reuniram na “Oficina Nacional Transporte e Mudanças Climáticas”, realizada no dia 28 de maio de 2009, na sede da Confederação Nacional de Transporte (CNT), em Brasília. No encontro, foram identificados os principais desafios enfrentados pelo transporte no Brasil para reduzir suas emissões globais e locais. A discussão das propostas estendeu-se por três semanas, em reuniões, teleconferências e troca de documentos via e-mail.

quando este tema está em questão (FISCHER, 2004). Por ser um tema tão relevante em nossa sociedade, por sua presença, seus impactos e suas discussões tão imbricados no nosso dia a dia e por contar também frequentemente com a presença do especialista para a promoção do debate, é que optamos por focalizar nosso interesse no papel do perito diante de tal problemática.

Capítulo 2: A comunidade técnica de transporte

Neste capítulo, vamos apresentar o ator foco deste trabalho, o especialista. Para compreender como este ator vem sendo tratado por estudiosos que se debruçam sobre o papel da *expertise*, vamos expor aqui duas das principais correntes que tratam desse ator: a que o vê como um tirano tecnocrata e a que o retrata como um ajudante social. Também trataremos a respeito da divisão de trabalho e como este processo ajudou a consolidar o papel do perito. Posteriormente, apresentaremos o nosso conceito de especialista, visto que seu papel não pode ser enquadrado sob uma única ótica, devido à sua multiplicidade. Por fim, vincularemos o especialista aos processos deliberativos.

O breve histórico apresentado da organização da administração do planejamento público do transporte em Belo Horizonte nos auxilia a compreender a consolidação do conhecimento técnico da área. Isso porque muitos daqueles que hoje são referência em *expertise* no tema adquiriram experiência vivenciando e trabalhando junto às empresas citadas. Assim, vemos que o saber técnico é alcançado, muitas vezes, no aprendizado da vida profissional. Anos de experiências trabalhando com projetos e planejamento do sistema viário podem conferir uma bagagem técnica substancial. Com a experiência profissional e, muitas vezes, o aperfeiçoamento acadêmico, esses especialistas têm sido requisitados a falar com grande frequência nas últimas décadas.

No Brasil, podemos falar em uma “Comunidade do Transporte”, praticamente dos anos 60 para frente (BUSSINGER, 1986), época similar ao nascimento das principais empresas ligadas ao trânsito em Belo Horizonte. Nesse contexto, alguns congressos começam a ser formulados e artigos publicados, sempre na tentativa de resolver este “eterno problema prioritário”. Como já vimos, estudos foram realizados, projetos foram propostos, mas a maioria do que foi elaborado ainda encontra-se arquivado em grandes organizações. Muitas obras relevantes foram realizadas, principalmente no que tange ao beneficiamento do uso do automóvel individual, como é o caso da Linha Verde⁵ em Belo Horizonte.

⁵ Segundo a Sociedade Mineira de Engenheiros, o projeto Linha Verde, lançado em 24 de maio de 2005, é o maior conjunto de obras viárias em Belo Horizonte e região metropolitana nas últimas décadas. O empreendimento inclui três conjuntos de obras: o primeiro, na avenida dos Andradas e na avenida do Contorno, compondo o Boulevard Arrudas; o segundo, na avenida Cristiano Machado, e o terceiro, na Rodovia MG-010. Uma via de trânsito rápido, com 35,4 km de extensão, liga o Centro de BH ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Torna-se fundamental deixar claro que, em nossa concepção de especialista (estes integrantes da “Comunidade do Transporte”) incluímos não somente aqueles que possuem um título acadêmico. Segundo as perspectivas de Bäckstrand (2003); Fischer (2000, 2004, 2009); Christiano (2009), Peters (2004); Davies, Burgees (2004), o especialista não se restringe a alguém que tenha uma certificação *Latu* ou *Strictu Sensu*, ainda que estes também possam estar incluídos no grupo analisado. Denominamos por especialista todo aquele que apresenta um domínio técnico maior do que as pessoas comuns sobre determinado tema, um saber não acessível aos demais cidadãos, aquele que demarca sua *expertise*, que possui um conjunto de habilidades que permitem testar suas ideias e argumentos, bem como estendê-los aos argumentos e ideias da comunidade para novos problemas e objetos, dentro do seu conhecimento de domínio, de sua especialidade.

Assim, neste trabalho, o especialista é entendido como *todo aquele que possui o domínio do conhecimento técnico sobre o campo acerca do trânsito*, seja um acadêmico, membro de algum órgão público como, por exemplo, assessor técnico do DENIT, da BHTRANS, do DETRAN, dentre outros órgãos, ou ainda aqueles atores que, de maneira direta, vão se ligar e possuir uma carga técnica contributiva no assunto, como médicos ligados a traumatologias ocasionadas por acidentes de trânsito ou ambientalistas que estudam impactos dos meios de transporte para o ecossistema.

Vamos considerar como especialistas aqueles que possuem visível *expertise* técnica e uma intimidade de perito com o assunto em questão. Alguns membros dos órgãos citados, ainda que não tenham conseguido seus cargos nos órgãos de trânsito pela prestação de concursos públicos ou indicação por mérito, recebem, dentro desses órgãos, treinamentos, além, é claro, de adquirirem vivência diária com o tema, seus problemas e suas consequências. Queremos lembrar, como já citado, que consideramos a bagagem profissional uma experiência que pode proporcionar um conhecimento substancial e uma *expertise*.

Aqui também vale ressaltar que dentro destes sistemas burocráticos de administração do trânsito, conforme já comentado, alguns dos que lá operam o fazem por indicações que advêm de outros fatores, que não somente ou especificamente a competência técnica. Detentores de tais cargos (em sua maioria cargos mais altos na hierarquia interna de cada órgão), essas pessoas acabam por vivenciar os problemas próprios de cada órgão e ganhar alguma experiência. Às vezes sua experiência se dá mais de forma administrativa, pois, por “chefiar” certo cargo, não faz de fato os

planejamentos ou “trabalhos de campo” de responsabilidade de tal órgão. Ainda assim, algumas vezes esses profissionais podem ser convidados a falar, sobretudo no ambiente midiático, por ocuparem um cargo alto. Sua posição hierárquica lhe confere *status* e autoridade de *expertise* perante o leigo.

No entanto, em questões complexas, o especialista tem que prestar contas, propor ações e lidar com as demandas advindas do trânsito, além de ser questionado por outros atores que possuem grande poder decisório (como os políticos). Aqueles que participam em fóruns deliberativos e fazem declarações à mídia apresentam, geralmente, um alto conhecimento técnico do assunto para o qual foi chamado a debater. Desta forma, a chance de que o debate ou a entrevista ocorra por um caminho mais seguro é maior, pois essas pessoas seriam aquelas mais diretamente envolvidas com projetos, obras ou planejamento, que efetivamente conhecem os problemas mais a fundo, caso sejam questionadas. No item a seguir, veremos como esse ator tem sido discutido pela comunidade acadêmica.

2.1 Especialista: um papel complexo

Diferentes correntes e pensadores de distintas áreas tentam elucidar o papel do especialista. Em variadas obras, destaca-se que o perito tem um papel fundamental no processo de tomada de decisão (BÄCKSTRAND, 2003; FISCHER, 2000, 2004, 2009; CHRISTIANO 2009, PETERS ,1997, 2004). No entanto, esse papel é visto de maneiras diferentes ao longo da história. Apesar de perspectivas distintas, a ligação entre os especialistas e a esfera formal parece ser algo subjacente à maioria dos trabalhos, o que confere a esse ator um papel relevante no jogo político.

Para nós, o especialista é aquele que possui notório saber técnico sobre o trânsito, mas a literatura que se dedica a estudá-lo vai destacar diversos papéis que ele desempenha em processos deliberativos. Para dar um panorama geral sobre algumas perspectivas divergentes, vamos pontuar duas das principais correntes de pensamento sobre o papel do perito vistas na academia.

A primeira perspectiva vê o especialista como um “tirano tecnocrata”, para o qual o conhecimento é dado como uma forma de poder e é, portanto, o princípio fundamental da era pós-industrial. Sendo assim, esta abordagem opera com a ideia de

que todos os problemas podem ter uma solução dada tecnicamente, concentrando grande quantidade do poder decisório nas mãos do especialista.

A segunda, por sua vez, se encontra ancorada, principalmente, nos pensamentos de John Dewey, que acredita que o papel do especialista deve ser o de um “ajudante” do processo deliberativo, que atua, portanto, como uma espécie de informante dos cidadãos ordinários, para que estes tenham instrução suficiente para discutir sobre questões que afetam a todos (FISCHER 2000, 2009, SCHUDSON, 2008). Ambas as linhas de pensamento serão descritas de forma mais cuidadosa nos subtópicos que se seguem. Aqui, é importante ter em mente que esse agente se diferencia não só por sua atuação em diferentes ambientes, mas que autores caracterizam seu papel de maneira diferente.

Após apontar as concepções do especialista, discorreremos sobre o papel desse ator, sem, contudo, nos filiar necessariamente a uma das visões apresentadas. Ao invés disso, buscaremos encontrar um modo próprio para conceituar esse ator. Buscaremos também pontuar como o especialista lida com processos deliberativos, apontando críticas e soluções colocadas por autores que discorrem sobre tal tema. Desta forma, pretendemos esclarecer o papel desempenhado por esse ator em processos deliberativos e as controversas que o envolvem.

2.1.1 O especialista como um tirano tecnocrata

Conforme exposto anteriormente, a perspectiva que vamos abordar neste tópico aponta para o especialista como tendo um caráter técnico, um raciocínio “frio” baseado em razões de ordem prática e na sua *expertise*. Observando a ascensão dos peritos em processos de tomadas de decisão, alguns autores apontam para uma expansão da elite de “especialistas em políticas públicas” como uma ameaça ao governo democrático, uma “quase tutela de peritos autônomos”, que não prestariam contas ao público geral (FISCHER, 2004). Isso implica dizer que, com a primazia dos especialistas, as decisões tomadas ou os processos deliberativos não seriam mais justificados perante o grande público, pois o que importaria para a finalização de um debate seria somente o conhecimento técnico.

Sendo assim, os peritos exercitariam suas habilidades, baseadas na *expertise* obtida através do treino, e acreditariam estar moralmente guiados por um entendimento e compreensão de metas e valores sociais para tomar as decisões. É como se os cidadãos

fossem excluídos do processo deliberativo por não terem argumentos e conhecimento para entrar na discussão, ou simplesmente não conseguissem se expressar. Apesar de muitas vezes os cidadãos apresentarem uma linguagem mais clara e acessível a todos, os peritos ganhariam vantagem exatamente devido ao seu conhecimento técnico, que se restringe a essa categoria e não é inteligível aos leigos. Dessa maneira, o debate fica restrito aos especialistas.

Questionamo-nos se esta posição tecnocrata evitaria o engajamento do especialista em discussões sobre questões controversas. Afinal, não discutir uma questão por um viés social, mas somente pelo tecnicismo, não ajudaria a sustentar a credibilidade do especialista? Desta forma, ele daria apenas contribuições baseadas em *expertise* teórica, sem precisar entrar em questões que envolvam uma visão mais ampla do processo. Ele estaria apenas cumprindo com seu “dever” de ser aquele que detém o conhecimento especializado, apenas executando o que seria (de fato) o seu primeiro papel: instruir e tomar decisões competentes. É como se suas decisões pudessem ser desvinculadas do âmbito político, econômico, social e outros.

Podemos ver que o início desta visão tecnocrata tem sua origem no princípio do século XIX, quando o profissional especialista era visto como a “confiança social”, tinha quase uma “obrigação nobre”, desvinculado do capitalismo, mas comprometido com o bem-estar social. Entretanto, essa relação mudou após o período jacksoniano (1820-1830), quando o profissional da *expertise* passa a ser visto como um símbolo privilegiado de elites e um objeto direto de suas políticas (FISCHER, 2009). Os profissionais, como médicos e advogados, são então compelidos a olhar para as novas práticas de organização: a forma comercial. Essa nova forma desloca o papel desempenhado pelo perito e põe em dúvida suas obrigações morais com o social e sua relação com as instâncias governamentais.

Em sua obra “*Citizens, Experts and the Environment*” (2000), Fischer retoma questões que colocam o especialista como tendo um papel de tirano tecnocrata ou de “conspirador contra a sociedade”. Para ele, *como os cidadãos poderiam participar do processo de decisão política se, obviamente, dependem do conhecimento do especialista?* Fischer (2000) argumenta que soluções desenvolvidas por peritos não são facilmente confrontadas pelos cidadãos comuns, devido à legitimidade encontrada na fala técnica. Desse modo, uma situação de comunicação assimétrica se instaura entre quem detém o conhecimento técnico e os cidadãos comuns.

Mesmo quando as informações e o conhecimento científico são repassados aos cidadãos – geralmente por fontes terceiras, como o jornalista ou o representante político –, Fischer (2009) afirma que muito é perdido nesse processo de “tradução”, como em um jogo de “telefone sem fio”. Já para Christiano (2009), o problema do debate muitas vezes ocorre porque tanto os cidadãos quanto os políticos ignoram as informações dadas pelos especialistas, que seriam consideradas “a melhor opinião” sobre determinada questão.

O problema em ter que acreditar no julgamento de especialistas que não conhecemos – cuja linguagem proferida dificulta nosso entendimento – é que o campo do conhecimento, como qualquer outro, não é uma área neutra. Nele perpassam interesses e relações de poder, de modo que o especialista pode estar circulando entre elites. Isso nos leva a duvidar de seu posicionamento. O fato de os peritos possuírem alto grau de envolvimento e poder de decisão na vida social e política – podendo trazer mudanças, dependendo da forma como seu desempenho é interpretado – faz com que sua atuação seja ainda mais questionada. Muitas vezes, inclusive, o perito pode passar do papel de “competente, confiável” para uma posição duvidosa, na qual indagamos a respeito de suas opiniões: estaria ele dizendo a “verdade” ou servindo também a interesses terceiros?

Fischer (2000) ressalta que estamos em uma era em que o especialista e seu conhecimento técnico são trazidos para o centro das questões políticas. Ele levanta questionamentos sobre o valor da opinião de um cidadão frente à opinião dos peritos, indagando se de fato o especialista seria tão mais valorado. A questão do poder ligada ao papel do especialista, para o autor, torna-se cada vez mais paradoxal, pois na medida em que as esferas formais executam ações para ampliar o poder de decisão dos cidadãos, como conselhos, reuniões comunitárias e orçamentos participativos, o reino político se torna um lugar mais organizado e burocratizado pelo conhecimento dos peritos.

Ainda segundo Fischer (2000), a linguagem técnica serviria como uma forma de esconder a participação dos cidadãos ordinários. Os especialistas, aliás, utilizariam-se de sua autoridade técnica para beneficiar as elites que os empregam contra as mudanças políticas. Os profissionais peritos passariam, portanto, a olhar os problemas sobre os quais devem se posicionar sob o mesmo ponto de vista dos seus empregadores e, frequentemente, considerariam os problemas sociais dos seus lugares de fala – fato que geraria um enfraquecimento deliberativo.

Ainda sobre a questão do poder escondido por detrás da detenção de conhecimento, o autor argumenta que os peritos são subordinados a quem, de fato, detém o poder (tais como as elites governamentais), mas, em contrapartida, o fato de não estarem no topo da cadeia decisória não significa que não sejam eles os verdadeiros tomadores de decisão. Quando um grupo diverge sobre alguma questão política (ambiental, saúde, educação, transporte), geralmente ganha o grupo que detém o conhecimento técnico maior. Um problema trazido por essa “cultura do especialista” é que peritos de várias áreas, em várias comunidades, acabam tomando decisões não só sobre aquilo em que se especializaram, mas também sobre questões de forma geral, pois há uma supervalorização do seu papel. A luta política atual, segundo Fischer (2000), é para ver quem detém a melhor *expertise*. O especialista se encontra entre o poder político e o poder público e cria uma barreira para aqueles que querem expressar seus desacordos, utilizando-se da linguagem cotidiana: “Os especialistas (...) não estão no controle político, mas suas informações e métodos tornam-se recursos essenciais para o governo da sociedade moderna”⁶ (FISCHER, 2000, p.24).

Essa perspectiva, porém, apresenta alguns problemas. O primeiro deles está na tendência de ver a solução técnica como aplicável à maioria das situações sociais e culturais: os problemas são reduzidos a meros tecnicismos. É como se tirássemos todo um contexto local e uma vida social, como se toda nova questão pudesse ser submetida ao julgamento do especialista e este tivesse conhecimento, competência e predisposição para resolvê-la. Além disso, temos que ter em mente que os especialistas são cidadãos, membros do público em outras áreas de conhecimento que não a sua e, assim, um perito em um campo raramente tem *expertise* em outro (FISCHER, 2009), o que obviamente impede que todo tipo de decisão seja tomada ou opinada de forma qualificada por esse ator.

Ademais, o “conhecimento técnico” é a matéria que os especialistas têm a nos oferecer, mas a política combina uma mistura de fatores técnicos e sociais que não podem ser entendidos separadamente. Um desempenho técnico não pode ser avaliado como “eficiente ou não”, de forma separada do contexto, pois um julgamento político completo resulta de uma série de discursos inter-relacionados, cada um com suas lógicas e métodos. Dessa forma, especialistas no contexto de questões sociais podem somente responder como cidadãos, ou melhor, como cidadãos especializados, mas não

⁶ No original: “The experts, then, are not in political control, but their information and methods become key resources in the governance of modern society”.

como detentores de uma verdade absoluta. Assim, é importante considerar que, para que haja a participação cidadã, a seguinte questão precisa ser levantada: o contexto é algo socialmente construído e, sendo assim, quem vive o contexto tem informações empíricas importantes para a implementação da política. No mundo das políticas públicas, discursos científicos não podem reproduzir ou circunscrever as questões de políticas deliberativas.

2.1.2 O especialista como um ajudante social

Como já expressei neste trabalho, uma das visões sobre o papel do especialista, adotada por alguns dos autores que estudam tal tema, é a perspectiva *deweyana*. Esses autores abordam perspectivas que envolvem o processo de tomada de decisão em um todo social. Para compreendermos melhor como o perito é entendido nessa perspectiva contextual, passaremos por essas abordagens que veem o especialista como um ajudante do processo deliberativo, como um profissional que não restringe suas avaliações a um domínio técnico, mas que interpreta o saber científico para a sociedade.

Fischer (2003) nos apresenta a ideia de que seria função da democracia encorajar pontos de vista e perspectivas diferentes, enquanto o papel de quem detém o conhecimento científico seria induzir os participantes a seguir uma resposta correta. O autor, valendo-se de uma perspectiva desenvolvida por Dewey, trabalha com a ideia (esperançosa) de uma nova divisão de trabalho entre cidadãos e peritos para aperfeiçoamento do processo democrático.

Fischer (2000, 2009), em muitos de seus trabalhos, apresenta uma visão elitista do especialista, permeada por relações entre conhecimento e poder. Esse autor, apesar disso, aponta para um caminho satisfatório na relação *cidadãos x peritos*. Ele propõe uma reformulação das práticas e dos ambientes deliberativos. Nessa nova perspectiva, os especialistas teriam um papel fundamental, como uma espécie de professores ou intérpretes que capacitariam os cidadãos a fazerem julgamentos. No caminho traçado por Bohman (2007) e Christiano (2009), o papel do especialista seria o de uma espécie de educador, capaz de influenciar, em um sentido positivo, diversos atores. O perito atuaria como um “facilitador”, na medida em que abriria espaços deliberativos e daria início a processos de problematização da aprendizagem, reflexividade e empoderamento

do cidadão. Nesses processos, diversas perspectivas seriam levantadas. Todos aprenderiam não só sobre as opiniões alheias, mas principalmente refletiriam sobre as suas próprias (FISCHER 2003, CHRISTIANO, 2009).

Ainda segundo Fischer (2000), a participação pública é entendida como a deliberação das questões por parte daqueles que serão concernidos na tomada de decisão. Ele aponta que, na verdade, os cidadãos são mais capazes de lidar com situações complexas do que é geralmente assumido. Em um processo democrático, portanto, eles deveriam discutir as análises dos especialistas. Os cidadãos devem cumprir também o papel de decisores, não o deixando apenas a cargo de quem detém o conhecimento técnico. Para Fischer (*idem*), um dos confrontos atuais sobre o futuro da democracia numa sociedade tecnológica complexa é a maior participação de cidadãos comuns nas decisões dos especialistas.

Gostaríamos de atentar para outra linha de investigação, como o trabalho desenvolvido por Davies e Burgees (2004) e o de Castro e Batel (2008). Eles vão trazer apontamentos diferenciados, especialmente sobre o papel do especialista em processos deliberativos. A pesquisa de Davies e Burgees destaca como o especialista é visto pela sociedade. Durante alguns encontros deliberativos, os autores examinaram qual relação que ele cria com os demais, sua posição discursiva e como seu conhecimento técnico é apreendido por homens e mulheres. É interessante perceber, através desse trabalho, que o papel desempenhado de cada especialista durante o processo de interação face a face com os cidadãos é fundamental para que estes confiem, acreditem e julguem os peritos. O processo interativo, o bom diálogo, a utilização de vocabulário acessível e a abrangência de razões e problemas que o cidadão conhece em seu cotidiano aproximam o especialista do cidadão ordinário, garantindo sua confiança.

No trabalho de Castro e Batel (2008), podemos destacar que o especialista também participa de um jogo social, ora se colocando do “lado da sociedade”, como indivíduos que compartilham dos mesmos problemas, ora do lado “da voz da autoridade”, que faz uma distinção clara entre “eles” e “nós” e utiliza razões e argumentos baseados na *expertise* adquirida para defender suas posições. Esse papel do especialista, que, ao se construir discursivamente na frente de outros atores, parece ficar entre o papel do cidadão comum e o papel da instância de poder, é o que queremos apreender ao longo de nossa análise.

Entendemos que conceitualizar o especialista é tarefa complexa, que não podemos simplesmente classificá-lo por “tecnocrata” ou por “ajudante” dos processos

deliberativos. O especialista auxilia no processo de tomada de decisão, no entanto, é necessário levar em consideração o contexto no qual ele fala, seu lugar de origem e mesmo qual o “tipo” de papel ele está cumprindo em cada processo de debate.

No próximo tópico, vamos discorrer sobre tal ator, sem nos atermos a uma dessas duas perspectivas apresentadas, exatamente por entender que seria uma visão restrita tipificar esse ator de forma unilateral e equânime em todas as situações.

2.2 *Expertise*, divisão de trabalho e processos de debate

Um dos aspectos mais relevantes para se compreender o papel dos especialistas é entender a sociedade no qual ele está inserido. Mais que fazer um julgamento da posição adotada por esse ator, é necessário compreender como e por que ele ganha uma posição de destaque. Idealizar um papel, como visto no tópico anterior, no qual o especialista atuaria como um ajudante do processo deliberativo, nos parece muito utópico. Aqui, pretendemos ver como autores que abordam esse tema caracterizam a realidade enfrentada por esses profissionais.

Para Bohman (1996), a deliberação requer o exercício público da capacidade de autonomia e a legitimidade deste ato vem da própria capacidade dos cidadãos de se governarem e se darem regras para uma vida comum. Para ele, legitimidade só pode ser elaborada numa concepção de igualdade política. No entanto, ainda segundo o autor, a *expertise* (o mais alto grau da divisão de trabalho), as novas tecnologias e outros fatores colocam importantes informações que estão além do alcance dos cidadãos mais informados. Segundo Reis (2004), as sociedades democráticas e pluralistas possuem um acentuado processo de divisão cognitiva do trabalho. Esta divisão, que seria mais que epistemológica (na qual é dado o conhecimento do leigo e o conhecimento do especialista), afeta diretamente a dinâmica do processo democrático (sobretudo em regimes deliberativos).

Já para Christiano (2009), a divisão do trabalho sempre foi um problema para a democracia e para uma sociedade igualitária, pois favorece as assimetrias de poder na sociedade. Essa divisão ocorre em muitas configurações diferentes, incluindo o funcionamento de minipúblicos e júris cidadãos, em que os especialistas são chamados a explicar as origens de algum ponto científico e político de possíveis medidas a serem

adotadas. Aos cidadãos comuns cabe discutir políticas alternativas, tendo como pano de fundo as informações providas por especialistas. Ainda segundo o autor, nesse processo de divisão de trabalho, os produtores de conhecimento não estão devidamente engajados com os tomadores de decisão. A chave para a resolução dos problemas seria um maior engajamento entre esses participantes, no intuito de compreender os objetivos principais dos cidadãos e articulá-los à opinião dos especialistas. Assim, os decisores tomariam suas decisões embasadas não só nas necessidades da comunidade, mas também em teorias que tivessem o apoio substancial das bases especializadas.

Embasado nos trabalhos de Dewey, Fischer (2000, p.07) concorda com Christiano quando coloca que: “No plano técnico, os especialistas analiticamente identificariam as necessidades sociais básicas e os problemas. Na frente política, os cidadãos poderiam definir uma agenda democrática para a busca da solução dessas necessidades e problemas”⁷. É evidente que não é essa a realidade que vivenciamos. Muitas das questões que afetam o todo social têm seus debates e suas decisões circunscritos e limitados às instâncias decisórias – nas quais participam os peritos –, prescindindo de um maior envolvimento dos cidadãos.

Bohman (2000) nos apresenta a perspectiva de que a divisão do trabalho influencia no acesso dos cidadãos aos *media* e no fato de suas razões serem vistas e consideradas. Além disso, as pessoas comuns não estão em posição de monitorar e questionar o que está sendo dito aos especialistas. Ele também entende que a participação baseada no modelo face a face de assembleias e encontros é inapropriada para se pensar as sociedades complexas e de larga escala como um todo. É preciso pensar outras instituições, como os *media*.

Bohman (1996) discorre sobre como democratizar as instituições na realidade atual, em que as sociedades são complexas e as organizações são grandes demais. Nota obstáculos, como as distâncias físicas e de tempo cronológico, para a promoção da discussão, problemas relacionados ao fato de nem todos estarem disponíveis no mesmo espaço e ao mesmo tempo, o que torna o vaivém do debate impraticável. O autor contraria vários críticos, sugerindo ainda que, nessas grandes instituições, medidas de participação são possíveis de serem tomadas. O autor ressalta a importância de

⁷ No original: “On the technical front, experts would analytically identify basic social needs and the problems. On the political front citizens could set a democratic agenda for pursuing these needs and troubles”.

considerarmos a interdependência das instituições complexas e seus públicos, para que haja uma reinterpretação de suas bases.

Utilizando-se de um quadro teórico *habermasiano*, Bohman (1996) aponta que a organização da comunicação da sociedade como um todo é impossível. Como dito, não estamos mais na *Ágora* ateniense, onde é possível juntar cidadãos para a promoção do debate. Com a estrutura de uma vida social real, unir cidadãos e motivá-los a deliberar é uma tarefa quase impraticável. Como resultado dessas dificuldades, desvios e violações nas normas democráticas são inevitáveis, o que não quer dizer, necessariamente, que a democracia se perde como um todo. Segundo o autor, os radicais democratas devem admitir que a complexidade nas instituições acaba por produzir e reproduzir iniquidades participativas, fazendo com que alguns atores dominem o processo de tomada de decisão: “o fato de o conhecimento e a informação serem recursos escassos nas sociedades complexas leva os cidadãos a entregar sua autonomia a peritos, representantes e outras formas de divisão de trabalho”⁸ (BOHMAN, 1996, p.168). A *expertise* aparece então para desmistificar a questão da participação igualitária, pois o conhecimento especialista traz vantagens sobre outras formas de participação. Aqui, o problema efetivo não está na questão do conhecimento superior, mas no acesso privilegiado que esses peritos têm a fóruns relevantes.

Estaríamos nós, de alguma forma, sempre subordinados à atuação do perito? Bohman (1996) enfatiza alguns pontos positivos da divisão de trabalho, que criam uma interdependência entre atores sociais e proporcionam maneiras eficazes de solucionar problemas complexos. Para defender sua posição, esse autor se utiliza dos estudos de Susan Shapiro. Esta autora coloca que a maior parte dos cidadãos não está apta a fazer todas as verificações e testes presentes no dia a dia (na verdade, pouco refletimos sobre quantos testes teríamos que fazer e em quantas discussões, portanto, nos engajaríamos), desde o manufaturamento da comida que consumimos até os testes em elevadores que usamos em nosso serviço, por exemplo. Deste modo, os cidadãos devem responder à representação e ao assessoramento dos especialistas. É mais prático confiar na *expertise* de um técnico para viajar de avião do que ter que aprender sobre projetos de aerodinâmica etc., caso necessite fazer um voo. Não há como saber de tudo o tempo todo. De alguma forma, o conhecimento especialista se faz necessário, o que não

⁸ No original: Aside from the fact that such limits give rise to inequalities in effectiveness in participation, knowledge and information are scarce resources in complex societies, so citizens surrender their autonomy to experts, delegates, and other forms of division of labor.

impede, segundo Reis (2004), um compartilhamento político e cultural entre leigos e peritos. Estaríamos nós, de alguma forma, sempre subordinados à atuação do perito?

O autor aponta os movimentos sociais como uma manifestação de sucesso na mudança dos especialistas em arenas políticas e no campo de atuação desse ator. Os movimentos sociais têm demonstrado que desigualdades não são um resultado inevitável da divisão de papéis na esfera pública. Na perspectiva de Bohman, a deliberação política em sociedades complexas envolve uma divisão de trabalho além do nível de deliberação e decisão. É como se todos os membros estivessem, então, aptos a fazer parte do discurso, mas não do mesmo jeito. Assim, enquanto reconhece que desigualdades existem, principalmente as de informação e conhecimento, essa perspectiva também assume a necessidade de participação por partes de todos os concernidos. Ou seja, é necessário que os detentores da *expertise* interajam com o público.

2.2.1 Um papel múltiplo para o especialista

Como já apresentado, não nos parece profícuo tipificar o especialista como um ser estático e único (tecnocrata ou ajudante do processo social), mas exatamente procurar compreender sua complexidade, para que possamos apresentar não uma, mas suas diversas faces ao longo deste trabalho.

Conforme visto, o especialista ocupa um papel de autoridade não só pelo conhecimento que detém, mas pelo fato de ter um acesso facilitado a fóruns de discussão. Sendo assim,

o conhecimento obtido por meio da experiência do dia a dia parece, à primeira vista, pouco rico se comparado àquele adquirido por meio de uma formação sólida, coerente e científica na Academia. Não é raro encontrar quem os situe em campos opostos, excludentes, geralmente posicionando o conhecimento de cientistas e especialistas em um nível superior ao conhecimento do homem comum, que deve ser “domesticado”, se pensarmos em uma posição conservadora, ou “burilado”, se pudermos falar em uma posição mais moderada. Mas a concepção que repousa sobre suas ideias é a de que o homem comum precisa ser “ensinado” e de que seu conhecimento adquirido pela experiência pouco tem a ver com este processo. (REIS, 2004, p. 07)

A questão do *conhecimento especialista X conhecimento dos leigos* e as tensões que ela provoca, ultrapassam as situações do dia a dia e trazem também consequências

nas decisões de cunho político, econômico, mercadológico (dentre outros), em diferentes âmbitos. Como já apontado, a divisão de trabalho seria prejudicial à esfera pública, pois distingue e hierarquiza o conhecimento, propiciando uma relação de poder à autoridade técnica. O acesso à informação definiria o acesso à esfera pública, uma perspectiva adotada por Fischer (2000, 2009). Assim, o conhecimento do especialista seria reconhecido pelos membros de sua categoria e pela sociedade, enquanto o dos leigos seria colocado no lugar do conhecimento comum. Os especialistas formariam um “sistema de peritos”, segundo Giddens (1991, p.35), “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”. Sendo assim, o especialista seria “qualquer indivíduo que pode utilizar com sucesso habilidades específicas ou tipos de conhecimento que o leigo não possui” (*idem*, p.105).

Lippmann (1992) mencionado por Schudson (2008) é um autor que apresenta outra perspectiva. Após a I Grande Guerra, ele publica trabalhos que dizem da incapacidade dos cidadãos de comandarem informações precisas sobre o mundo para se governarem adequadamente. Em trabalhos posteriores, ele argumenta que os especialistas são pessoas que tentam colocar de lado seus interesses e desejos quando examinam o mundo. Eles seriam, portanto, a salvação da democracia.

Isso não quer dizer que os peritos devam ser candidatos a cargos públicos como governos, mas que quem disputa esses cargos deveria chamá-los a falar. Como já visto, Dewey discorda desta visão, pois acredita que, como qualquer classe no processo de divisão de trabalho, os especialistas também defenderão seus interesses mais do que os interesses públicos. É importante ter em mente que este último autor não tem por pretensão tirar o poder dos peritos, mas apenas advertir que a comunicação entre esse e os leigos é essencial. Adotando uma posição mais social, os especialistas não deveriam ser responsáveis por recortar e executar políticas, mas descobrir e tornar conhecidos ao grande público os fatos dos quais as tomadas de decisão políticas dependem.

Schudson (2008) usa de uma base *foucaultiana* para explicar que poder e conhecimento são “dois lados da mesma moeda”, que se interpenetram e que não há como pensá-los de forma separada. O autor também afirma que

“a premissa do trabalho contemporâneo é que o conhecimento produzido pelos especialistas está situado em si mesmo, que não existe tal coisa como conhecimento neutro - em certo sentido, não há quase nada que possamos

reconhecer genuinamente como “conhecimento” técnico” (SCHUDSON, 2008, p. 111)⁹.

Turner (*apud* SCHUDSON, 2008) defende a ideia de que a *expertise* vai contra a ideia de democracia, na qual os cidadãos são iguais, e também faz uma crítica a Dewey, argumentando que se a *expertise* é invariavelmente contingente ou condicional, então não pode ser neutra, muito menos clamar por uma neutralidade. Ainda nos achados de Schudson (2008), vemos que este se utiliza dos trabalhos de Shapiro para apresentar a ideia de que os peritos estão sempre ao lado de alguém, que não necessariamente do público. Sendo assim, conhecimento e poder seriam coisas inseparáveis. Schudson (*idem*), no entanto, acredita que o conhecimento de arquitetos e físicos, por exemplo, não é algo puramente técnico e que a *expertise* política de especialistas não é tão difícil de separar de julgamentos de valores e preferências, como colocam outros autores.

Um exemplo que este autor nos dá é o trabalho do mecânico. Quando um mecânico conserta um carro, ele quer saber quem dirige, em que tipo de estrada, quantas vezes por semana. Mais do que um diagnóstico técnico, o diagnóstico é também social e econômico. Claro que nem todas as profissões podem ser flexíveis assim, ultrapassando o nível técnico. Quando é necessário o parecer de um piloto de avião, por exemplo, queremos a maior quantidade de dados técnicos possível.

Segundo Susan Shapiro, mencionada por Schudson (2008), alguns processos são postos para limitar a tendência da autoridade especialista, sem sufocar certa posição de esoterismo que a acompanha (uma visão do especialista como um ser místico, com um conhecimento da verdade), como é o caso do júri posto em julgamentos criminais, que está ali para avaliar e limitar o papel dos advogados e promotores, por exemplo. A *expertise* deve ser subordinada ao controle da lei.

Mas a objeção de Shapiro e Dewey sobre os peritos na democracia não é convincente, pois o que eles propõem está muito longe de nossas práticas atuais. Os problemas relativos à *expertise* advêm basicamente de dois caminhos segundo Schudson (2008): 1) A distância entre os especialistas e os demais cidadãos, que faz com que não haja um processo de *accountability* para preservação da democracia; 2) A autonomia que o perito possui, dada pela autoridade democrática, faz com que sua voz represente a *expertise* de uma classe de especialistas, enquanto a burocracia procura de alguma forma subordiná-los.

⁹ No original: The premise of contemporary work is that the knowledge that experts produce is itself situated, that there is no such thing as neutral knowledge - in a sense, that is scarcely anything one might recognize as genuinely "technical" knowledge.

Vemos, no entanto, que em alguns casos os especialistas abandonam seu profissionalismo em detrimento do poder burocrático, como é o caso dos profissionais envolvidos no caso de Abu Ghraib,¹⁰ nos EUA. Muitos médicos estiveram presentes em momentos de tortura de prisioneiros iraquianos. No entanto, não houve denúncia de tal ato por parte destes. Isto mostra que o discurso do especialista, às vezes, está condicionado ao papel político e social que este ator desempenha.

Assim, fica claro que nem tudo o que o especialista pensa ou sabe ele pode dizer, isto porque, muitas vezes, ele está condicionado a obedecer uma hierarquia maior, com chefes e uma burocracia que condicionam seu saber. Desta forma, seu saber é limitado, ele está vinculado ao seu lugar de fala. Muitas vezes, o perito é influenciado a dizer aquilo que seus chefes querem que ele diga (FISCHER, 2009). Os profissionais da *expertise*, assim, colocam seu profissionalismo em uma espécie de “sistema de espera” e acabam por ceder à pressão das organizações, adotando seus pontos de vista e falando o que seus líderes querem ouvir (SCHUDSON, 2008).

O conceito de especialista não pode ser então definido como algo separado do social, não influenciável ou deslocado de uma relação espaço/temporal. No início deste capítulo, apresentamos conceitos como “aquele que detém o conhecimento técnico”, mas, para Schudson (2008), ele vai além. Este autor vê o conhecimento do especialista como algo socialmente comprometido ou socialmente construído. O que definiria um perito como sociologicamente tipificado é submeter sua *expertise* a autoridade de um grupo de pares.

O que exatamente é um especialista? Um especialista é alguém na posse de conhecimentos especializados, que é aceito por toda a sociedade como legítima. O conhecimento de um especialista inclui habilidades, técnicas específicas, com base em alguma apreciação mais ampla do campo de conhecimento em questão. Em áreas acadêmicas, dizemos que é alguém que “conhece a literatura”, isto é, sabe o debate e as questões relevantes para o uso do conhecimento especializado em mãos. O conhecimento do perito está enraizado em conhecimentos. (SCHUDSON, 2008, p.116)

Sendo o especialista um sujeito construído por fatores sociais, que precisa negociar com questões que ultrapassam o conhecimento técnico, pois se ligam a outras estruturas da vida – como culturas, valores morais, temas éticos, podemos inferir que

¹⁰ A prisão de Abu Ghraib é um complexo penitenciário, com área de 1,15 km², situado em Abu Ghraib, cidade iraquiana, 32 km a oeste de Bagdá. Foi construída pelos britânicos quando o Iraque ainda era uma colônia da Grã-Bretanha. Até agosto de 2006, o lugar conhecido como Prisão de Abu Ghraib foi usado pela frente de ocupação norte-americana e o governo do Iraque. Foi local de torturas em diferentes graus e em diferentes momentos sob a ocupação da coalizão Estados Unidos da América - Reino Unido. Tornou-se internacionalmente conhecida como lugar de torturas contra prisioneiros iraquianos quando, em 2004, fotos de militares americanos praticando atos violentos de tortura ganharam destaque na mídia internacional.

aspectos são acionados não só para uma *accountability* na sociedade, mas para autorrefletir sobre as próprias questões, visto que o perito também carrega consigo uma história de vida que influencia suas decisões e um lugar de fala que também se mostra determinante.

Baseados em perspectivas anteriormente apresentadas, adotamos como nossa posição uma visão que busca ver no papel do especialista não só o conhecimento técnico, mas estímulos e questões que estão dispostas no social. Nessa visão, há uma ascensão dos valores, o reconhecimento da normatividade dos princípios e a essencialidade dos direitos fundamentais. Segundo Bäckstrand: “Quais são as fronteiras entre o conhecimento científico e não-científico, especialistas e leigos do conhecimento, o conhecimento global e local, avaliação e gestão de riscos?” (2003, p. 27) ¹¹.

Na atualidade, os peritos são questionados por outros participantes que trazem para o debate questões como o valor da vida, a responsabilidade com a natureza, a ética e a moral, etc. A cultura se mostra como algo enraizado nos proferimentos, que carregam consigo uma bagagem (valores, julgamentos, posições que foram construídas ao longo da vida). Assim, os especialistas, ao recorrerem às suas avaliações de determinadas questões, devem atentar não apenas para a formulação de soluções técnicas, mas também ao social (FISCHER 2009).

2.2.2 *Expertise* e processos deliberativos

Com ênfase no uso da razão, segundo Barber e Bartlett (2005), era de se esperar uma abertura à *expertise* científica no fazer político, principalmente em democracias. No entanto, essa não é a realidade. “Muitos democratas deliberativos preocupam-se que a ciência especializada, e o conhecimento que produz, é construída sobre uma base retórica que inclui, necessariamente, analogia, metáfora, e a não demonstração racional a partir de uma opinião” (BARBER e BARTLETT, 2005, p.147). Isto se torna problemático, visto que os especialistas, quando não tomam a decisão, estão diretamente envolvidos em processos decisórios. Se suas razões não são claras para um entendimento público, seu distanciamento do cidadão fica cada vez maior. Sobre a credibilidade dada ao perito, podemos concluir que:

¹¹ No original: What are the boundaries between scientific and non-scientific knowledge, expert and lay knowledge, global and local knowledge, risk assessment and risk management? On what basis can these boundaries be maintained?

O reconhecimento racional da autoridade de um especialista envolve tomar o seu raciocínio como uma procuração, porque supomos que os especialistas sabem mais do que nós e que, se tivermos acesso ao que o especialista sabe, nós chegaríamos portanto à mesma conclusão¹². (BARBER e BARTLETT, 2005, p.148)

Se os especialistas tomam decisões que não têm uma compreensão clara para o leigo e se depositamos neles uma confiança, quase que um “poder de uma procuração”, para tomarem decisões em nosso lugar, este processo se mostra bastante problemático. Segundo os autores (*idem*), podemos notar então três motivos pelos quais os democratas deliberativos acham que os peritos são atores problemáticos para a democracia.

O primeiro motivo seria a dificuldade que os peritos têm de transferir sua *expertise*, visto que as questões políticas ultrapassam as fronteiras de apenas um campo ou disciplina. O segundo se encontra no fato das questões serem multidisciplinares. Desta forma, os críticos acreditam que não há um especialista que seja realmente confiável. Este pensamento se encontra com os anseios de Fischer (2009), quando este autor diz que o fato de especialista o ser em uma área não significa que é em todas. Desta maneira, parece que a titulação que recebe lhe confere competência para agir em qualquer campo, só pelo fato de ser denominado especialista. O terceiro motivo advém do fato de que sempre vai haver uma lista de problemas a serem alegados para questões políticas. Assim, o especialista receberia mais poder e credibilidade do que necessita.

A questão parece bastante controversa, visto que alguns estudiosos acreditam num trabalho de *expertise* funcionando dentro de sistemas democráticos, como Schudson (2008) e Bohman (1996). Barber e Bartlett (2005) afirmam que, em parte, a controvérsia desta questão já aparece mesmo nos trabalhos de Habermas. Este último autor defende a razão em uma situação de ideal de fala, mas, por outro lado, o saber científico é visto com um elemento fundamental do poder administrativo. Desta forma, podemos notar a ambivalência dos democratas deliberativos sobre o papel da ciência e da *expertise* nos processos de deliberação.

Stephen White (1988 *apud* BARBER e BARTLETT, 2005) defende Habermas, dizendo que sua teoria dá margem para partes privilegiadas (nas quais estariam inclusos os especialistas), mas que, para gozar de privilégio, estas devem demonstrar um grau pelo qual a desigualdade pode ser justificada. Ou seja, deve passar pelos princípios de não coerção, não manipulação e não enganação. Parece-nos, então, vistas estas

¹² The rational recognition of an expert's authority involves taking his or her reasoning as proxy because we suppose that the experts knows more than we do and that, if we had access to what the expert knows, we would therefore arrive at the same conclusion.

considerações, que os democratas deliberativos são ambivalentes em relação à *expertise*, com defensores árdios e críticos afiados. Rawls, por exemplo, conforme expresso por Barber e Bartlett (2005), ao contrário da Habermas, faz boa imagem do uso da *expertise* em processos de democracia deliberativa. Não vê os especialistas dotados de um papel especial.

A teoria democrática deliberativa, como citado, é especialmente focada em indivíduos enquanto participantes, com concepções particulares de autonomia, racionalidade e igualdade, determinando a institucionalização do governo democrático (BARBER e BARTLETT, 2005). O poder atribuído ao perito, ao contrário das elites, está no nível de conhecimento e da razão, sendo conferido a este grupo um *status* potencialmente especial na teoria deliberativa. Os autores entendem os especialistas enquanto um grupo que contribui com um conhecimento único e que clama por uma autoridade intelectual, ao mesmo tempo em que sugerem diferentes papéis para estes peritos no processo político.

Há uma crescente presença/necessidade dos especialistas nos debates políticos, isto porque, há alguns anos, os países desenvolvidos experimentaram uma passagem de um estado administrativo para um científico com uma agenda cada vez mais cheia de questões científicas. “Mesmo quando o problema não é, obviamente, científico ou tecnológico, nós olhamos para a contribuição dos peritos¹³” (BARBER e BARTLETT, 2005, p. 188).

De acordo com Schudson (2008), quando os especialistas estão servindo bem a um governo democrático, eles podem prover três tipos de serviços: 1) Eles podem dizer a verdade ao poder, fornecendo informações e pontos de vista que ajudariam a formar a decisão do líder; 2) Eles poderiam clarear questões do espaço público, promovendo a capacidade de legisladores e do público em geral de se engajarem efetivamente em processos de tomadas de decisão; 3) Eles poderiam diagnosticar oportunidades e diagnosticar injustiça. Eles estão inseridos na cultura legislativa, para avaliar questões relacionadas à política.

Segundo Haskell (1979), citado por Schudson (2008), algumas medidas, no entanto, devem ser tomadas para um melhor aproveitamento da *expertise*, uma visão próxima à de Bohman (1996). Para ele, o poder dos especialistas pode ser neutralizado através de algumas estratégias políticas (como a utilização de painéis de

¹³ No original: Even when the issue is not obviously scientific or technological, we look for expert input.

assessoramento) ou podem chegar a um consenso, quando são distanciados do envolvimento com o “fazer político”. Segundo Schudson (2008, p. 123) “não há nenhuma boa razão para julgar a democracia incompatível com a especialização”, e como não somos suficientemente informados para julgar todas as questões que nos permeiam, temos que confiar no julgamento de outrem. Esta ideia vai corroborar o pensamento de Bohman apresentado anteriormente.

Ainda segundo Schudson (2008), para manter a democracia a salvo, alguns cuidados são necessários como: todos os cidadãos deveriam ter direito à alta educação; a educação deveria estar entre os valores democráticos; alguma forma de limite à autoridade especialista deveria ser dada.

É importante um background social e uma cultura política no desempenho de papéis sociais para a sustentação de uma coletividade bem informada. Como indivíduos que se engajam em práticas deliberativas, os cidadãos fazem uma linha racional razoável (BARBER e BARTLETT, 2005). Eles assumem que seus interesses são desenvolvidos em um processo de cooperação. A interação entre estes sujeitos prevê normas de discurso em que razões possam ser dadas e aceitas, nos sistemas aos quais se submetem. Os especialistas envolvidos em processos de tomada de decisão política vão providenciar métodos e conclusões da ciência que fornecem o background para a deliberação dos cidadãos comuns. Ou seja, os peritos atendem a processos de testes para validar as questões em pauta perante os outros participantes.

Os peritos devem entender que só sua ciência não é suficiente em processos deliberativos. É necessária alguma sustentação política, o envolvimento com uma perspectiva legal. Os peritos também devem utilizar uma linguagem compreensível e oferecer razões que possam ser acessíveis (ou ao menos potencialmente) para todos os cidadãos. “De tudo isso podemos concluir que é um potencial facilitador, ao invés de qualquer qualidade autoritária, que justifica qualquer influência deliberativa que os peritos podem apreciar para além do público em geral” (BARBER e BARTLETT, 2005, p. 200).

Teóricos afirmam que não basta combater o especialista. Esta não é uma solução viável. Mas, de acordo com Reis (2004), é preciso criar possibilidades de acesso nos vários níveis dos afetados, incluindo a deliberação sobre a própria divisão de trabalho. Não basta para os cidadãos comuns estarem em uma comunidade política, mas esses devem ter a chance efetiva de influenciar o processo deliberativo, ainda que ter

razões discutidas e analisadas não signifique tê-las aceitas por parte das instâncias formais.

Capítulo 3: A deliberação em diferentes ambientes discursivos

Neste capítulo, apresentaremos nossos lugares de debate: os ambientes de minipúblicos e midiáticos. Nossa pesquisa ocorrerá através de matérias de jornais e das atas taquigrafadas das reuniões da Assembleia Legislativa. Aqui, explicaremos como funciona cada ambiente e faremos os apontamentos sobre as diferentes condições deliberativas que eles estabelecem, sobretudo baseados em Chambers (2005, 2009) e Goodin (2005). Os constrangimentos e oportunidades que cada um oferece vão nortear nossas hipóteses de trabalho.

Dois *locus* deliberativos em que os especialistas estão constantemente presentes são os ambientes de minipúblicos e os *media*. Segundo Habermas (1997), o processo deliberativo seria a busca pela melhor solução de questões conflituosas presentes na dinâmica social. Seria um esforço para se encontrar o caminho, mais válido, justo e legítimo para estas questões controversas, através de razões válidas para a tomada de decisão. Sendo assim, os princípios da democracia deliberativa *habermasiana* têm servido tanto a autores que defendem as deliberações em arenas restritas quanto aos que defendem em esferas públicas (SAMPAIO *et al*, 2010, MAIA, 2011).

Os *media*, tanto quanto o minipúblico, se mostram como um *locus* no qual os proferimentos, mais do que ganhar visibilidade, são debatidos. O meio midiático serve como uma arena, onde os atores podem justificar seus proferimentos, procurando a aceitação dos envolvidos na deliberação. Assim, consideramos que estes ambientes atuam como fóruns para o debate cívico, levando os interlocutores a se posicionarem diante de uma audiência ampliada. Nesses fóruns, os peritos ganham papel de destaque, uma vez que são convidados a falar como atores que detêm o conhecimento, a *expertise*. Suas falas recebem credibilidade, destaque e atenção. Muitas vezes, são chamados a esclarecer fatos e eventos que, eventualmente, um leigo não entenderia ou necessitaria de seu auxílio para uma melhor compreensão.

Nos *media*, além de “falar para o grande público”, temos que considerar que esse debate é estendido no tempo, o que confere ao especialista a chance de responder às questões de forma técnica, sem entrar em aspectos conflituosos de valores ou moral. Como o que o especialista fala não é repassado diretamente ao público, ele tem a oportunidade de responder a indagações previamente pautadas e questionar o

entrevistador se, na hora da entrevista, este sair do que havia sido previamente combinado, por exemplo.

Nos minipúblicos, a interação é face a face. Os especialistas são chamados a responder por seus proferimentos de imediato, têm que resolver questões conflituosas no processo de debate e desenvolver seus argumentos de forma rápida, levando em conta o proferimento do outro à sua frente, mesmo quando uma questão o “pega desprevenido” sobre o assunto que estava previamente pautado. Nossa premissa é a de que os argumentos dos especialistas possuem uma justificativa técnica (pelo próprio papel que ocupam), mas também têm de ser desenvolvidos sob uma perspectiva moral e social, sobretudo quando estão em ambientes em que a contestação de suas falas se dá de forma rápida. Caso o especialista não se faça entender, ou sua justificativa não seja aceitável (ao menos de imediato), será contestado e o processo de deliberação continuará até que uma solução seja proposta e aceita pelas partes envolvidas.

3.1 Deliberação no ambiente midiático

A mídia pode constituir um campo privilegiado para influenciar as decisões dos sujeitos e também estender os processos comunicativos para além do contexto local. Isso permite a emergência de esferas públicas periféricas e a consequente expansão do espaço discursivo. Dessa forma, podemos evidenciar como a visibilidade dos *media* possui um contato intenso com a esfera de discussão pública, fazendo com que a *opinião publicada*¹⁴ passe a apresentar um volume de ressonância com a opinião pública.

Maia (2004, 2008a, 2008b) aponta que a relação que se estabelece entre os *media* e a esfera pública é de pré-estruturação: os meios de comunicação pré-estruturam a esfera pública, mas não a determinam, já que esse não é o único espaço de discussão contemporâneo, nem um espaço exclusivo de debate. Para a autora, é preciso olhar para a mídia enquanto uma instituição que está inserida nas estruturas da sociedade de forma sistêmica (MAIA, 2006, 2008b). Assim, dá-se ênfase para as relações de reciprocidade e

¹⁴ Termo utilizado por Habermas (2006) para designar aquela opinião produzida pelos meios de comunicação em massa, no qual os jornalistas, principalmente, escolhem os recortes, enquadramentos e vieses que vão dar a determinada notícia. Ou seja, estes profissionais editam as notícias, já as fornecendo sobre um determinado olhar aos leitores.

interdependência entre a mídia, os outros subsistemas e a vida cotidiana, sem ignorar, contudo, a relativa autonomia que cada um desses âmbitos tem, funcionando, pois, como sistemas com relativa liberdade.

A mídia é vista, então, numa relação circular com as dinâmicas sociais, daí que olhar para ela diz respeito também aos debates que temos na sociedade. Ao alimentar debates sociais, mas também ser alimentada por eles, a mídia tem o importante papel de estender questões em princípio locais para debates no âmbito público. Segundo Reis (2004), ao dar visibilidade a um determinado tema, a mídia catalisa discussões que nascem em esferas públicas com menor abrangência. Assim, a extensão da publicidade que os *media* produzem acaba por afetar a natureza da própria informação. Segundo Adam e Xenos (2000), a informação mediada seria a base para a formação de opinião de um grande público. Como trabalha com relativa autonomia, é ela que seleciona as vozes que ganham espaço em suas matérias. Segundo Bennett *et al* (2004), citado por Maia (2008b, p.93), “os *media* são fundamentais para definir quem se comunica com grandes audiências”.

As esferas midiáticas assumem tamanha importância no diálogo com as esferas da vida cotidiana que Habermas, em seus trabalhos mais recentes, vai demarcar a visibilidade das indústrias de comunicação como um *locus*, por excelência, da esfera pública abstrata (Habermas, 1997[1992]). Segundo Maia (2007), podemos compreender que os *media* retiram os discursos do localismo e os colocam para um público difuso, diversificado e ilimitado, através de seus aparatos tecnológicos e sua capacidade de extensão. Ainda conforme a autora:

[...] aquilo que os meios de comunicação disponibilizam para o conhecimento público pode ser estendido a uma variedade de contextos, sendo que, em todos os casos, novas interpretações podem emergir, através de dimensões temporais e espaciais distintas. (MAIA, 2007, p.102)

Para Mansbridge [2009 (1999)] e Sampaio *et al* (2010, p.5), o sistema deliberativo ampliado “é composto pela conversação entre representantes formais e informais em fóruns públicos, da conversação entre ativistas políticos, da conversação cotidiana em espaços privados sobre assuntos públicos e até da conversação nos *media*”. Nas democracias modernas, só a mídia poderia fornecer um cenário comunicativo que permita a deliberação em ampla escala. No entanto, é necessário desenvolver um olhar crítico para compreender as especificidades deste meio.

Da conversa cotidiana na sociedade civil até os discursos nos meios formais que ocupam o centro do sistema político, vemos a deliberação ganhar formas diferentes e

contribuir para a legitimidade de diferentes maneiras, passando inclusive pelo canal dos *media*. Chambers (2009) nos alerta que, ao passar por esse canal, é necessário atentar para o poder da imagem em detrimento do conteúdo, principalmente quando focamos o meio TV. Para a autora, os *media* ajudariam a formar cidadãos mais críticos à medida que convoca atores a serem *accountable* e disponibilizam dados de como são realizadas as pesquisas de opinião, por exemplo. Desta forma, ela promoveria um debate sobre o que de fato é opinião pública, limitando o que a elite poderia fazer “em nome do interesse público” (CHAMBERS, 2009). Isso ajudaria a tornar os cidadãos menos passivos. Para Adam e Xenos (2000), umas das principais consequências dos *media* seria deixar resultados deliberativos que têm ação no mundo real.

Mas, no ambiente midiático, os assuntos são pautados previamente e, quando convocados a falar, os especialistas o fazem para uma audiência implícita. Eles, ao menos é o que pressupomos, recorrem ao saber científico para sustentar seus argumentos e se posicionarem como aqueles que detêm “a autoridade do conhecimento técnico”. Isso porque, ainda que o leitor não concorde com ele ou queria contestá-lo em algum ponto, não poderá fazê-lo de imediato no mesmo nível de conhecimento especializado. Falando para um público não presente, o especialista não precisa entrar em temas controversos ou que gerem um “mal-estar” em parte da sociedade. Por exemplo: ao ser questionado sobre a duplicação da Avenida Antônio Carlos, o perito poderá ressaltar o quanto a obra é prioritária ou necessária para a cidade sem entrar em questões como quantas famílias foram desapropriadas para tal duplicação ou como ficou a situação financeira dessas pessoas com indenizações baixas, além dos problemas trazidos para o entorno, como a sujeira, a poluição sonora e os pontos de ônibus que foram realocados durante a duração da obra.

Podemos afirmar, portanto, que a mídia tem uma forte relação simbiótica com a sociedade, pautando-se nos assuntos debatidos nessa e também fornecendo pautas para a discussão social. Assim, nos apoiaremos na perspectiva de que grandes volumes de debates que se processam na sociedade encontram um ponto de contato claro com a esfera pública de visibilidade midiática e, desse mesmo modo, voltam para a sociedade, em um processo circular.

3.1.1 Um adendo sobre o jornalismo

Temos em mente que os *media* funcionam de uma forma autorregulatória, pois, enquanto sistemas perpassados por outros sistemas sociais possuem certa liberdade de operação. Os *media* possuem uma lógica interna de funcionamento, como assinala Maia (2008b, p.89):

Para entender o processo de mediação operado pelos meios de comunicação, é preciso estar atento às regras, às convenções e aos constrangimentos, quer sejam criados pelos sistemas, quer sejam autoimpostos pelos comunicadores profissionais. Os *media* não funcionam como meros “condutores” de informação.

Assim, é preciso ficar claro que os *media* não funcionam como um jogo de perguntas e respostas e que aquilo que é perguntado também não chega necessariamente ao leitor *ipsis litteris*, como se dá na entrevista durante o processo face a face. Todo o conteúdo de uma matéria é editado e isso faz com que o jornalista dê a essa entrevista um enquadramento previsto ou desejado da editoria do local que trabalha.

O processo de seleção da notícia já começa no próprio ato de entrevista, pela seleção de quem fala, quanto tempo essa pessoa fala e quais perguntas lhe são direcionadas. Uma série de intenções está presente nesses atos. Qual o objetivo da entrevista? Seria chamar o especialista a falar para contrapô-lo a uma voz do governo? Seria endossar alguma medida ou obra financiada pelas instâncias formais? Seria ouvir diversas opiniões acerca de um determinado assunto: sociedade civil, esferas governamentais, técnicos?

Segundo Schudson (2003, p.33), “notícias não são um espelho da realidade. São uma representação do mundo e toda representação é seletiva” (p.33). De acordo com Gomes (2009), o discurso de autolegitimação do jornalismo toma seus relatos como se fossem a revelação das coisas mesmas e não simplesmente uma narrativa. Assim, o fator de distorção da notícia não é pessoal, há distorções socialmente construídas nas estruturas e rotinas do modo de fazer a notícia. O repórter, editor ou os próprios donos das instituições de notícias sabem o que um determinado evento significa, mas vão colocá-lo de acordo com a política, economia ou ideologia que seguem. Os jornalistas conhecem o “por trás” da notícia, os segredos não revelados e podem oferecer um juízo definitivo sobre as coisas, “mas acreditar no fato como algo desvinculado da ideia de subjetividade se mostra ingênuo” (*idem*, p.16). Segundo Gomes (*ibidem*), não há verdade sobre um fato ou evento ocorrido, mas verdades, cujas validades são relativas ao interior

das fronteiras das respectivas formas de vida. Conhecer algo é construir, organizar e interpretar, não apenas espelhar ou refletir dados da experiência.

Estudos sobre enquadramento apontam que “as notícias são construídas através de determinados enquadramentos que definem, organizam e conformam a realidade” (MAIA, 2008a, p.100). Isso implica dizer que, durante o processo da escrita jornalística, uma dada realidade é percebida e selecionada de maneira a torná-la mais saliente no texto. Desse modo, uma definição particular do problema é produzida, uma interpretação, uma crítica moral ou uma recomendação (ENTMAN, 2003 *apud* MAIA, 2008a). Grosso modo, seria dizer que os jornalistas mostram, através de uma notícia ou uma entrevista, um ponto de vista dos diversos que podem se dar ao redor de uma dada questão.

Assim entende-se que a construção de sentido pelos profissionais da comunicação não é autoevidente, fruto da vontade ou da consciência individual. Os textos da mídia são resultados de princípios que estruturam cognitivamente e culturalmente os sentidos, em articulação com as próprias relações sociais. De tal sorte, a natureza dinâmica dos enquadramentos será melhor concebida se assumirmos a pluralidade de posições e valores e, conseqüentemente, a tensão entre as interpretações colocadas em movimento pelos indivíduos e grupos numa dada situação. (MAIA, 2008b, p.101)

No entanto, é preciso lembrar que a comunicação política mediada não precisa se encaixar no padrão de uma deliberação completa. Além dos enquadramentos dados pelos jornalistas, eles geralmente acionam para dar entrevista aqueles que tendem a contribuir para a matéria que devem fazer, seguindo a linha argumentativa que estão dispostos a trabalhar em tal matéria.

3.2 O ambiente de minipúblico

Como canais institucionalizados de participação e com identidades e atribuições legais formalmente instituídas, as Comissões emergem como novos instrumentos da política social e passam a ser expressões da democratização da política e da sociedade. Ancorados nessa ideia e observando as comissões, objeto empírico de nosso trabalho, como organizações que buscam um novo desenho institucional para a promoção da democracia, vamos apresentar nossa concepção de minipúblicos, que está embasada nos conceitos desenvolvidos por Fung (2004).

Para esse autor, a noção de minipúblico diz respeito aos esforços de concentração de um público em escala modesta para que o processo deliberativo possa ocorrer de forma real (aqui não falamos de forma ideal), não mais vislumbrando os milhares de atenienses na *Ágora*, como na Grécia Antiga, mas algo mais próximo de nossa realidade. Segundo Fung (2004), essa concepção de minipúblicos se mostra pertinente, pois públicos circunscritos se encontram numa escala menor.

Esses esforços altamente manufaturados confiam na criação de instâncias de esferas públicas aperfeiçoadas. Elas reúnem cidadãos, às centenas ou aos milhares, mas certamente não aos milhões, em deliberações públicas organizadas de maneira autoconsciente. Seguindo Robert Dahl, chamarei a esses esforços de minipúblicos. Às vezes lembram as reuniões municipais, e às vezes funcionam como associações propositivas. (FUNG, 2004, p. 174).

Para lidar com as dificuldades da esfera pública em grande escala, o autor vê a necessidade de investir em projetos mais modestos, em reproduzir esferas públicas aperfeiçoadas. O conceito utilizado por Fung é baseado na ideia de *minipopulus* de Robert Dahl (1989), porém, mais inclusivo e mais conectado à sociedade civil e ao Estado. Fung (2004, 2006) considera esses minipúblicos como os esforços mais promissores para o engajamento cívico e a deliberação pública, especialmente se proliferados pela sociedade. Tais esforços implicariam transformações constantes, com alto impacto no desenho de uma democracia participativa. Também podemos dizer que, com a fragmentação da vida cultural e política da atualidade, reformas efetivas na esfera pública podem convergir mais para uma proliferação de minipúblicos melhores do que para uma melhora do grande público.

Ainda nas ideias proferidas por Fung (*idem*), o autor sugere que, mesmo aqueles teóricos que quiserem saber algo no nível macro, terão que descer ao nível de detalhamento dos desenhos institucionais para a deliberação pública efetiva. O autor ressalta, porém, que os minipúblicos não são dados como algo fixo, que possuem sempre o mesmo desenho, mas com uma possibilidade de desenhos diferentes, características e pontos prós e contras que aparecerão em cada formato.

“Existem desenhos institucionais que buscam educar os cidadãos; outros se baseiam na consulta a cidadãos sobre questões públicas (suas necessidades e anseios); e há formatos que buscam incentivar a discussão entre os cidadãos para a efetiva implementação de políticas públicas. Este último caso é o que justamente nos interessa. O modelo apontado consiste, mais exatamente, da deliberação entre cidadãos, visando à busca do entendimento entre os participantes, de forma a solucionar situações problemáticas, geralmente através de uma decisão específica.” (SAMPAIO *et al*, 2010, p.04)

Fung (2004) sugere quatro divisões conceituais de minipúblicos¹⁵, que, segundo ele, contribuem bem mais que a legitimidade das decisões tomadas, visto que incluem também processos de *accountability* pública, justiça social, governança e mobilização popular. O autor não aponta um tipo ideal, mas apresenta diferentes concepções para diferentes desenhos, sendo que cada um destes desenhos implica impactos e resultados diferentes. No caso a ser verificado, adotaremos a concepção de *cooperação para a resolução participativa de problemas*. Essa concepção “prevê um relacionamento contínuo e simbiótico com o Estado e a esfera pública, destinado a solucionar determinados problemas coletivos, tais como a degradação ambiental, escolas deficitárias ou ruas inseguras” (FUNG, 2004, p. 177).

Acreditamos que esta definição se aplica bem ao nosso problema em questão, visto que, segundo o autor, algumas questões públicas são tão complexas que chegam mesmo a desafiar o conhecimento e a opinião do especialista. Juntos, cidadãos e peritos poderiam chegar a soluções mais criativas. Na visão dos mais céticos, este desenho favoreceria também a responsividade do Estado, uma vez que os membros do público poderiam vigiar com maior facilidade o funcionalismo público. Ou seja, este tipo de desenho favoreceria a constituição de cidadãos mais informados, um monitoramento maior das ações estatais, e uma diminuição do clientelismo, porque “buscam aglutinar amostras representativas de todas as camadas sociais e incentivar o debate segundo regras da deliberação” (SAMPAIO, *et al*, 2010, p.05).

Sabemos que não podemos limitar o conceito de minipúblico à comissão que escolhemos para analisar, exatamente por esse conceito não ser algo fixo, mas que varia em detrimento do tamanho, função e desenhos institucionais. Mas, para facilitar a leitura, vamos aqui nomear a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas por minipúblicos.

¹⁵ Em seu trabalho de 2004, Fung sugere quatro tipos de minipúblicos, de acordo com o desenho institucional apresentado em cada esfera democrática. No trabalho, citado o autor não só categoriza estes tipos, como dá exemplos reais de cada um em sua análise. Um primeiro tipo seria a concepção de “fórum educativo”, que é categorizado pela “pretensão de criar condições quase ideais para os cidadãos formarem, articularem e refinarem opiniões sobre determinados assuntos públicos, por meio de conversações, uns com os outros” (2004, p.176). Um segundo tipo seria o “conselho participativo consultivo”, que “propõe não apenas aperfeiçoar a qualidade da opinião, mas também alinhar as políticas públicas a preferências meditadas” (2004, p.176). Um terceiro tipo seria a “governança democrática participativa”, que “procura incorporar as vozes dos cidadãos diretamente na determinação das agendas políticas” (2004, p.177). O quarto tipo apresentado por Fung será apresentado ao longo de nosso próprio trabalho.

3.2.1 Concepção e características de um minipúblico

Sobre a questão dos minipúblicos, vemos despontar diferentes trabalhos a respeito do assunto. Entre importantes autores, encontramos Fung (2004, 2006), Goodin; Dryzek (2006), Fung & Wright, (2003). Esses trabalhos estão preocupados em analisar os desenhos institucionais de ambientes deliberativos e a forma de seleção dos participantes do debate nos minipúblicos, como uma maneira de se providenciar um ambiente mais democrático. Assim, a problemática das comissões insere-se, de forma fundamental, na temática da governança democrática e nas questões pertinentes aos novos desenhos institucionais, marcando uma reconfiguração das relações entre Estado e sociedade e instituindo uma nova modalidade de controle público sobre a ação governamental. Podem, dessa forma, ser considerados como instrumentos de *accountability*. Ao tematizar problemas e inseri-los no sistema político, esse tipo de desenho em forma de comissão configura uma realidade institucional e discursiva.

Nos trabalhos de Dryzek e Goodin (2006), os autores procuram evidenciar, com exemplos empíricos, como os minipúblicos podem contribuir para religar macropolítica e micropolítica. Nossa perspectiva se distancia da visão desses autores quando os mesmos excluem a deliberação de tribunais, assembleias legislativas, administrativas e agências, ou ainda quando eles enfatizam que, para um processo de representação legítimo, as pessoas que vão participar devem ser escolhidas em um processo de estratificação social e demográfica e não devem se “autosselecionar” para o debate. Nesse ponto, adotamos uma perspectiva mais *fungiana*, que considera as alternativas excluídas acima.

Também o trabalho de Fung (2004) nos parece mais interessante, quando o autor toca em pontos cruciais do processo deliberativo, destacando quem participa, como participantes comunicam uns com os outros e fazem decisões em conjunto e como as discussões estão ligadas à política ou ação pública. Dessa forma, essa comissão constitui um espaço de argumentação sobre valores, normas e procedimentos e de formação de consensos, transformação de preferências e debate sobre temas que estão constantemente em nosso cotidiano. Segundo Chambers (2009), estas instituições (os minipúblicos) devem ser pequenas para serem genuinamente deliberativas, e representativas o suficiente para serem genuinamente democráticas. Essas considerações e os pontos levantados por Fung apontam importantes indícios para

analisar o comportamento deliberativo do especialista, sujeito observado em nosso projeto.

Em seu artigo de 2004, trabalho de grande repercussão, Fung argumenta que a importância de um minipúblico e seus resultados vai depender de seu desenho institucional. Para observar as características de cada um desses desenhos, o autor preocupa-se em detalhar os pontos que devem ser observados e que serão importantes para nosso trabalho na hora de se analisar a parte empírica. Aqui, demonstraremos aqueles que serão relevantes para a nossa observação:

- 1) *Quem?* Para esse autor, é importante que os encontros e as atividades públicas sejam abertas e que os interessados possam se autosselecionar para o processo de debate.
- 2) *O quê?* Todos os assuntos são tidos como parte do jogo para o debate na ampla esfera pública, já que excluir algumas matérias restringiria impropriamente a liberdade de expressão e a liberdade política. É importante ter em mente que a escolha do tema modela o próprio funcionamento e o impacto do minipúblico¹⁶.
- 3) *Como?* Segundo Fung, a deliberação é um processo de discussão pública, no qual os participantes oferecem propostas e justificações para sustentar decisões coletivas. Essas propostas são embasadas por justificações que apelam aos outros participantes e, por razões que outros possam aceitar, desta forma, tendem a ser mais justas.
- 4) *Por quê? Apostas.* Segundo o autor, o engajamento dos atores depende de quanto eles têm a perder ou ganhar com a tomada de decisão em debate. As deliberações *quentes*, com participantes que têm muitos interesses em jogo, tornam possível uma melhor discussão. Mais participantes serão atraídos para as deliberações quentes e elas serão sustentáveis ao longo do tempo. Esse parece um ponto bastante importante para nós, visto que as decisões tomadas no Plenário Legislativo envolvem leis, obras, uma quantidade significativa de

¹⁶ Segundo Fung (2004), é importante observar que, em determinadas áreas, os cidadãos podem contribuir com informações sobre suas preferências e valores, que são inacessíveis para os planejadores de políticas. Em outros casos, eles podem estar mais bem posicionados para avaliar os impactos acerca da decisão a ser tomada e passar um *feedback* mais real para seus representantes, como parece ser o nosso caso estudado.

status e verbas no jogo político, pois se trata de um minipúblico com poder para tomada de decisões.

- 5) *Empoderamento*. Um minipúblico, de acordo com Fung, tem poder apenas no caso de seus resultados deliberativos influenciarem as decisões políticas. Os participantes levam mais a sério as deliberações em minipúblicos que são empoderados.
- 6) *Monitoramento*. O monitoramento pode acontecer por uma alimentação dianteira, que pretende refinar a opinião pública e gerar discussão sobre um assunto (participantes acreditam que os mandatários levarão essas deliberações em conta, no processo decisório). Ou, por alimentação traseira, que revê a qualidade da ação e da implementação em curso de determinada política. O monitoramento ajuda a promover um aprendizado público e *accountability* (e a transparência aumenta a legitimidade das ações).

Tais fatores se configuram como base para analisarmos a qualidade deliberativa. Eles ajudarão a entender como os especialistas se envolvem no processo de debate. Cremos que tomar as falas destes peritos para avaliá-las, sem levar em conta o ambiente em que ocorrem, seria um erro grosseiro em processos comunicativos. Desta forma, estas características precisam ser levadas em consideração no momento de construção de nossas categorias de análise.

Os minipúblicos objetivam um aumento do engajamento cívico e incitam os cidadãos a deliberar. Assim, a participação seria uma medida de sucesso destes desenhos. Vale ressaltar, entretanto, que a quantidade de participantes depende da habilidade dos organizadores em mobilizar indivíduos (FUNG, 2004). Nesse processo, é importante destacarmos o perfil de quem participa desse tipo de procedimento, para atribuir qualidade deliberativa, lembrando que a “boa deliberação” deve se pautar em discussões que sejam racionais, razoáveis aos outros participantes, igualitária e inclusiva. Segundo Fung, “políticos, administradores e outros representantes obtêm informação a partir do processo” (2004, p.185). Cremos que, nesses ambientes,

“os representantes colham benefícios informativos quando o tema for sobre o qual os cidadãos possuam conhecimento específico, ou sobre o qual suas visões estejam divididas, opacas ou especialmente propensas a mudar no curso da consideração deliberativa” (FUNG, 2004, p.186).

Mas não só a esfera formal ganha, pois os fatores da boa deliberação produzem informações também aos cidadãos. Assim, “arenas deliberativas funcionam como

escolas de democracia, onde os indivíduos adquirem as habilidades de cidadania e passam a considerar os interesses públicos mais acentuadamente em suas próprias preferências e inclinações” (*idem*, p. 187). A deliberação cria, então, uma situação em que aqueles que estarão submetidos a uma determinada política têm neste espaço a oportunidade de criticá-la. Neste espaço também há um impulso da eficácia dos programas debatidos para que sejam legítimos e os dados de sua implementação possam ser discutidos e aprimorados. Quando um minipúblico obtém sucesso em sua realização, ele pode promover mobilização social para além daquele espaço.

No entanto, o desenho recebe críticas, sobretudo, devido à sua limitação. Segundo Chambers (2009), os minipúblicos são internamente democráticos, mas apenas em uma medida interna, porque seus participantes não conseguem uma representação perante o grande público, visto que não conseguem convencer o público em geral que suas escolhas valem a pena serem seguidas. Uma visão errada do desenho também é que os sujeitos que lá debatem são seres “à parte da sociedade”. Segundo Sampaio *et al* (2010), é importante ter em mente que participantes em minipúblicos não são seres excluídos da sociedade e trazem consigo para o debate opiniões exteriores (inclusive opiniões/dados dos *media*) e não são jurados que devem se isolar de qualquer influência, mas, antes e sobretudo, devem estar engajados nos problemas sociais para contribuírem de uma melhor forma.

Acreditamos que, nesse ambiente, como já dito, o especialista se valerá de recursos argumentativos que ultrapassam o domínio técnico, pois, em se tratando de uma interação face a face, seus argumentos podem ser testados e confrontados, obrigando esse ator a fornecer resposta no momento da deliberação. cremos que, em alguns momentos, o perito cederá em certos pontos de suas propostas para negociar com os outros integrantes do debate, apresentando um maior nível de flexibilidade e revisibilidade. Não acreditamos, contudo, que ele se comportará de forma semelhante nos *media*, devido às características do próprio meio, no qual ele pode se valer de argumentos mais fincados em embasamento técnico.

3.3 Diferentes ambientes, diferentes condições deliberativas

Tanto os *media* quanto os minipúblicos mostram-se como um *locus*, no qual os proferimentos ganham visibilidade e são debatidos. O meio midiático serve como arena no qual os atores podem justificar seus proferimentos, procurando a aceitação dos envolvidos na deliberação. Assim, consideramos que estes ambientes atuam como fóruns para o debate cívico, propiciando aos interlocutores a oportunidade de se posicionarem diante de uma audiência ampliada. Nos minipúblicos, por sua vez, os falantes também têm que justificar seus posicionamentos e podem ser questionados de imediato por outro debatedor, mas por estarem menos ao alcance da publicidade (no sentido de ir a público, e público visto como audiência ampliada), têm a chance de mudar suas opiniões com mais liberdade e fazerem acordos com os demais participantes.

Nos *media*, além de “falar para o grande público”, temos que considerar que esse debate é estendido no tempo, o que confere ao falante a chance de responder às questões de forma técnica (por exemplo), sem entrar em vieses conflituosos de valores ou moral. Como o que o falante, no caso deste trabalho o especialista, diz não é repassado diretamente ao público, ele tem a oportunidade de responder a indagações previamente pautadas e questionar o entrevistador se, na hora da entrevista, este sair do que havia sido previamente combinado, por exemplo.

Já nos minipúblicos, a interação é face a face. Os debatedores são chamados a responderem por seus proferimentos de imediato, têm que resolver questões conflituosas no processo de debate e desenvolver seus argumentos de forma rápida, levando em conta o proferimento do outro à sua frente. Muitas vezes, as questões tomam rumos que não eram previstos ou desejados, mas o interlocutor é constrangido a ser *accountable* sobre aquele assunto.

Nesta seção, gostaríamos de evidenciar que ambientes diferentes, como os já dispostos, podem propiciar características diferentes ao debate, o que pode proporcionar modos de comportamento discursivo diferentes aos peritos. Isto não significa que eles vão moldar ou enquadrar falas e comportamento de quem neles discute, mas acreditamos que podem contribuir com constrangimentos e liberdades distintas para a atuação dos especialistas. Também cremos que somente as características dos ambientes não são decisivas no comportamento apresentado pelos debatedores. Questões de

ideologia, lugar de fala, poder burocrático são alguns fatores que também são determinantes na hora de expor uma ideia (SCHUDSON 2008).

Estudiosos (GOODIN, 2005; CHAMBERS 2005, 2009; MAIA, MARQUES e MENDONÇA, 2008; SAMPAIO *et al* 2010) da área já chamam a atenção para a diversidade de condições para o debate presentes em diferentes tipos de ambientes. Chambers (2005, 2009), em especial, vai elaborar alguns trabalhos que discutem ambientes deliberativos, nos quais o debate ocorre de forma aberta e outros que ocorrem de forma fechada. Ainda que a discussão de Chambers não se aplique diretamente ao tipo de deliberação que ocorre nos minipúblicos, que têm por princípio uma abertura à participação cidadã, alguns dos pontos que a autora levanta podem nos ajudar a diferenciar os ambientes deliberativos e se aplicarem também a nossa situação de minipúblicos.

Gostaríamos de deixar claro que o fato de haver uma abertura para a participação cidadã não significa que esta ocorra. Muitas vezes, não há uma divulgação sobre como esta participação pode ocorrer e os cidadãos, por não saberem que há tal oportunidade, deixam de contribuir. Este é um aspecto observado em algumas comissões parlamentares, como o caso da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas da ALMG e outras instâncias ou fóruns deliberativos. Assim, a discussão fica restrita aos próprios parlamentares e convidados (que são em grande maioria *experts* da área ou representantes de setores estatais/grandes empresas privadas) ou são representados através de associações da esfera civil organizada, sem chegar a ter uma participação direta. Podemos estender este pensamento a outras comissões, conselhos e assembleias, tanto em nível público como privado. Ter esta ideia em mente é importante para que possamos compreender melhor como as ideias de Chambers (2005) vão nos ajudar a pensar sobre a deliberação nestes ambientes.

Segundo Chambers (*idem*), é importante questionarmos: “É melhor para a deliberação pública acontecer a portas fechadas e assim isolar os debatedores contra os efeitos nocivos do brilho da publicidade? Ou a deliberação deve ser em fóruns abertos para garantir a máxima transparência e escrutínio dos cidadãos?” (2005, p.255)¹⁷. Em seu trabalho de 2009, ela faz um contraste entre artifícios utilizados para se deliberar em público ou em ambiente privado. Retomando raízes filosóficas em Platão, Sócrates e

¹⁷ No original: “Is it better for public deliberation to go behind closed doors and so insulate deliberators from the harmful effects of the glare of publicity? Or should deliberation be in open forums to insure maximum transparency and citizen scrutiny?”

Kant e em autores de uma geração mais recente como Bohman, Young e Garsten, a autora faz uma contraposição entre os primeiros, que tendem a condenar a retórica como elemento deliberativo, por achar que ela é emotiva e manipulativa e os segundos, que defendem que ela é um componente legítimo da deliberação, alegando que a retórica diz como um conteúdo é dito. Apesar do foco do trabalho estar em construir uma argumentação que distinga a retórica plebiscitária da retórica deliberativa¹⁸, Chambers chega a fazer distinções deliberativas entre os ambientes dos *media* e de minipúblicos – o que nos interessa considerar.

A noção de que cada ambiente vai proporcionar tipos de debates diferentes é clara. A escolha entre “portas abertas” ou “portas fechadas” traz consequências não só para o processo deliberativo, mas como ele é visto e percebido pelos demais cidadãos, como é o caso dos ambientes citados aqui. No nosso trabalho, o que vemos dos ambientes escolhidos é que, pelo baixo grau de visibilidade que as reuniões da Assembleia Legislativa possuem, elas teriam as características similares aos de ambientes “fechados”. A publicidade destas reuniões é muito baixa, muitos cidadãos nem conhecem as Comissões Permanentes da ALMG e nem sabe que as reuniões de audiência pública são abertas à sua participação. Das decisões tomadas neste ambiente, pouca visibilidade é dada aos resultados ligados às reuniões. Às vezes, propostas de leis ou algumas decisões resultam deste tipo de reunião, mas não é dado a ver que foi de lá que se originou o debate. Já os ambientes dos *media* são ambientes de grande visibilidade, tanto que ajudam a pautar a sociedade e se pautam por ela. Os *media* ampliam o debate, estendem-no no tempo e dão a ver diferentes perspectivas de diversos tipos de atores, isto devido à grande visibilidade que possuem perante a sociedade. Desta forma, os jornais seriam ambientes “abertos”.

Nestes ambientes, virtudes, valores e problemas serão colocados e acionados de forma distinta. Segundo Chambers (2005, p.255), em alguns casos, os processos que ocorrem “a portas fechadas” seriam necessários para se alcançar uma deliberação de alta qualidade, pois “a deliberação é mais sincera, honesta e importante se ela, às vezes, é retirada do escrutínio público”¹⁹. Numa visão socrática, a verdade só poderia aparecer em pequenos grupos nos quais perguntas podem ser direcionadas aos participantes e

¹⁸ Para a autora, a retórica plebiscitária tem origem em Platão e estaria sendo guiada pela emoção, sendo então manipulativa e monológica, não deixando espaço para a deliberação. Já a retórica deliberativa se refere ao assunto e também se refere ao processo, no sentido de “pensar com” opções para a ação futura, ela envolve a capacidade do cidadão de fazer julgamentos práticos.

¹⁹ No original: “[...] in both branches, deliberation is more candid, honest and valuable if it sometimes is sheltered from public scrutiny.”

respondidas (CHAMBERS, 2009). O segredo contribuiria para a qualidade da deliberação em contraposição à publicidade/visibilidade projetada pelos *media*. Ou seja, em um espaço pouco visível, como dos minipúblicos, os especialistas poderiam utilizar argumentos mais sinceros, reflexivos e que tocassem em pontos de conflitos, promovendo um debate mais franco. Nos *media*, os debates ganham visibilidade, deslocam-se no espaço-tempo, chegam ao grande público. Nos *media*, a teoria normativa de democracia deliberativa encontra o princípio de publicidade de forma positiva, ressaltando os benefícios de ir a público com seus argumentos. De acordo com Simone Chambers (2005, p. 256):

Embora haja discordância sobre os detalhes do efeito de publicidade, não há consenso mais geral entre os teóricos deliberativos sobre quão saudável isto é: ter de defender as preferências de uma política pública implica um bom motivo para a utilização de razão pública²⁰.

Chambers utiliza o termo “razão pública” em um “sentido bem genérico”, nas palavras da mesma. Para ela, razão pública envolve justificação e *accountability* dirigida a um público caracterizado pelo pluralismo, uma razão que o grande público pode aceitar. Em um primeiro sentido de utilização da razão pública, a publicidade e uma *accountability* crítica encorajariam os participantes a examinarem suas crenças e argumentos (de acordo com o princípio socrático).

Assim, os especialistas – sujeitos desta pesquisa – seriam chamados a ser responsivos na hora de se posicionarem sobre suas opiniões. Dessa forma, o falante, ao defender um argumento em público, vê a necessidade de articular sua posição com cautela, para se defender caso haja um contra-argumento inesperado. Essa necessidade de articulação do participante envolve a consideração dos pontos de vista opostos e a demonstração do raciocínio utilizado, declarando abertamente a que princípios, valores e virtudes ele recorre. Segundo Goodin (2005), o princípio da veracidade seria dizer apenas o que você realmente acredita ser verdade. É fundamental que os falantes geralmente respeitem essa regra sobre a verdade, para que o resto de nós seja capaz de crer nas proposições que estão afirmando.

No jogo do debate, as ações não são arbitrárias; ao contrário, são sempre realizadas com alguma motivação. Os ambientes “fechados” tenderiam a favorecer motivações egoístas e estreitas. Porém, quando se trata de políticas públicas, as razões

²⁰ No original: Although there is considerable disagreement on the details of the publicity effect, there is general agreement among most deliberative theorists about what is salutary about it: having to defend one’s policy preferences in public, leans one towards using public reason.

expressas costumam ser de interesse geral. Isso porque, segundo Chambers (2005, p. 257), “defensores de políticas públicas vão se sentir compelidos a articular suas reivindicações em termos de interesse público”²¹. Já a publicidade tem um efeito democrático na deliberação, incentivando os participantes a mobilizarem argumentos que apelem para o “valor comum”, ao invés de argumentos que recorram a valores sectários e limitados.

Em contraste com a razão pública, Chambers aponta outro tipo de razão, que ocorre em discussões a “portas fechadas”, nos moldes colocados no início deste tópico: a razão privada. Este tipo de razão não pode ser dada a um público em geral, são razões que apelam a alguma autoridade, bens ou verdades que não são compartilhados por todos e não podem ser persuasivos para todos, como parcerias entre empresas privadas e órgãos públicos, em que ambos troquem “favores”. Algumas razões não seriam justificativas válidas, pois não passariam no teste de accountability. A razão privada, por vezes, parece egoísta, beneficiando o autointeresse, mas não precisa ser necessariamente prejudicial ao bem comum.

Razão privada refere-se a razões e justificativas que não podem ser compartilhadas pelo público em geral. Os candidatos possíveis para esta categoria são as razões que apelam para alguma autoridade (por exemplo, as escrituras), ou valores (por exemplo, a prioridade do meu bem-estar ou do meu grupo), ou crenças (por exemplo, Deus está morto), que não é compartilhada por todos e nunca poderia ser convincente para todos. Esses motivos são os tipos inadequados de justificativas para políticas públicas, porque não passam em um teste de responsabilidade democrática. (CHAMBERS, 2005, p.257)²²

O sigilo tende a induzir a barganha e a razão privada; a publicidade, a induzir o argumento. E, ao incentivar os participantes a pensar em termos do bem comum, argumentar (pelo menos no que diz respeito aos fundamentos constitucionais) é melhor do que barganhar. Por outro lado, configurações privadas são melhores do que configurações públicas, porque as primeiras deixam menos espaço para os pré-compromissos estratégicos e as ofertas que vão além do que pode ser cumprido.

Ainda segundo Chambers (2005), quando as sessões são secretas, os membros podem falar francamente, mudar suas posições e aceitar compromissos sem preocupar-

²¹ No original: Defenders of public policy will feel compelled to articulate their claims in public interest terms.

²² No original: Private reason refers to reasons and justifications that cannot be shared by the general public. Possible candidates for this category are reasons that appeal to some authority (e.g., scripture), or good (e.g., the priority of my or my group’s well-being), or truth (e.g., God is dead) that is not shared by all and could never be persuasive for all. Such reasons are inappropriate sorts of justifications for public policy because they fail a democratic accountability test.

se constantemente sobre o que o público e a imprensa podem dizer. Os especialistas, assim, poderiam agir com maior naturalidade e debater com maior abertura para novas opiniões. Sob o brilho da publicidade, os argumentos apresentados publicamente podem ser superficiais ou mal fundamentados. Embora não ocorram de modo “secreto”, os minipúblicos evitariam certas patologias presentes na comunicação de massa. Eles promoveriam o diálogo, a exposição de ideias, uma comunicação sem mediações e simétrica. Desta forma, este desenho proveria participantes mais engajados e com uma posição mais reflexiva a respeito da demanda do outro (CHAMBERS, 2009). Mas a autora também adverte que pensar os minipúblicos como o único lugar para a deliberação e virar as costas para a ampla esfera pública é voltar a uma posição platônica. Os minipúblicos não serviram para substituir a democracia representativa, e sim para completá-la (*idem*).

Um problema associado ao “ir a público” é a que as razões apresentadas, muitas vezes, aparecem de uma forma “rasa”: os falantes querem agradar a um maior número possível de pessoas ou parecer firmes e decisivos aos olhos do público, não deixando espaço aberto para mudanças de opiniões ou para a explanação de questões em níveis mais profundos. Alguns autores, como Steiner *et al* (2004) e Wessler (2007), notam que os falantes em público estão interessados em “marcar pontos” com uma plateia de cidadãos.

Além disso, de acordo com Chambers (2009), a teoria normativa combina dois sentidos de publicidade, o “em público” e o “no diálogo com os outros” e este segundo sentido seria bem mais fácil de se alcançar em um lugar de segredo, pois o debate aconteceria de forma mais livre. Isso seria também uma vantagem das deliberações que ocorrem de forma privada. De acordo com Goodin (2005), a “sala de bancada” é, em primeiro lugar, um lugar para a sinceridade. Os membros podem falar livremente, sabendo que o que é dito na sala de reunião permanece em segredo. Lá, as deliberações podem alcançar a “autenticidade, sem enganação”, ao passo que, em outras partes do processo, não (GOODIN, 2005). Em comissões, parlamentos, etc., os membros podem falar quantas vezes quiserem; qualquer membro pode reconsiderar a ação passada, sem receio do que o grande público vai pensar.

Nos ambientes fechados, o presidente toma uma parte ativa nas deliberações, considerando que, na câmara legislativa em si, o papel do presidente é mais puramente processual (*idem*). Uma das justificações para deliberações de nível mais alto em ambientes fechados é a de que os parlamentares, nesse tipo de reunião, se conhecem

muito bem e, assim, não têm que demonstrar passo a passo todas as suas posições e lógicas. Outro fato importante é a diferença do nível de respeito encontrado entre reuniões abertas e fechadas. Interlocutores são muito mais propensos a usar o discurso desrespeitoso em público do que no privado. Ao estarem num jogo deliberativo em uma plateia de cidadãos, os legisladores, em um sistema competitivo, sabem que há muito a ganhar ao descreditar um adversário e pouco a ganhar ao elogiá-lo (CHAMBERS, 2005).

Segundo Goodin (2005), a deliberação a portas fechadas se mostra interessante, pois ela dinamiza o processo deliberativo. Prejulgamentos e aquisição do conhecimento se estabelecem em um “momento fechado”, antes de ganhar uma visibilidade maior. Em seu trabalho, este autor oferece um modelo de “distribuição” (ou uma deliberação delegada) – com diferentes agentes do jogo e diferentes funções deliberativas – como uma alternativa para o modelo de deliberação do “ator unitário” (GOODIN, 2005). O autor, ainda que ressalte especificamente nesse trabalho a organização de instituições decisórias, corrobora a ideia de que instâncias deliberativas diferentes são conduzidas por princípios bem diferentes, oferecendo oportunidades e constrangimentos diversos no âmbito deliberativo. Assim, a análise em mais de um ambiente permite estabelecer uma base comparativa para perceber exatamente o papel disposto dos *media* como propagadores e ampliadores de determinado discurso advindo de um corpo de atores específicos, e dos ambientes fechados como *locus* potencial para se alcançar virtudes deliberativas e a promoção do debate de alta qualidade. Podemos observar uma lógica interna de funcionamento, que propicia aos falantes se posicionarem de forma diferente.

Aqui, é importante ressaltar que queremos observar o papel discursivo específico do especialista. Dadas essas questões de diferenças de constrangimentos e oportunidades em cada ambiente, nossa pretensão é analisar como o ambiente é capaz de provocar situações de fala, às quais esse sujeito precise se adequar. Como já mencionado no início deste tópico, sabemos que seria imaturo dizer que o ambiente molda o comportamento discursivo do ator. Temos em mente que o sujeito social é trespassado por lugares de fala, ideologias, vivências, papéis burocráticos e vários outros fatores que ajudam a marcar seu lugar enquanto sujeito discursivo. No entanto, não descartamos a ideia de que o ambiente teria influência sobre o falante. Cada tipo de ambiente oferece aos especialistas pontos positivos, como a publicidade o que os faz buscar o bem comum nos *media* e a possibilidade de uma deliberação mais sincera nos minipúblicos; e pontos negativos, como a busca pela conquista de audiência em

ambientes midiáticos, que faz com que argumentos possam ser rasos, e a possibilidade de usar razões privadas e a barganha em processos que acontecem em ambientes fechados. Nosso trabalho é verificar o quanto isso pode ser empiricamente verdade e como o jogo deliberativo ocorre, influencia e é influenciado nesses dois ambientes.

Capítulo 4: A “nova” rodoviária do Bairro Calafate, um problema sem solução aparente

Para que fiquem claras nossas escolhas metodológicas, aqui é importante descrever nosso problema de pesquisa e o material escolhido para empiria. Começaremos por apresentar um panorama sobre a rodoviária do Calafate. Posteriormente, apontaremos um recorte e a justificativa do porquê trabalhar com tal tema. Apresentaremos nosso material de coleta e depois nossa metodologia de análise, o Discourse Quality Index (DQI). Posteriormente, demonstraremos nossas categorias de codificação.

O Bairro Calafate pode ser caracterizado como um bairro essencialmente residencial, entretanto possui um grande comércio local ao longo da sua via principal, a Rua Platina. Neste espaço do bairro, podemos verificar a oferta de uma infinidade de serviços e produtos como bancos, supermercados, locadoras de vídeos, açougues e lojas de autopeças. Considerado um “bairro antigo”, com sua fundação no início do século XX, através do Núcleo Suburbano do Calafate, fica localizado na região Oeste da capital mineira. Na última década, porém, um projeto de lei mudou a vida dos moradores desta região. O projeto de lei 1.508/07 prevê a construção da nova Rodoviária em um terreno da Via Expressa, entre as avenidas Silva Lobo e Tereza Cristina, localizadas neste bairro. Este projeto tem por finalidade retirar a atual rodoviária do centro da cidade, desafogando o fluxo de veículos que transitam pelo local, pertencente ao hipercentro da cidade.

Os moradores do bairro e regiões do entorno foram contra a transferência da nova rodoviária, alegando prejuízo no tráfego da região, que, segundo eles, já é bastante denso para ainda receber mais veículos e problemas ligados à desapropriação, segurança, economia e infraestrutura, legalidade do projeto, dentre outros. A discussão sobre a transferência tornou-se ainda mais acalorada nos anos de 2007 e 2008. No primeiro ano, devido ao projeto de lei 1.508/07, que tramitou pela Câmara dos Vereadores e que autorizava o Executivo a dispor terreno para a construção do empreendimento, orçado em R\$ 40 milhões. A matéria previa ainda a concessão do espaço para exploração da iniciativa privada por 30 anos, prorrogável pelo mesmo período se houvesse interesse entre as partes. Nesse projeto, a Prefeitura de Belo Horizonte pretendia ainda implantar uma estação do metrô, no valor de R\$ 17 milhões,

100 lojas que deviam se transformar em um centro de conveniência e 380 vagas de estacionamento. No segundo ano, a discussão se acirrou, por se tratar de ano eleitoral. Esse tema latente foi bastante discutido, sobretudo pelos principais candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte, Márcio Lacerda (PSB) e Leonardo Quintão (PMDB).

Apesar dessa discussão ocorrer em âmbito municipal, visto que o projeto afeta o município de Belo Horizonte, o debate se estendeu e ganhou tamanha visibilidade por parte dos *media*, que foi parar em audiências públicas na Assembleia Legislativa, alcançando um âmbito de discussão governamental. Um dos problemas alegados era que o terreno era ilegal, sendo que o projeto pertencia ao município e o terreno era 1/3 do Estado; e que os estudos técnicos específicos para a transferência não haviam sido realizados. No decorrer do processo, uma manobra política foi usada pelo vice-líder do governo, Paulo Lamac (PT), que empregou o artigo 94 do regimento interno do Legislativo, que permitia que a votação do projeto da rodoviária não fosse discutida pelas comissões da Câmara, mas fosse direto para a aprovação em segundo turno, o que apimentou as discussões.

Participaram dessas reuniões entidades da esfera civil, como a Associação Comunitária do Prado-Calafate, Associação SOS Bairros, Associação dos Moradores e Amigos do Coração Eucarístico, Associação Social, Cultural, Esportiva Nova Suíça, Gameleira, Vila Aglomerados e Adjacências; representantes das esferas formais como o Procurador-Geral do Município de Belo Horizonte, Vereadores da Câmara Municipal e os Deputados da ALMG, e especialistas da área, como engenheiros da Secretaria de Transporte e Obras Públicas, Diretores do DER, Assessores da Presidência da BHTRANS, arquitetos urbanistas, Diretores de Cidades do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB. O tema foi pauta de discussão de três audiências durante o período selecionado. Segundo os idealizadores do projeto ele seria:

Com relação à nova rodoviária, no Bairro Calafate, prevista para entrar em operação em 2010, a Aliança por BH a considera como uma mudança necessária e estratégica, pois a atual localização tem consequências bastante negativas no trânsito do hipercentro da cidade. Por outro lado, o novo local, próximo ao Anel Rodoviário - que liga Belo Horizonte às principais cidades do Estado e do Brasil -, entre a Via Expressa e a ferrovia, a isolará da vizinhança, reduzindo possíveis impactos. As vias ao seu entorno serão reestruturadas para atender à demanda e não congestionar aquela área. O novo terminal, a ser integrado ao Metrô, será moderno, oferecendo todo conforto e segurança aos usuários. (acesso em 13 de novembro de 2010)²³.

²³ Acesso disponível em:

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=27630&chPlc=27630&rmos=rodoviária calafate>

Com o apoio de algumas entidades formais e especialistas respaldados em estudos de trânsito e com a desaprovação de moradores da região e de alguns peritos também, o tema divide opiniões e até mesmo bancadas parlamentares. Controverso, o assunto chamou atenção pela mobilização que articulou diversos setores da sociedade. Posições técnicas e a vivência dos moradores entraram em conflito, fazendo as mais diversas razões virem à tona na busca por uma solução. Ancorados em posições de bem comum, de razões técnicas e de domínio do cotidiano, ambos os lados argumentaram em favor de suas propostas. A controversa fica evidente na notícia do Portal Uai:

Projeto da nova rodoviária de BH é discutido na Assembleia

Emerson Campos – Portal UAI

O Procurador-geral de Belo Horizonte, Marco Antônio Resende Teixeira, defendeu nesta quinta-feira o projeto de transferência do terminal rodoviário para o Bairro Calafate durante audiência pública, realizada pela Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

De acordo com Resende, o novo projeto não representa prejuízo para a região do Calafate (Zona Oeste de BH). "A imagem da rodoviária está prejudicada pela situação do entorno dela, mas a transferência será benéfica para a população", pontuou.

O procurador lembrou ainda que a definição do novo endereço foi discutida na elaboração dos últimos planos diretores da prefeitura, juntamente com a população. Segundo ele, o local é adequado e o trânsito na Região Central será desafogado com a mudança.

O outro lado

Na opinião do presidente da Associação SOS Bairros, Guilherme Neves, o Plano Diretor do município é ineficaz, porque ignora problemas que poderiam surgir com a saída da rodoviária do Centro. "Haverá desequilíbrio no comércio, aumento da insegurança no Calafate, caos no trânsito da região e excesso de desapropriações. Enfim, os problemas apenas sairão de uma região comercial para uma região residencial", alertou.

Além disso, segundo Neves, há "irregularidades jurídicas" no projeto de construção do novo terminal. O presidente da SOS Bairros apresentou denúncia contra a proposta da nova rodoviária no Ministério Público Estadual e na Procuradoria-Geral do Município. (acesso em 13 de novembro de 2010)²⁴.

²⁴ Disponível em:

http://wwo.uai.com.br/UAI/html/sessao_2/2008/07/17/em_noticia_interna,id_sessao=2&id_noticia=72060/em_noticia_interna.shtml

4.1 Aonde pesquisar – nosso recorte do material empírico

Como já citado no capítulo 3, os ambientes que selecionamos para pesquisa foram os ambientes de minipúblico e midiático. A justificativa de selecionar este material já foi feita no tópico destinados a esses ambientes, no entanto, nesta seção vamos apresentar como a seleção de material ocorreu.

Como o tema “transporte” tem se mostrado demasiado amplo, fizemos o recorte pelo tema específico da Rodoviária do Calafate, assunto que dominou as pautas de jornais e as discussões da população durante os anos de 2007 e 2008, sobretudo. Este tema nos parecia inicialmente potencial para achar as falas dos atores que queremos analisar, pois se tratava de um grande projeto do Município de Belo Horizonte e fazia parte do planejamento de trânsito (temática de nosso interesse). A questão, inegavelmente controversa, repercutiu na mídia pelos debates gerados e até pelas “brigas” de onde a Rodoviária deveria de fato ficar. Partidos de oposição, e a favor do então prefeito petista Fernando Pimentel, dividiam suas opiniões sobre o problema. A frente que se posicionava a favor da transferência para o Bairro Calafate era liderada pela base governista, na pessoa da vereadora Neusinha Santos, a Prefeitura de Belo Horizonte, o Governo do Estado e a BHTRANS. Na base contrária estavam a Associação de Moradores da Vila Calafate, Associação SOS Bairros, moradores da região e alguns parlamentares, sobretudo representados pelo deputado Alencar da Silveira Júnior e pelos vereadores Hugo Thomé e Wagner Messias (Preto).

Por se tratar de ano pré-eleitoral e ano eleitoral, com eleições em 2008, as discussões se intensificaram. Justamente por isso, é importante ressaltar que só foram analisadas reportagens em que o foco da mesma fosse a Rodoviária do Calafate. Reportagens que tocavam neste assunto de forma secundária foram excluídas, por exemplo, reportagens que falavam que o Plenário da Câmara dos Vereadores entraria de greve sem votar no Projeto Rodoviária do Calafate.

Trabalharemos com os jornais *Estado de Minas*, *Hoje em Dia* e *O Tempo*. Os jornais foram selecionados pelo período de dois anos – de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2008 – para cobrir assim o tempo em que as notícias sobre o novo projeto da rodoviária foram mais discutidas. No jornal *Estado de Minas*, a seleção foi feita

online, via mecanismo de busca no portal do próprio jornal²⁵. O jornal disponibiliza para seus assinantes um *login* e uma senha que permitem buscar edições passadas, por palavras-chave e por período de tempo. Nossa busca foi feita em duas etapas: a primeira constituía em buscar matérias que apresentassem as palavras “Rodoviária” e “Calafate” na mesma matéria e depois fizemos a mesma busca por matérias que apresentassem as palavras “Nova” e “Rodoviária”, também na mesma matéria. Na segunda etapa, fizemos um cruzamento entres todas as matérias encontradas, identificando o que havia de repetido e de novo na busca. Posteriormente, todas as matérias foram lidas e separadas entre: matérias que traziam o tema Rodoviária do Calafate como assunto principal x matérias que não apresentavam o tema como assunto principal. Só o primeiro grupo será utilizado para análise.

No jornal *Hoje em Dia*, contamos com a ajuda da chefe do departamento de arquivo deste jornal, por este não disponibilizar um mecanismo de busca, similar ao do *Estado de Minas*. Ela coletou todas aquelas matérias que tivessem a palavra “Rodoviária” ou “Calafate”²⁶. A exceção ao período determinado veio deste jornal, pois no mesmo não se consegue recuperar matérias do ano de 2007. Mas, devido à grande quantidade de matérias encontradas pela equipe do arquivo, julgamos que seria interessante manter este jornal na pesquisa, ainda que só com o ano de 2008. Da mesma forma, o grupo de reportagens que não utilizavam o tema como assunto principal da matéria foi excluído.

No jornal *O Tempo*, o processo foi similar ao do *Hoje em Dia*. A arquivista fez a seleção, buscando pelo tema “Rodoviária” e “Calafate”. Da mesma forma, só foram utilizadas aquelas reportagens em que a temática era o assunto principal.

Nos minipúblicos utilizamos as atas taquigrafadas das reuniões de audiência pública. Após ler as notas das atas do período estipulado, selecionamos aquelas que diziam respeito ao tema. As atas taquigrafadas, que traziam *ipsis litteris* as falas dos participantes das reuniões, foram-nos enviadas por um assessor²⁷. Desta forma, tivemos acesso à documentação oficial, sem cortes de falas ou edições.

²⁵ Disponível em:

<http://buscaem.estaminas.com.br/searchm.php?cof=FORID%3A9&cx=&query=busca&q=busca> . Acesso em 10 de outubro de 2010.

²⁶ Compramos as edições antigas dos jornais.

²⁷ Solicitamos ao Gabinete do Deputado Gustavo Valadares as atas de reuniões e ele fez o pedido via Gabinete para o setor de taquigrafia da ALMG. Desta forma, pudemos ter acesso à reunião de forma integral. As atas eram enviadas ao Gabinete, como um pedido parlamentar, e nos eram repassadas. Se fossem solicitadas por pessoas comuns, elas poderiam sofrer revisões, o que não foi o caso.

A seguir, mostraremos com mais detalhes os jornais que escolhemos para a análise, apontando características de cada um.

4.1.1 Os jornais selecionados

Depois de apresentar os tipos de materiais com os quais trabalharemos, vamos aqui apresentar os jornais escolhidos para nosso *corpus* empírico. Para a nossa análise, utilizaremos os jornais: *Estado de Minas*, *O Tempo* e *Hoje em Dia*.

O *Estado de Minas*, editado pelo Grupo Diários Associados, tem uma circulação média de 74.200²⁸ exemplares. Sua criação data de 1928 e hoje é um dos mais antigos jornais da cidade de Belo Horizonte. Pelo alto número da tiragem e histórico apresentado, o jornal oferece grande visibilidade aos temas pautados. O *Estado de Minas*, além da versão impressa, também possui um portal que disponibiliza para os assinantes as matérias no modo *online*²⁹. É através desse portal (criado em 1995), que resgataremos edições passadas. Fato importante a ressaltar é que as versões na Internet são cópias fiéis das edições impressas.

Outro jornal com o qual nós trabalharemos é o jornal *O Tempo*. Fundado em 1996, o jornal *O Tempo* teve sua área de circulação aumentada em Minas em 2007 para mais de 400 municípios. Pertencente à Sempre Editora (Grupo Sada), o jornal *O Tempo* lançou em 24 de março de 2008 um novo projeto gráfico e, em 9 de junho de 2008, o portal *O Tempo Online*, cujo objetivo é se firmar como o principal portal de notícias de Minas Gerais. Com canais de notícias, entretenimento e esportes, o portal traz as versões eletrônicas dos jornais *O Tempo*, *Super Notícia*, *Pampulha*, *O Tempo Betim* e *O Tempo Contagem*, todos do mesmo Grupo. Sua tiragem é estimada em torno dos 55.000 exemplares diários.

Por último, e não menos importante, trabalharemos com o jornal *Hoje em Dia*. Circulando desde 1988, tem uma média diária de 41.100 exemplares veiculados. Pertencente ao Grupo Record, possui a maior parte dos leitores do interior de Minas. O *Hoje em Dia* possui uma estratégia voltada à conquista de públicos segmentados, apresentando cadernos que abrangem todos os temas da atualidade e também

²⁸ Todos os dados de acesso foram retirados da Revista Eletrônica Meio e Mensagem, revista de referência no cenário publicitário. Disponível em: <http://www.mmonline.com.br>

²⁹ Acesso *online* do portal *Estado de Minas* disponível em: www.em.com.br

associando informação, oportunidade de negócios e diversidade de assuntos. Nos últimos 12 meses, o *Hoje em Dia* cresceu cerca 12,7% em sua circulação.

Acreditamos que nos veículos citados vamos encontrar representadas falas de diversos membros da sociedade, mas, sobretudo, dos especialistas. Estes costumam ter acesso constante ao debate sobre o trânsito, seja ele no âmbito legal ou prático. O especialista, ao falar para uma mídia massiva, está negociando com muitos públicos: os jornalistas, os editores, os leitores, os cidadãos de uma forma geral, o que inclui mesmo outros especialistas. Seu jogo discursivo é complexo e é exatamente isso que buscamos compreender. Como lidar com tantos públicos ao mesmo tempo? Como negociar valores e opiniões com todos eles? Posicionar-se de qual lado e quando mudar de posição?

Pesquisar nesse ambiente, então, se mostra essencial. Diversos estudos na área de debates públicos se preocupam em compreender a complexidade da deliberação mediada (MAIA, 2006, 2008a, 2008b; MENDONÇA e BRÁULIO, 2007; MARQUES, 2007; dentre outros). Contudo, ainda não há estudos sistemáticos para examinar a atuação do agente dotado de saber técnico. A análise em mais de um ambiente simultaneamente permite estabelecer uma base comparativa para perceber exatamente o papel aqui disposto dos *media* como propagadores e ampliadores de determinado discurso advindo de um corpo de atores específicos.

4.1.2 Comissão Parlamentar da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Tratando especificamente do minipúblico de nossa análise, aqui vale uma breve explicação sobre como ele funciona, no intuito de reconhecer sua importância e compreender o material que vamos recolher. Dentre os diversos órgãos e associações que se encaixam na classificação de minipúblicos em nossa cidade, optamos por analisar a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A escolha se dá por dois motivos. Primeiro, porque tal comissão aborda assuntos relativos à temática do trânsito e transporte, que, conforme já abordamos no capítulo 1, afeta de forma direta ou indireta a vida de todo cidadão das cidades urbanizadas, quer ele esteja sensibilizado ao tema ou não. Segundo, porque tal

órgão reúne especialistas, representantes do Poder Legislativo, associações civis e cidadãos ordinários, ou seja, é um órgão aberto a convidar especialistas, mas que também dá margens para que aquele cidadão que deseja participar do debate possa fazê-lo de forma voluntária (autosseleção).

Reunindo-se em encontros designados como assembleias públicas, tal Comissão possui pautas que podem ser sugeridas pelos mais diferentes membros da sociedade. Ela funciona de forma aberta à participação de todos, sendo que as reuniões acontecem semanalmente. Se, por exemplo, uma associação de bairro discorda de uma interferência que foi feita no trânsito daquela região, ela pode levar o problema ao Gabinete de um Deputado Estadual (sendo ele membro da Comissão ou não) e o mesmo poderá agendar a reunião junto a tal Comissão. As pautas são disponibilizadas na página virtual da ALMG³⁰, com 24 horas de antecedência de cada reunião. Qualquer cidadão que queira participar das reuniões, inclusive com poder de fala, pode comparecer à mesma e se inscrever para debater ou pode somente assisti-la. Dessa forma, esta instância parece revelar boas condições para a promoção do debate, além de também estar intrinsecamente envolvida com as decisões que afetam a vida dos cidadãos.

Em nossa pesquisa, optamos por trabalhar com aquelas reuniões que foram designadas como reuniões de audiência pública. Isso porque, nestes encontros, além da presença de qualquer manifestante ser bem-vinda, os especialistas são sempre chamados a falar. Sendo assim, além de ter presente o alvo de nossa investigação, acreditamos que o debate seja mais frutífero nessas condições.

O especialista, como já tratado, não é só como aquele que possui a titulação acadêmica para tal, mas aquele que detém o saber técnico adquirido na experiência cotidiana. São, portanto, membros, diretores e representantes dos órgãos que são responsáveis pelo trânsito em nossa cidade (como foi visto). Aqui, podemos falar de participantes provindos da BHTRANS, DETRAN, DENIT e também daqueles que são especialistas e contribuem para o assunto em outros termos. Dentre esses últimos estão, por exemplo, os peritos convocados quando a discussão gira em torno de disposições sobre a autorização dos órgãos ambientais para intervenções destinadas à realização de melhorias nas rodovias situadas no Estado, bem como sua conservação, ampliação etc. Nesses casos, outros tipos de *expertise*, que não necessariamente aquela construída

³⁰ Disponível em:

http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=atividade_parlamentar&diretorio=comissoes&arquivo=comissoes. Acesso em 10 de outubro de 2009.

sobre planejamento de sistemas viários, marcam presença. No exemplo dado, temos a presença do diretor de monitoramento e fiscalização ambiental, de representantes da Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, além de outros especialistas ligados a grupos e instituições ambientais.

Trabalharemos com o material taquígrafado dessas reuniões, que nos foi gentilmente cedido pelos presidentes e parlamentares da referida Comissão. Neste trabalho, vamos utilizar três audiências públicas que tiveram como finalidade discutir assuntos ligados ao trânsito em Belo Horizonte e relacionados ao tema “nova rodoviária no Bairro Calafate”. Essa seleção foi realizada no período de dois anos (1º/1/2007 a 31/12/2008), conforme detalhado em tópico anterior.

Em prol de um estudo mais complexo e detalhado sobre a construção da ação discursiva do especialista em dois âmbitos de debate, faremos ainda a opção de delimitar um número menor de reuniões e, por consequência, das matérias sobre o tema encontradas nos *media*.

Vale lembrar ainda que a eficácia de novas institucionalidades – tal como as comissões, conselhos e reuniões públicas –, independentemente do poder de mobilização que elas apresentam, depende das oportunidades de participação e deliberação abertas pelo Estado, da transparência e do compromisso deste com princípios democráticos e participativos.

4.2 Mergulhando na empiria – hipóteses de trabalho

Após traçar as diferenças deliberativas encontradas em ambientes distintos, esboçaremos nesta seção, com mais clareza, o que buscamos encontrar empiricamente. Retomando, sobretudo, as ideias demonstradas no último capítulo, vamos colocar aqui, de forma simplificada, nossas hipóteses de pesquisa e o caminho que vamos traçar para extrair resultados do material coletado. Acreditamos que mais achados serão descobertos, mas vamos nos concentrar, sobretudo, nestas cinco hipóteses.

Com base nos estudos sobre diferentes ambientes deliberativos, vemos principalmente em Sampaio *et al* (2010), Chambers (2005, 2009) e Goodin (2005) que a publicidade, no sentido kantiano de “ir a público”, proporciona uma vantagem democrática, incentivando participantes a optarem para razões que apelem ao bem comum. Steiner *et al* (2004), baseia seu conceito de deliberação nos estudos de

Habermas (1997), que vê o “bem comum” como um dos ideais da política deliberativa. A publicidade promoveria razões que apelassem a este tipo de argumento, visto que em público os sujeitos se tornariam compelidos a pensar em termos das necessidades do outro. Para Steiner *et al* (2004), o bem comum traz um senso de empatia e solidariedade, que faz os participantes considerarem os interesses do outro e da comunidade, o que não significa a exclusão total do seu autointeresse, mas mostrar como ele é compatível para o bem geral e contribui para isso.

Ao mesmo tempo, temos por pressuposto que, como a deliberação mediada é estendida no tempo-espço, os especialistas (atores analisados neste trabalho) não precisariam entrar em situações conflituosas e de valores, se atendo mais às questões técnicas. Sendo assim, eles não precisariam tocar em questões que apelassem ao bem comum, mas que apenas expusessem determinada situação pelo viés da *expertise*. Visto esta dualidade sobre como a publicidade pode influenciar certos tipos de argumentos, e que estar em público não é só estar nos *media*, porque nos minipúblicos se está em público de alguma forma (ainda que este seja constituído em sua maioria por parlamentares e outros peritos), acreditamos que:

Hipótese 1) Os especialistas tendem a apresentar argumentos com mais apelos ao “bem comum”, a valores, à moral e a questões sociais em reuniões de minipúblicos, já que têm que ser mais *accountable* aos presentes, do que nos *media*, que podem trabalhar com argumentos mais técnicos e altruístas.

Outro ponto importante a ser analisado, e que constitui nossa segunda hipótese de trabalho, é o fato de que, nos debates midiáticos os argumentos não são diretamente confrontados e há também uma lógica do sistema que, como já explicado, determina quem fala, o que ganha visibilidade desta fala, o enquadramento etc. Já nos minipúblicos, o debate se dá em tempo real e por terem, geralmente, um tempo maior de fala, os participantes podem explicar seus argumentos com maior clareza durante as reuniões, estabelecendo o que Chambers (2009) chama de uma comunicação simétrica. Desta forma, é mais fácil que as pessoas levem a opinião do outro em consideração, pois recebem argumentos mais sólidos e há espaço para a discussão de opiniões de fato. Já nos *media*, a mudança de argumentos por parte de uma pessoa pública pode dar a entender que seu argumento era fraco, tornando assim a mudança mais rara (CHAMBERS, 2005). Sendo assim, acreditamos que:

Hipótese 2) Há mais reflexividade e reciprocidade nos minipúblicos do que nos ambientes midiáticos.

Ainda nesta linha de raciocínio, vemos que, por apresentar um espaço maior para a exposição de justificativas e por apresentar um desenho institucional que promove um maior engajamento por parte dos participantes, trabalharemos ainda com a hipótese de que, nos minipúblicos a justificação lógica acontece de forma mais completa. Os argumentos seriam apresentados de forma com que o outro possa compreender com clareza as razões de por que uma demanda deve ou não ser realizada. Já nos *media*, a justificação seria muitas vezes “rasa”, por querer agradar a uma maior quantidade do público possível (CHAMBERS 2005,2009, STEINER *et al*, 2004) ou pela falta de espaço/edição. Sendo assim,

Hipótese 3) O nível de complexidade das justificações em ambientes de minipúblicos é superior aos dos *media*.

Como argumentamos no capítulo 2, o especialista, sujeito em foco, é aquele que é dotado do saber técnico e que possui domínio da *expertise* (FISCHER, 2004, 2009). Então, nos perguntamos se os preceitos que adotamos teoricamente realmente se confirmariam, visto que, se o especialista é dotado da razão técnica e isto lhe confere um lugar privilegiado no jogo deliberativo; se é o “detentor do saber”, será que realmente os ambientes agiriam com os constrangimentos e liberdades descritos ao longo de nossa discussão teórica sobre este ator? Afinal, no ambiente de minipúblico, ele sofreria pressão por estar debatendo de frente com seus contestadores e, nos *media*, não haveria como sua resposta ser questionada de imediato, dentre as várias características já apresentadas para cada um destes ambientes. Apesar de levantarmos esta dúvida, acreditamos que vamos encontrar, sim, traços comportamentais correspondentes ao apresentado no marco teórico neste trabalho.

Hipótese 4) Os especialistas sofrem os constrangimentos e liberdades onde cada debate ocorre. O desenho de cada ambiente ajuda a formatar a posição discursiva deste ator.

Além dos pontos já apresentados, trabalhamos também com a ideia de que os níveis de respeito vão se dar de forma diferente. Isto porque em uma reunião de minipúblicos, como a escolhida para este trabalho, o respeito é mais que um princípio, chega a quase ser uma regra. O debate ocorrido em minipúblicos, com desenhos institucionais de comissões, apresentam, geralmente, grande cordialidade entre aqueles presentes, visto que são pessoas que trabalham juntas no dia a dia e que aquela é só mais uma ação parlamentar em comum para participarem. Já nos ambientes midiáticos, Chambers (2005) chama a atenção de que é muito mais vantajoso desacreditar um adversário perante o grande público do que elogiá-lo, e desta forma os níveis de respeito se tornariam menores.

Hipótese 5) Os níveis de respeito são maiores em ambientes de minipúblicos do que em ambientes midiáticos.

4.3 Nossa escolha metodológica

Para dar conta de responder a nossas hipóteses de trabalho, vamos utilizar como metodologia o Discourse Quality Index (DQI), método desenvolvido por Steiner *et al* (2004). A escolha pelo DQI foi feita pelo fato de o trabalho desenvolvido por estes autores ter objetivos similares ao nosso, e por eles mesmos terem conseguido comprovar a eficácia do método e sua aplicação em diversas situações, tornando a metodologia generalizável. Tínhamos a opção de trabalhar com outras metodologias, como o estudo do enquadramento, que tem como referência Gamson e Modigliani, ou a análise crítica do discurso desenvolvida principalmente por Fairclough, mas julgamos que a base de dados e os cruzamentos possíveis de se realizarem que o DQI nos possibilita se revela como a metodologia mais adequada para responder mais adequadamente às nossas inquietações.

Para Steiner *et al* (2004), a natureza dos atos de fala dentro das literaturas é uma função das regras institucionais e seus mecanismos e carrega consigo uma influência nos resultados políticos que transcendem estas próprias regras e mecanismos. Os autores propõem em seu trabalho uma investigação do nível da qualidade discursiva nos debates parlamentares de vários países. Neste trabalho, eles querem observar como as variações na qualidade do discurso podem ser sistematicamente explicadas por suas

precondições e consequências, uma perspectiva, que apesar de não abranger o campo midiático, é muito semelhante à nossa. Os autores ainda evidenciam que a cultura de interação e de fala política é um importante elemento para ser integrado a teorias institucionais.

Para Steiner *et al* (2004) o uso de políticas deliberativas e discursivas é um sinônimo e a chave dos dois está no aspecto dialógico: a teoria deliberativa ou discursiva é normativamente orientada e traz questões de como o alto nível de deliberação/discussão é bom para a democracia. Segundo apontamentos de Dryzek e Brainthwaite, feitos por Steiner *et al*:

A teoria (e, em menor medida, a prática) da democracia tem no mínimo dez anos ou a considerada "virada deliberativa". Ou seja, a ideia de que a legitimidade da democracia repousa sobre a deliberação autêntica – em vez de dizer, a agregação de voto ou interesse - é cada vez mais salientada por teóricos da democracia. Os democratas deliberativos depositam suas esperanças no poder transformativo da deliberação. Eles argumentam que se isto proceder adequadamente em irrestritas e circunstâncias igualitárias, a deliberação induz o indivíduo a pensar em seus interesses e refletir sobre as suas preferências, tornando-se passível de alterar este último, à luz de persuasão de outros participantes ... democratas deliberativos acreditam que para a deliberação eficaz ocorrer, os resultados políticos devem garantir um apoio mais amplo, responder mais eficazmente aos interesses das realizações reflexivas de participantes, em geral, ser mais racional (2004, p.17)³¹.

Esses autores acreditam que se a deliberação se dá em lugar mais igualitário e livre de constrangimentos, os resultados políticos vão ser mais reflexivos e mais racionais. Steiner *et al* (2004), no entanto, adverte que o mundo político está longe de se enquadrar nos ideais normativos. Para ele, o ideal, baseado nos preceitos *habermasianos*, é como a ponta de um *continuum* que não pode ser atingido, o que não implica que degraus de distinção entre o normativo e o real não possam ser estabelecidos e consigamos diferenciar distintos casos de deliberação.

Baseados nos ideais deliberativos propostos por Habermas (1997), Steiner *et al* (2004) vê como tipos ideais de política deliberativa: a participação em nível igualitário; a expressão da verdade pelos participantes em um jogo deliberativo; a justificação lógica das afirmações; questões de validade; o bem comum (como um senso de empatia

³¹ No original: The theory (and, to a lesser extent the practice) of democracy has in the least ten years or so taken a "deliberative turn". That is, the idea that democracy legitimacy rests on authentic deliberation - rather than say, voting or interest aggregation - is increasingly stressed by democratic theorists. Deliberative democrats pin their hopes on the transformative power of deliberation. They argue that if it proceeds in suitably unconstrained and egalitarian circumstances deliberation induces individuals to think through their interests and reflect upon their preferences, becoming amenable to changing the latter in light of persuasion from other participants...deliberative democrats believe that to extent effective deliberation occurs, political outcomes will secure broader support, respond more effectively to the reflectively held interests of participants, generally prove more rational.

que faz os participantes pensarem em termos do bem comum, do outro e da comunidade); ouvir os argumentos do outro e tratá-los com respeito, e, por fim, a força do melhor argumento (que faz com que as preferências não sejam fixas, mas abertas a mudanças). Estes são ideais dos quais compartilhamos também, fazendo com que a noção de uma política deliberativa ideal seja a mesma e que possamos, assim, usufruir de muitos de seus indicadores qualitativos na realização de nossa pesquisa.

Baseados em trabalhos importantes, como Lascher (1996), Dryzek e Brainthwaite (2000) e Chambers (1999), os autores criam suas variáveis para classificar deliberativamente os discursos políticos que investigam. Eles ressaltam a importância da metodologia desenvolvida por eles, visto que, no passado, bons estudos foram realizados, mas em grande maioria apontavam para métodos quantitativos, e em sua pesquisa eles trabalham com analogias qualitativas. Aliás, olhar para os estudos que já haviam sido desenvolvidos foi o primeiro passo para desenvolver o DQI. Ao fazer uma revisão teórica, Steiner *et al* (2004) verificam que muitas investigações empíricas foram feitas em políticas deliberativas, mas não com metodologias que pudessem passar em testes de segurança e que ainda se mantinham presas à análise quantitativa.

No intuito de construir uma forma de mensuração que pudesse ser segura, os autores estabelecem quatro critérios aos quais uma metodologia deveria cumprir: deveria ser teoricamente construída, tocar em fenômenos observáveis, ser generalizável e ser confiável. Segundo Steiner *et al* (2004, p. 53), “o primeiro critério é essencial porque concerne a validade do discurso mensurado”. Os autores selecionam uma teoria de deliberação particular, para a construção de seu método de mensuração; como já colocado, adotam os estudos *habermasianos*. Para eles,

isto assegura uma coerência interna, bem como uma maior simplicidade nos resultados mensurados. Além disso, as ideias de Habermas inspiraram a maior parte do interesse no debate sobre política deliberativa, que o torna um bom ponto de partida para o desenvolvimento de um instrumento de mensuração³² (Steiner *et al* 2004, p.53).

Um outro critério diz respeito à essencialidade do instrumento de mensuração produzir dados confiáveis para convencer os pesquisadores empíricos e de sua generalidade, de forma que possa ser transportado de uma pesquisa para outra. Para tanto, suas instruções de codificação devem ser específicas, de forma que suas

³² No original: This ensure internal consistency, as well as greater simplicity in the resulting measure. Moreover, Habermas's ideas have inspired much of the interest in and debate over deliberative politics, which makes them a good starting point for the development of a measurement instrument.

categorias de codificação sejam claras e que diferentes codificadores possam concordar com a mesma classificação para o mesmo discurso.

De acordo com Steiner *et al* (2004), o aspecto da deliberação é importante tanto em instituições políticas quanto em esferas públicas mais amplas, o que corrobora ainda mais nossa escolha pela metodologia traçada por esses autores. Eles julgam que idealmente os dois ambientes devem ser investigados, mas neste trabalho investem apenas nas instituições formais. Para formatar sua metodologia, os autores argumentam quais possibilidades teriam para chegar aos seus objetivos. Argumentam que fazer entrevistas aos participantes, por exemplo, não seria uma boa escolha, pois os debatedores das instituições responderiam influenciados por falar o que é socialmente aceitável. Deste modo, os autores resolvem fazer sua pesquisa baseados no que realmente é dito no processo debate, através da transcrição deste. Este processo é o mesmo que adotaremos em ambientes formais. Os autores optam por estudar o parlamento de quatro países distintos, pois acreditam que o parlamento é o “congresso das opiniões”.

O DQI produzido por Steiner *et al* (2004, p. 55) tem, segundo os mesmos, como ponto de partida a “ideia de que atos reais da deliberação podem ser colocados em um *continuum* que vai da não deliberação, em uma extremidade, à deliberação ideal, em outra extremidade”³³. Os atos de falas reais podem estar em qualquer lugar deste *continuum*, a chave da questão seria saber quão próximo ele está do ponto ideal.

Sendo assim, na metodologia desenvolvida por Steiner *et al* (2004), o discurso é a unidade de análise, o que está inteiramente de acordo com nossos interesses que também buscam analisar os proferimentos dos especialistas. No DQI, o discurso é quebrado em várias unidades discursivas e cada unidade é codificada separadamente. Somente as partes consideradas relevantes são analisadas em um discurso fragmentado por interrupções; para os autores, as partes importantes são aquelas que contêm demandas. “Nossa ênfase em demandas decorre do fato de que elas constituem o coração da deliberação. Ou seja, demandas de estipular o que deve ser feito e o que não deve ser feito, e esse caráter normativo coloca no centro da ética do discurso”³⁴, (STEINER *et al*, 2004, p.55).

³³ No original: The idea that real acts of speech can be placed on a *continuum* that runs from no deliberation, at one extreme, to ideal deliberation, at the other extreme.

³⁴ No original: Our emphasis on demands stems from the fact that they constitute the heart of the deliberation. That is, demands stipulate what ought to be done and what ought to be not done, and this normative character puts them at the center of discourse ethics.

Os autores utilizam os princípios *habermasianos* de ética do discurso para montar suas categorias de análise (que foram citados no início deste tópico). Assim, eles apontam que sua metodologia mensura a qualidade do discurso. O único critério normativo *habermasiano* não incluso pelos autores nesta metodologia qualitativa é o de veracidade. Segundo eles, a dificuldade da mensuração seria a justificativa para a falta. Os elementos codificadores elencados pelos autores foram: participação, nível de justificação, conteúdo da justificação, respeito e políticas construtivistas.

Para verificar a confiabilidade da metodologia, testes de segurança foram realizados. Dois dos pesquisadores-autores fizeram um teste antes da análise parlamentar. A metodologia foi utilizada para verificar a qualidade da discussão na Casa dos Comuns, sobre a vida da mulher britânica. A codificação ocorreu em dois passos. Primeiramente, cada codificador leu o material do debate separadamente e codificou os discursos relevantes. Esta codificação independente serve para a estatística de confiabilidade. Posteriormente, eles se reuniram para comparar os códigos, em caso de desavenças eles leem novamente o discurso e discutem os méritos do código do outro codificador. Ao codificar o material, cada codificador fazia justificativas escritas, que eram usadas depois para resolver desacordos. É importante ter em mente que os testes de confiabilidade eram feitos antes dos codificadores discutirem os códigos. Para garantir a segurança da metodologia, também foram utilizados indicadores padrões como a Razão de Acordo de Codificação (RCA)³⁵, Cohen's K (Kappa)³⁶, Spearman³⁷ e Crombachs (Alpha)³⁸.

Claro que sabemos que a metodologia deixa lacunas que podem ser apontadas por críticos, como a questão da veracidade em Habermas, que não é possível mensurar, a questão da própria escolha da definição de deliberação, que não é igualmente aceita por todos os teóricos. É um método limitado a textos escritos para codificação e entendemos que muitas características se perdem do debate face a face para a transcrição, como o tom de voz e expressões que também comunicam sentidos. E uma limitação final concerne à aplicação do DQI aos debates parlamentares, pois não foi realizado em outro meio, e em geral a participação é restrita nesse tipo de

³⁵ Esta codificação consiste na identificação do número de códigos dado por cada codificador e o total de códigos.

³⁶ Este indicador julga a confiança do código relativa ao acordo de decisão de codificação que podemos esperar.

³⁷ Este indicador é um rank de correlação entre os códigos oferecidos e os dois codificadores.

³⁸ Indicador comumente utilizado para segurança estatística.

institucionalidade. O DQI acaba por não captar essas restrições participativas. Essas críticas são reconhecidas pelos próprios autores.

Apesar dessa metodologia estar interessada em avaliar a democracia, o que não será foco de nosso trabalho, vamos utilizá-la com algumas adaptações para o nosso caso. Sabemos que, apesar das restrições apontadas pelos próprios autores, ela fornece uma boa base de comparação, é mensurável e válida empiricamente. Ainda segundo Steiner *et al* (2004), os problemas apontados pelos próprios autores podem ser mitigados através das anotações feitas durante a codificação. De acordo com eles, os codificadores podem anotar sua percepção da veracidade contida no material discursivo analisado, assim como a impressão do humor do falante. Quando julgarem apropriado, podem fazer anotações sobre situações não-verbais e o conteúdo dos argumentos. Mesmo que essas anotações não sejam codificadas no DQI, elas ajudam os pesquisadores a entender o contexto e a característica do debate.

No próximo item, apresentaremos os critérios de análise que utilizaremos para nossa codificação. Observa-se que adaptações foram realizadas para que a ficha de codificação pudesse responder às nossas hipóteses de trabalho.

4.4 Nossos critérios de análise

Com base no que foi exposto, a metodologia apresentada anteriormente se encaixa aos nossos anseios. Para que pudesse fornecer dados que respondessem com mais precisão às nossas hipóteses de trabalho, fizemos algumas modificações nas categorias apresentadas por Steiner *et al* (2004). Algumas foram retiradas e outras inseridas, inspiradas sobretudo no trabalho de Peters (2004). Nesta seção, explicaremos o que entendemos de cada categoria presente em nossa ficha de análise³⁹. Para simplificar a leitura e o entendimento dessas categorias, vamos aqui dispô-las em tópicos, facilitando sua associação com a ficha de análise. Cada uma destas categorias nos permite que elas sejam cruzadas, fornecendo um banco de dados para análise, na tentativa de responder às questões desenvolvidas ao longo deste trabalho.

³⁹ Ver anexo 01, nossa ficha de análise.

Identificação do material de análise:

Refere-se ao tipo de material a ser analisado. Como optamos por trabalhar com dois ambientes distintos, será importante codificarmos de qual estamos tratando, para que possamos mensurar os resultados de cada um, separadamente, depois.

- 1- Reunião de audiência pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG): Este código deve ser aplicado quando o material se constituir de atas taquigrafadas da reunião citada.
- 2- Matéria de Jornal: Este código deve ser aplicado quando o material analisado for um dos três jornais.

Data da realização da matéria ou audiência:

Esta categoria deve ser preenchida manualmente e pode nos proporcionar detalhes importantes na pesquisa, como o período de tempo que a discussão teve maior repercussão por jornal e seu entrelaçamento com as reuniões da ALMG.

Finalidade da audiência:

Só deve ser preenchida esta categoria em caso de material da ALMG. A finalidade da audiência nos ajudará a entender a importância do debate sobre a Rodoviária do Calafate e se as reuniões seguem de fato aquilo que se propuseram a debater. Ela nos dá um controle maior do material empírico.

Nome do jornal:

Esta codificação nos permite cruzar dados por jornal e perceber as diferenças e características específicas de cada um. Só deve ser preenchida em caso do material trabalhado ser o jornal.

- 1- *Estado de Minas*
- 2- *Hoje em Dia*
- 3- *O Tempo*

Título da matéria:

Preenchido manualmente pelos pesquisadores, ajuda a identificar o material de análise. Só em caso de ambientes midiáticos.

Formato:

Caso a nossa análise esteja sendo feita em material midiático, a separação por formato nos ajuda a pensar sobre o sistema dos *media*. Quais os formatos editoriais abordam mais o tema e em quais o especialista está mais presente.

- 1- Notícia⁴⁰
- 2- Reportagem
- 3- Artigo assinado
- 4- Editorial
- 5- Coluna assinada (apenas para colunistas fixos do jornal)
- 6- Entrevista
- 7- Nota
- 8- Primeira página
- 9- Carta de leitores
- 10- Nenhum dos anteriores. Especificar:
- 11- Não é possível classificar

Proferimento:

Aqui será selecionado o proferimento no corpo da matéria ou audiência pública a ser analisada. O proferimento é caracterizado como aquele texto que contém um posicionamento a respeito de um ato, ou seja, que contém uma demanda, uma manifestação acerca de dada questão, seja de forma implícita ou explícita. Em grande maioria, os proferimentos carregam uma justificção de por que uma ação deve ou não ser realizada. O proferimento deve ser transcrito em cada ficha de análise para um maior controle dos dados.

Citação:

Aqui, o proferimento selecionado acima será classificado como:

- 1- Citação direta: aquela que possui o uso de aspas e reproduz com fidelidade o que o falante disse ou que há a informação de que a transcrição foi feita *ipsis litteris*.

⁴⁰ Vamos considerar nesta pesquisa que notícia é o relato de um fato e seu contexto, sem a expressão de distintas vozes e sem realizar muitos desdobramentos. A reportagem seria uma narrativa mais profunda, que mostra o acontecimento de forma mais detalhada, e que, principalmente, levanta diferentes vozes.

- 2- Citação indireta: quando a fala é colocada como sendo de determinada pessoa, mas não há uso de aspas ou de informação de que ela foi transcrita *ipsis litteris*. Muitas vezes, ela é encontrada ao longo de um texto corrido, citada por terceiros.

Atores:

Esta categoria permite que identifiquemos os tipos de atores que falamos, bem como seu papel institucional e assim o universo de expectativas que podemos esperar/associar a eles. Devem ser transcritos da forma como são mencionados em cada meio. Exemplo: *Sr. Presidente da Comissão, Deputado Gustavo Valadares*.

Caracterização dos atores 01

Aqui, a caracterização dos atores se dá de forma mais completa. Divididos por grupos de atores sociais, poderemos destacar qual tem mais acesso aos meios de comunicação e às reuniões da ALMG. Também ajudará a formar um banco de dados, para vermos se há uma divisão clara de posição e argumentos entre eles, buscando investigar o papel discursivo de cada grupo.

- 1- Ministério público (procuradores-gerais, promotores de Justiça, etc., aqueles que possuem *expertise* no sistema de leis).
- 2- Especialista 1 (que trabalha em órgãos de trânsito como BHTRANS, DER, etc.).
- 3- Especialista 2 (aqueles que possuem *expertise* em questões de trânsito, que trabalham diretamente com o tema, como professores universitários ou consultores, mas que não estão vinculados aos órgãos de trânsito).
- 4- Especialista 3 (graduado ou com titulação maior em áreas em que tem competência para tratar do assunto, como arquitetos, urbanistas e engenheiros civis).
- 5- Especialista 4 (da área de ciências humanas e sociais, tais como sociólogos, antropólogos e cientistas políticos).
- 6- Jornalistas.
- 7- Lideranças regionais (Representantes de movimentos sociais, líderes comunitários).
- 8- Moradores e cidadãos comuns.

9- Instituições governamentais (parlamentares, governadores, deputados, prefeitos, vereadores – ou a instituição a que pertence: prefeitura, câmara, etc.).

10- Outros (se houver): deve ser especificado.

Características das falas:

Segundo Steiner *et al* (2004), essa categoria se refere à habilidade de um indivíduo participar livremente de um debate. Ele conseguiria expressar suas opiniões de forma contínua? Essa codificação, pela dificuldade de aplicação nos *media*, só será utilizada nos minipúblicos.

1- Interrupção do falante: A fala é interrompida por um falante ou por uma situação formal, de forma explícita. Não é considerada interrupção por tempo excessivo de fala.

2- Participação normal é possível: Não há interrupções.

Posicionamento:

Esse código nos revela qual o tipo de argumento utilizado pelo falante em relação a uma demanda. Como ele se posiciona diante dela.

1- Contra: O falante se posiciona contra a demanda em questão, faz uso de razões que vão contra o projeto discutido.

2- A favor: O falante se posiciona a favor da demanda em questão, faz uso de razões que vão ao encontro do projeto discutido.

3- Balanceado ou neutro: Pode colocar pontos pró e contra a determinada demanda, sem pender para um lado ou para o outro. Pode também utilizar argumentos neutros, que revelem problemas ou soluções, mas sem demonstrar favoritismo, deixando neutra a sua opinião a respeito, fala do projeto sem se filiar pessoalmente a nenhuma posição.

Tipos de argumento:

Essa categoria apresenta os tipos de argumentos utilizados pelos falantes, divididos por grupos. Ela foi extraída da breve leitura do material selecionado e dividida por tipos de argumento, agrupando aqueles similares.

Tipos de razões utilizadas:

Essa categoria busca verificar como as razões apresentadas pelos falantes se ligam aos valores de bem comum. Lembrando que o bem comum é um senso de empatia que considera os interesses do outro e da comunidade. São classificadas como:

0- Que não fazem nenhuma referência explícita a grupos ou ao “bem comum” de forma geral. Não usam nenhum argumento que faça referência ao “bem comum” como determinado na ética do discurso *habermasiano*.

1- Que fazem uso do “bem comum” enquanto um grupo de interesse. Preocupam-se com o “bem comum”, mas voltado para determinado grupo ou comunidade, não para a população como um todo. Falam em nome de um público em específico. Exemplo: Falam das consequências que a rodoviária traria para a população do Calafate. Preocupam-se com o interesse e o bem-estar de um grupo.

2- Que fazem uso do bem comum em termos utilitários, a melhor solução para um maior número de pessoas: para a população como um todo, de forma geral. Exemplo: Argumentos que envolvam a melhoria para a população de BH, para a cidade, para todos os usuários de transporte, para os passageiros de forma geral, etc.

3- Que fazem uso de razões altruístas: são capazes de abrir mão de alguma coisa de si em benefício dos outros. O mais alto grau de solidariedade. Exemplo: Morador que não se importa em sair da sua casa para que seja construída a rodoviária, porque isso beneficiará a cidade como um todo.

Razões classificadas como:

Categoria utilizada para que possamos compreender se o especialista utiliza somente justificativas técnicas, faz um balanço entre os argumentos técnicos e aqueles ligados à vida social ou em algum momento chega mesmo a fazer uso somente de apelos que toquem em valores sociais. A codificação seguinte deve ser aplicada:

1- Fazem somente uso de argumentos técnicos.

2- Fazem uso somente de argumentos que apelem a valores morais, éticos ou questões sociais.

3- Fazem um balanceamento entre as justificativas técnicas e aquelas que tocam ao social.

Níveis de justificação:

Essa categoria, também utilizada nos trabalho de Steiner *et al* (2004), seria, segundo o autor, a natureza das justificações das demandas. Aqui, fizemos uma adaptação dos conceitos de cada categoria, de forma que ficasse mais claro o nosso entendimento e se adaptasse ao que julgamos válido. Vale ressaltar que referências implícitas também são contabilizadas neste julgamento.

- 0- Sem justificação: Algo deve ou não ser feito, mas não há uma justificativa para tal demanda, não há um porquê explicitado. Exemplo: o falante diz que é a favor da rodoviária ou conta de algum processo que está sendo realizado para a sua construção, mas não apresenta nenhuma justificativa para tal.
- 1- Justificação inferior: O falante dá uma razão por que alguma ação deve ou não ser feita, mas não há uma ligação explícita entre a posição adotada e a justificativa apresentada – a inferência é incompleta. Aqui também consideramos aquelas justificativas que são incompletas, precisando de dedução, de uma explicação mais aprimorada. (Exemplo: “Acho que a rodoviária deve ser transferida porque é um projeto muito inteligente desenvolvido pela BHTRANS”). Também entra aqui a argumentação que é baseada em histórias/experiências pessoais (como ilustrações e exemplos).
- 2- Justificação qualificada: Uma ligação é feita, porque devemos esperar que a razão *Y* contribua ou refute *X*. Uma inferência completa é codificada aqui. A ligação é clara entre o argumento dado e a justificativa apresentada. Exemplo: Não adianta somente trocar a rodoviária de lugar, porque o problema do trânsito continuará existindo; se houvesse o metrô na cidade, a situação seria outra, pois ele ajudaria a acabar com o gargalo que se forma na cidade.
- 3- Justificação sofisticada: Nesta categoria, ao menos duas justificações são dadas, ambas para justificar o mesmo proferimento ou duas justificativas são dadas para justificar dois argumentos e/ou demandas diferentes presentes no mesmo proferimento. Um exemplo: “Se transferirmos a rodoviária do Centro de Belo Horizonte para o Calafate, vamos apenas transferir o problema de trânsito de uma região da cidade para a outra. Apesar de a nova rodoviária localizar-se próxima da Via Expressa, que é uma via um pouco mais larga, o gargalo continuará acontecendo, pois os bairros não estão preparados para receber tamanha demanda de tráfego”. Uma proposta seria fazer pequenas rodoviárias

regionais, nas saídas da cidade de Belo Horizonte para as rodovias mais movimentadas do Estado. A ideia é que, ao invés de fazermos um único prédio, sejam criados pequenos complexos rodoviários regionais, o que beneficiaria não só as empresas de ônibus, mas também a população de Belo Horizonte, que, ao chegar de viagem, não encontraria um tráfego tão intenso, e poderia pegar um taxi ou mesmo o metrô.

Reciprocidade:

Essa categoria fala da posição adotada em relação aos argumentos dos outros. Steiner *et al* (2004), no seu trabalho, utiliza categoria similar, mas assimilando-a ao nível do respeito. Segundo Maia (2008b), seria essa categoria que diria da possibilidade de diálogo entre as fontes. Aqui, verificaremos a interação discursiva entre os atores e seu discurso em um contexto (MAIA, 2008b). As categorias foram reelaboradas para melhor nos atender.

- 0- Contra-argumentos ignorados: Não há referências sobre os contra-argumentos apresentados por outro falante.
- 1- Contra-argumentos incluídos, mas depreciados: Código aplicado quando um falante reconhece um contra-argumento apresentado por outrem, mas faz uma degradação explícita sobre ele, não apresentando nenhuma declaração positiva sobre o outro. Também consideraremos aqueles contra-argumentos que são reconhecidos, mas refutados explicitamente como sendo “errados”.
- 2- Contra-argumentos incluídos, mas neutros: Se os contra-argumentos são conhecidos, mas não há declarações nem positivas nem negativas sobre eles. São apenas citados, sem nenhum posicionamento contra ou a favor.
- 3- Contra-argumentos incluídos e valorizados: Aqui os contra-argumentos são conhecidos e há, pelo menos, uma menção positiva explícita sobre ele ou ele é aceito em termos de concordância.

Continuidade de fala:

Nessa codificação, buscamos ver se os argumentos (e não mais os contra-argumentos) são retomados pelo falante ou por outra pessoa no decorrer do debate. Se há uma incorporação de argumentos/propostas já citada por outro falante no proferimento analisado. Pela grande distensão temporal do jornal e por sua lógica de

funcionamento, que dificulta tal percepção, vamos nos ater nesta categoria aos debates da assembleia.

0 – Argumento apresentado por outro participante não é retomado e incluído no proferimento do falante. Não há nenhuma referência sobre argumentos dispostos anteriormente.

1 – Argumento apresentado pelo próprio falante é retomado posteriormente e incluído no proferimento atual. O falante desvia-se do argumento que estava apresentando e depois “volta ao assunto”, dando continuidade ao que estava apresentado, seja de forma mais qualificada ou não.

2 – Argumento apresentado por outro participante é retomado e incluído no proferimento em termos de concordância pelo falante. Um falante retoma uma proposta, por exemplo, apresentada por outro falante, e faz uma menção de concordar com a ideia, reproduzindo as mesmas justificativas dadas pelo falante inicial, aperfeiçoando-as ou dando novas justificativas.

Observações:

Este espaço é dedicado para observações particulares de todos os membros que atuarão na codificação do material, e será utilizado para anotações de peculiaridades apresentadas pelo material codificado.

Aqui apresentamos os componentes de nossa ficha de análise (que se encontra anexa neste trabalho). Nos próximos capítulos, revelaremos os dados obtidos através do processo de codificação e partiremos para o cruzamento destes, buscando responder a todas as questões propostas neste trabalho.

4.5 A confiabilidade do método

Para demonstrar a credibilidade de nossa escolha metodológica, realizamos um teste de confiabilidade, conforme sugerem Steiner *et al* (2004). Este teste permite verificar a aplicabilidade de nossos códigos e variáveis por outros pesquisadores, com a obtenção do mesmo resultado.

Assim como Steiner *et al* (2004), optamos por trabalhar pareados na hora da realização dos testes e seguir a mesma metodologia utilizada por estes autores. Primeiramente, dois codificadores realizaram um “teste cego”, lendo os discursos individualmente e codificando os proferimentos relevantes. Posteriormente, estes mesmos codificadores compararam os proferimentos selecionados para ver se havia compatibilidade entre eles, para que o recorte de proferimento fosse de entendimento comum entre ambos. Depois de fazerem o “teste cego”, eles se reuniram e discutiram a ficha de análise, com atenção e minúcia em cada código, para detectar o que não estava claro e para que a parte explicativa da ficha, contida na metodologia deste trabalho (exposta na seção anterior), pudesse ser escrita com mais riqueza e demarcações de detalhes. Desta forma, com explicações mais claras e minimizadas ao máximo as ambiguidades de entendimento, os pesquisadores fizeram algumas codificações juntos (de material à parte do que havia sido previamente selecionado), para verificar se havia um compartilhamento de ideias e noções entre eles. Após um resultado positivo, cada um voltou a fazer a codificação do material selecionado, de forma individual. Vale ressaltar que o material analisado (os proferimentos) é idêntico a ambos os pesquisadores e que o contexto de fala foi levado em consideração na hora de aplicar as variáveis. O material analisado correspondia a 10% da amostra total.

Após as codificações feitas, os pesquisadores se reuniram mais uma vez para que o nível de concordância entre os observadores pudesse ser testado por cálculos do coeficiente *alfa* de Krippendorff (Hayes e Krippendorff, 2007). O coeficiente *alfa* de Krippendorff é uma medida estatística da concordância alcançada na codificação de um conjunto de unidades de análise em termos dos valores de uma variável. Ele é utilizado em análises de conteúdo textuais, em que as unidades são categorizadas por pesquisadores e podem ser analisadas posteriormente para a observância de fenômenos sociais. Para os pesquisadores em Ciências Sociais, o mínimo aceitável do coeficiente *alfa* deve ser escolhido de acordo com a importância das conclusões a serem tiradas a partir dos dados. Para efeitos de conclusões com alta confiabilidade, o *alfa* deve ser elevado. Os cientistas sociais geralmente se baseiam em dados com confiabilidades $\alpha \geq 0,800$.

Após fazer a junção dos dados analisados de cada pesquisador, foram feitos testes de confiabilidade utilizando o *alfa* de Krippendorff. Os resultados ficaram sempre entre 0,798 e 1,000, apresentando uma média de 0,888 e desvio-padrão de 0,094 entre as variáveis analisadas.

As variáveis analisadas foram:

- Caracterização dos atores: $\alpha = 1,000$
- Posicionamento: $\alpha = 0,798$
- Tipo de argumento 1: $\alpha = 0,853$
- Tipo de argumento 2: $\alpha = 1,000$
- Tipos de razões utilizadas: $\alpha = 0,826$
- Razões podem ser classificadas como: $\alpha = 0,822$
- Níveis de justificação: $\alpha = 0,806$
- Reciprocidade: $\alpha = 1,000$

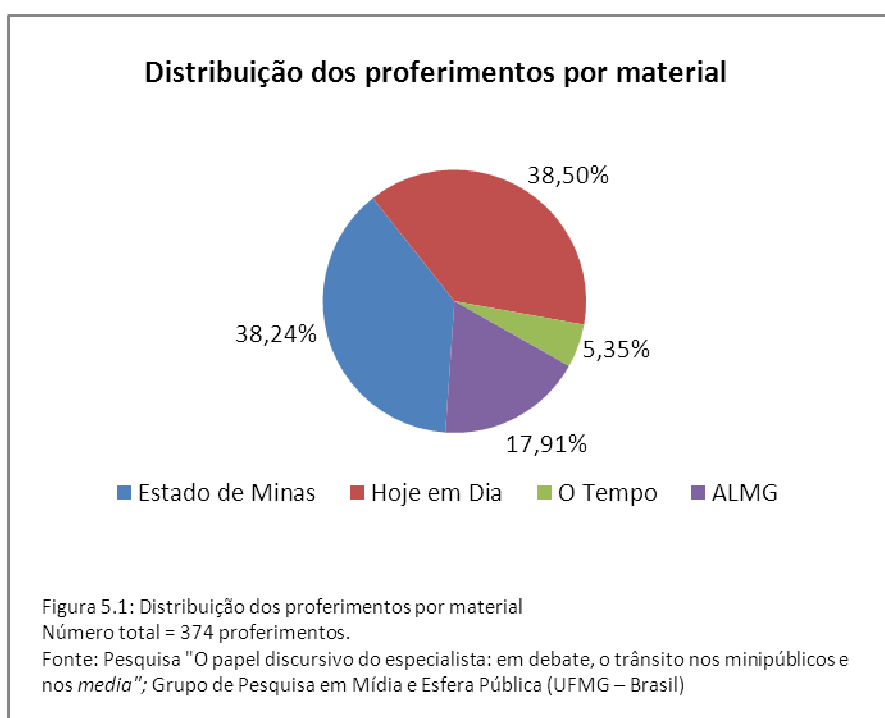
A seguir, apresentaremos as análises deste trabalho e como elas podem contribuir para uma leitura do papel discursivo do especialista na questão proposta. Também apresentaremos os achados que foram coletados durante o processo analítico.

Capítulo 5: Apresentando nossos dados

Para que possamos compreender as análises realizadas ao longo deste capítulo, vamos, primeiramente, expor os dados encontrados de forma descritiva, com a inclusão de todos os atores. Em um segundo momento, os cruzamentos necessários para a obtenção das respostas de nossas hipóteses de pesquisa serão feitos, bem como um recorte para focar o papel discursivo do especialista.

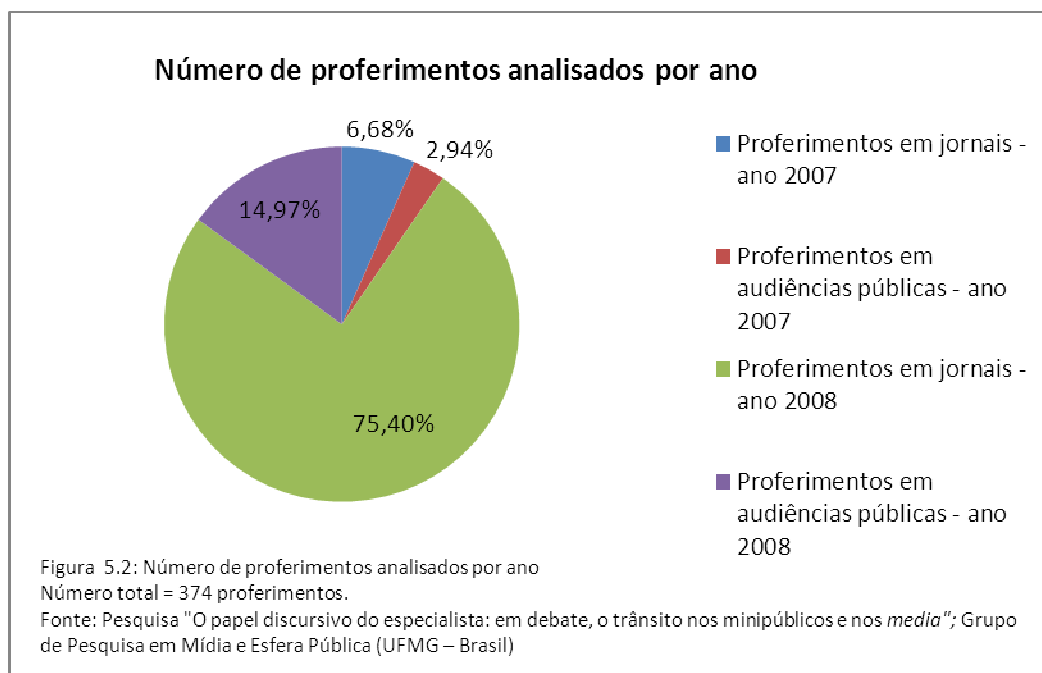
Os proferimentos por ambientes:

Nossa unidade de análise, como exposto no capítulo metodológico, foi o proferimento. O total de material recolhido resultou em 374 proferimentos, sendo destes 67 provenientes das reuniões de audiência pública da Assembleia Legislativa e 307 dos jornais escolhidos.



Como podemos notar, o maior número de proferimentos provém dos jornais *Estado de Minas* e *Hoje em Dia*, sendo a ALMG responsável por um pouco menos de $\frac{1}{4}$ da amostra recolhida. Um dado que desperta a atenção foi o fato que o *Jornal Hoje em Dia* apresenta praticamente o mesmo número de proferimentos que o *Jornal Estado de Minas*: 144 para o primeiro jornal e 143 para o segundo. O *Jornal O Tempo* contribuiu com somente 20. No entanto, o *Hoje em Dia* foi examinado pelo período de um ano, enquanto o *Estado de Minas* por dois anos. Ainda que nossa unidade de análise seja o

proferimento, e não a matéria em si, poder-se-ia deduzir que o *Hoje em Dia* concedeu o dobro de espaço para discussão da temática, se usarmos a lógica no qual em dois anos ele apresentaria então o dobro de proferimentos. Mas, se olharmos atentamente para a data em que os proferimentos são recolhidos, observa-se que apenas 6,68% destes foram codificados no ano de 2007 no meio jornal. Aproximadamente apenas 10% de todo material recolhido pertence ao primeiro ano, como podemos notar na figura abaixo:



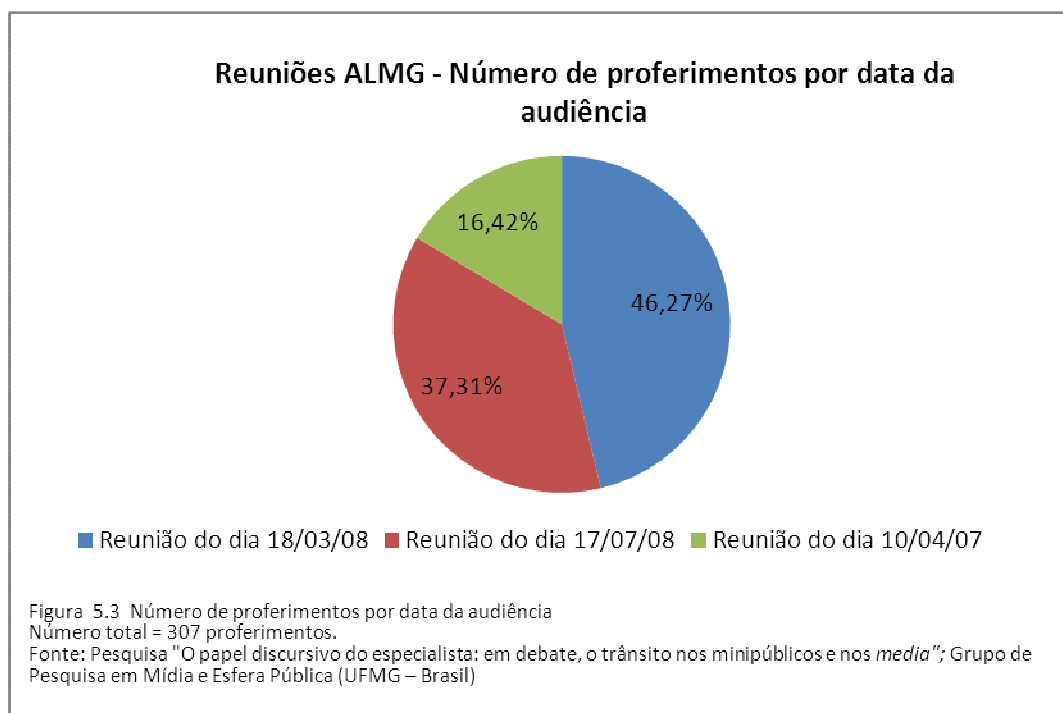
Finalidades das audiências públicas:

Nas reuniões da Assembleia Legislativa, a maior parte dos proferimentos foi recolhida da reunião que tem por finalidade "(...) *debater, em audiência pública, as implicações decorrentes da transferência do terminal rodoviário de Belo Horizonte do Centro para o Bairro Calafate*", que foi a segunda da série de três reuniões ocorridas nesta Casa. Nesta reunião, o projeto estava mais perto de ser uma realidade e também já havia ganhado mais visibilidade nos *media* e mais atenção nos debates cotidianos da população. Isso porque, em fevereiro de 2008, uma manobra regimental⁴¹ na Câmara dos Vereadores foi realizada pelo vereador Paulo Lamac (PT). Essa manobra causou grande revolta nos parlamentares, moradores, organizações civis e especialistas que eram contra o projeto e o consideravam inconstitucional, fato que atraiu ainda mais a atenção dos *media*.

⁴¹ Esta manobra dispensava a aprovação do projeto e suas 16 ementas de aprovação pelas Comissões Permanentes, levando o projeto para a votação já em segundo turno.

Considerada uma grande obra para a cidade, a construção da nova rodoviária seria “o fechamento do governo Pimentel com chave ouro”, o que acabou por ganhar a bancada petista, que votava favorável à transferência. Ser um ano eleitoral também ajudou na visibilidade do projeto, visto que, sendo uma obra de valor muito elevado, a transferência dificilmente sairia do papel durante o governo do prefeito à época, Fernando Pimentel (PT). Muitas ações foram feitas para tentar embargar o projeto e ganhar tempo, de forma que a “Rodoviária do Calafate” chegou a ser uma das principais temáticas discutidas em campanha pelos que pleiteavam o cargo de prefeito (para quem ficaria a responsabilidade da decisão de transferência). Por essas razões, podemos ressaltar o ano de 2008 como o ano de maior visibilidade midiática para o tema.

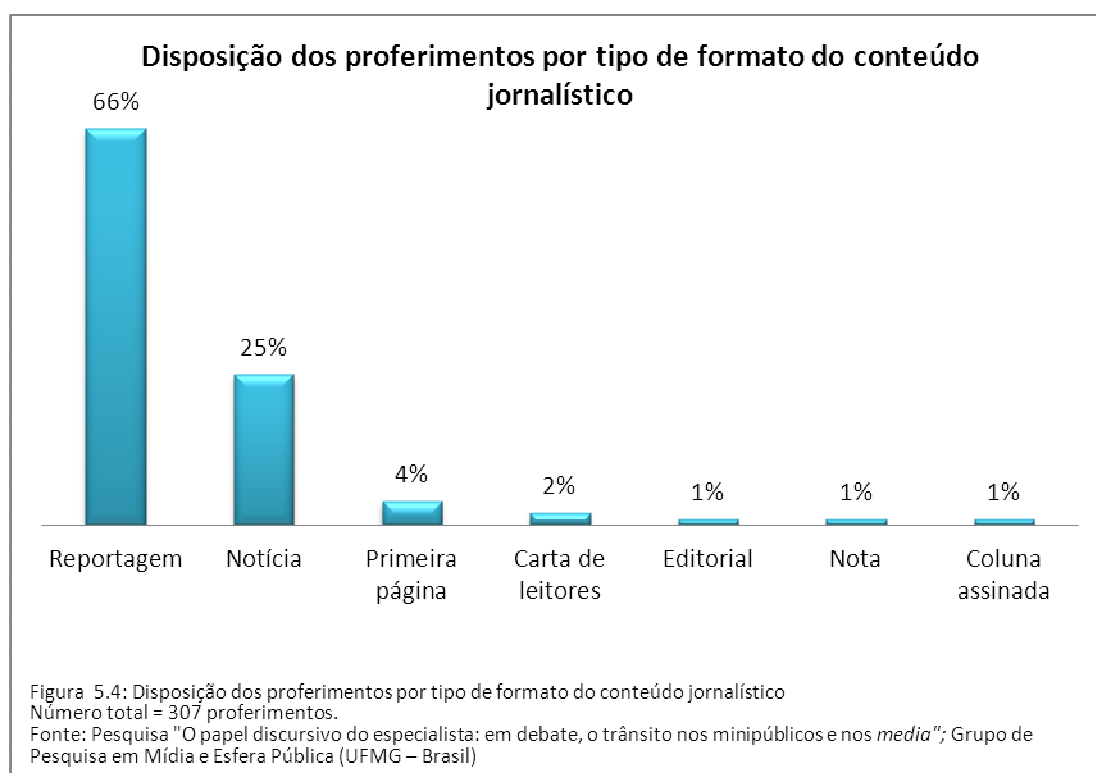
Sendo assim, em 2008, o debate ampliou sua dimensão, novos argumentos surgiram, novos grupos civis se dispuseram a discutir e as posições a favor/contra a transferência da rodoviária para o Calafate se intensificaram. Desta forma, observamos que os debates que ocorreram na ALMG após fevereiro de 2008 também apresentaram maior número de proferimentos, como visto na figura 5.3.



O “*Formato*”:

Os proferimentos recolhidos no material jornal estão concentrados em praticamente dois tipos de formatos: a reportagem e a notícia. Julgamos que isso

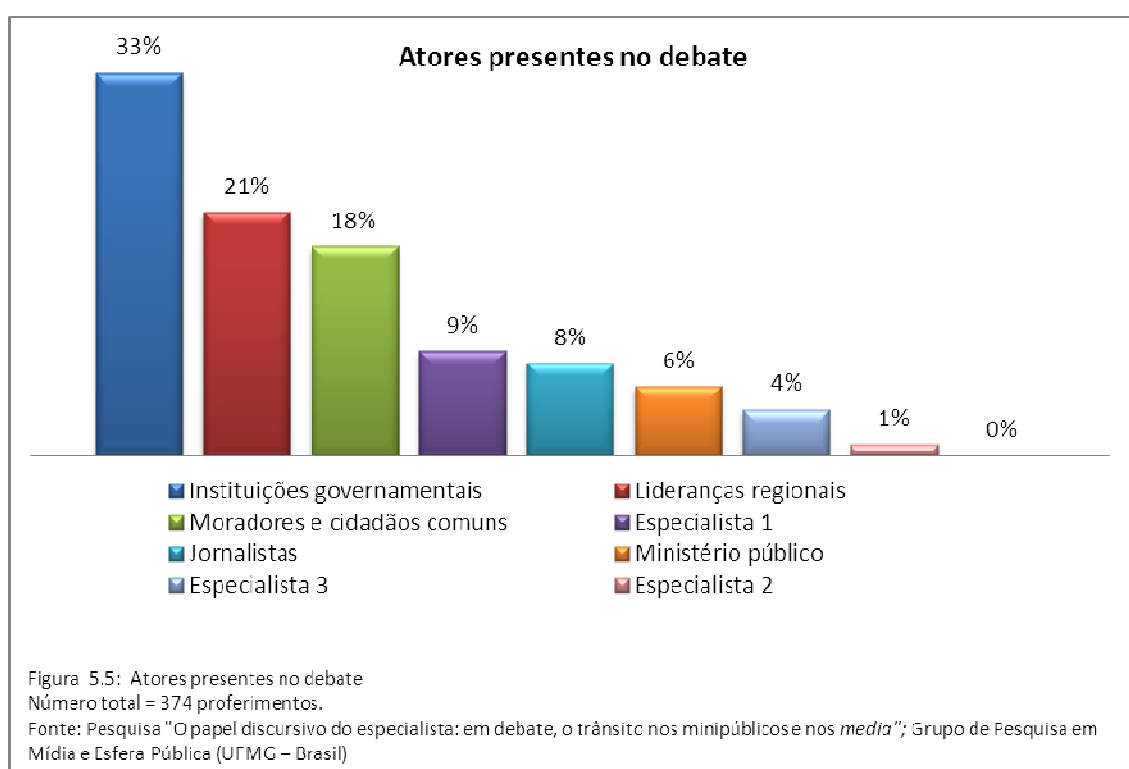
ocorreu, por esses formatos conseguirem abordar o problema com mais espaço, retomar as ações que já foram feitas, (re)apresentando o problema com mais clareza, e por dar visibilidade a mais atores envolvidos com a questão em debate (isso fica claro quando verificamos que só o formato reportagem carrega 66% dos proferimentos analisados). Como visto nos *media*, o problema ganhou a dimensão de ser da cidade e não especificamente de uma região (ainda que os resultados de tal decisão afetem primeiro o Calafate).



Outro dado importante para termos em mente, como informação, é como esses proferimentos eram apresentados nos meios escolhidos. Dos proferimentos recolhidos, 72,7% provinham de citações diretas, enquanto apenas 27,3% provinham de indiretas. Nos minipúblicos, a quase totalidade dos proferimentos advinha de citações diretas (95,5%), visto que as reuniões transcritas traziam as falas *ipsis litteris* dos atores presentes. Nos *media*, acreditamos que o alto número de falas diretas (67,8%) confere credibilidade ao que está sendo noticiado. Ao reportar uma fala direta, seja de um cidadão ou de um especialista, o jornalista corrobora uma posição já noticiada ou apresenta um novo ponto de vista.

Os atores presentes no debate:

A figura 5.5 mostra que o maior número de proferimentos presente nos debates analisados foi feito por aqueles que possuíam cargo ou falavam em nome de instituições governamentais, seguido por lideranças regionais e especialistas (caracterizados como tipo 01, ou seja, aqueles que trabalhavam em órgãos oficiais de trânsito). Esse resultado nos surpreendeu, pois esperávamos uma participação mais ativa por parte dos especialistas, visto que, toda mudança no trânsito é acompanhada de aspectos técnicos e envolve metuculoso estudo.



Ainda que somemos a participação de todos os tipos de especialistas, 14% de envolvimento no debate é um número pequeno em relação à participação de outros atores no debate. Acreditamos que essa baixa participação ocorreu devido à temática do debate e ao período em que ele ocorreu. Por se tratar de algo que afetaria, em especial, uma comunidade (região do Calafate) e por ser ano eleitoral (o que fez com as posições partidárias se polarizassem), os representantes de instituições governamentais (sobretudo deputados estaduais e vereadores) e os moradores e líderes regionais foram os atores que sobressaíram no processo de debate. Outro fato que contribuiu para a alta participação de representantes do governo foi a prefeitura liderar o projeto de

implantação da nova rodoviária, para encerrar a gestão de Fernando Pimentel (PT) “com chave de ouro”. Isso pode ter feito com que as forças políticas ligadas a ele se mobilizassem publicamente, assim como a oposição, para tentar embargar a votação do projeto.

Por mais que o assunto pertencesse ao domínio da *expertise*, o que se observa é que os “concernidos de forma mais direta” se apresentaram com mais afinco ao debate, seja em nome de seu partido ou pela defesa de sua região, ainda que eles também tivessem que se munir de argumentos técnicos. Desta forma, o especialista tem uma participação mais secundária, para confirmar ou negar certas afirmações nos *media* ou para representar órgãos no qual trabalha nas reuniões de minipúblicos. Neste último ambiente, sua presença é quase uma regra implícita, visto que, independentemente da área, estas reuniões de audiência pública contam com o convite a especialistas relacionados à temática em discussão.

Em relação às características de fala, que só foram codificadas nos ambientes de minipúblicos, temos 4,5% dos proferimentos sofrendo interrupções e 95,5% com uma participação normal do falante. Por ser a Casa do Poder Legislativo, este ambiente ajuda a constranger atos impensados, o vocabulário de baixo calão e a interrupção de um colega enquanto esse está falando. O que pudemos notar é que, apesar de não haver um livro de regras distribuído aos participantes, no qual se deixa clara a necessidade de respeitar o outro e seu tempo de fala, vemos que há uma forma de conduta desejada, que impera no ambiente de forma implícita.

Desta forma, os protocolos formais da ALMG e o comportamento cerimonioso adotado pelos deputados constroem as pessoas a serem cordiais e educadas, mantendo alto o nível de respeito ao tempo de fala e posição exposta por cada participante⁴². Muitos dos que participam dos minipúblicos são parlamentares que integram as mesmas Comissões Permanentes ou simplesmente têm uma convivência diária, por exercerem o mesmo cargo político. Os especialistas que lá estão são atores em constante contato com os políticos ali presentes, seja por participarem constantemente deste tipo de reunião ou por trabalhos que exigem cooperação fora deste ambiente. Este grau de convivência ajuda a constranger atos desrespeitosos.

Sobre o posicionamento encontrado nas falas analisadas, de modo geral, é observável que a maior parte delas é contrária à transferência da rodoviária, com 59,9%,

⁴² Nas reuniões de audiência pública, todos podem falar, desde que respeitem o tempo de fala estabelecido e se inscrevam (caso não seja alguém previamente convidado para a reunião).

que as falas favoráveis representam 28,3% e aqueles argumentos que são neutros ou balanceados constituem 11,8% de nossa amostra. Especificamente em cada ambiente temos:

Tabela 5.1 – Posicionamento em relação à transferência por tipo de ambiente

		ALMG	Jornais	Total
Posicionamento	Contra	79,1%	55,7%	59,9%
	A favor	16,4%	30,9%	28,3%
	Balanceado ou neutro	4,5%	13,4%	11,8%
	Total	67	307	734

Número total = 374 proferimentos.

Fonte: Pesquisa "O papel discursivo do especialista: em debate, o trânsito nos minipúblicos e nos *media*"; Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (UFMG – Brasil)

Apesar dos argumentos contra a transferência da rodoviária ainda serem maioria nos *media*, vemos que, de forma geral, os posicionamentos são ligeiramente mais equilibrados nesse ambiente do que nos minipúblicos. Como o ambiente midiático apresenta um número quase 80% maior de proferimentos do que o ambiente de minipúblico e seus proferimentos são retirados de diferentes fontes (três jornais) acreditamos que os *media* apresentam um maior espaço para diversidade de argumentos. A disparidade entre os tipos de classificações é visivelmente menor. Isto pode ser explicado pelo seu próprio papel, “de buscar a imparcialidade”, que procura apresentar os pontos de vista conflitantes – ao menos os mais evidentes. Se os jornais apresentam os lados mais evidentes da questão, dão a impressão aos leitores de serem mais credíveis e menos tendenciosos, conquistando maior audiência.

Segundo Schudson (2003), não existe uma verdade única, mas uma verdade que é construída e organizada pelo jornalismo. Como o jornalismo alimenta e é alimentado pela sociedade (MAIA 2008a, 2008b), ele não pode simplesmente ignorar uma das duas posições evidentes em nossa questão. Pelo contrário, ele retira da própria dinâmica social os argumentos que expõe e devolve-os para a esfera pública. Há duas grandes posições nesta questão: os contrários e aqueles a favor da transferência da rodoviária. O jornalismo absorve suas lógicas e suas razões e os expõe em forma de notícia, ampliando o debate no tempo, espaço e número de vozes consideradas.

Tipos de argumentos:

Os tipos de argumentos (v.14, v.15 e v.16) coletados formaram um número muito amplo de codificações, tornando esta variável muito dispersa em sua mensuração.

Eram 49 possibilidades de codificação. Após a primeira codificação, fizemos um reagrupamento destas variáveis, para que visualizássemos melhor as informações que elas geraram⁴³.

Algumas variáveis foram reunidas em grupos que as identificavam por uma ideia comum. Sabemos que os argumentos apresentados são diferentes, mas mantêm um núcleo de identificação similar como, por exemplo, aqueles que tocam no problema de estrutura do Calafate para receber a Rodoviária. Os argumentos diferem entre a falta de estrutura viária, estrutura do bairro (que é residencial) e a estrutura do novo projeto que não condiz com a demanda; mas vemos que há uma lógica de fundo que os une. Desta forma, criando blocos maiores nos quais os argumentos podem ser agrupados, acreditamos encontrar resultados mais claros, que oferecerão maior entendimento da realidade.

Os grupos de argumentos, com o número da ficha daqueles que foram coligados, são:

- 1) Grupo de argumentos que expõem a falta de estrutura do bairro para receber a rodoviária ou a falta de estrutura da nova, que será construída: 1, 3, 17, 22.
- 2) Grupo de argumentos que retratem os eventuais malefícios que virão com a transferência da rodoviária para o Bairro Calafate ou para a população como um todo: 7, 9, 15.
- 3) Grupo de argumentos dos problemas contidos no projeto (pode ser pela legalidade, falta de estudos, falta de comunicação ou falta de algumas avaliações): 2, 5, 6, 11, 12, 13, 16, 20.
- 4) Grupo de argumentos que falam que a transferência não resolverá os problemas do Centro, que estes devem ser resolvidos por outros meios: 4, 8, 14, 21.
- 5) Grupo de argumentos que julguem que o impacto da nova rodoviária será positivo, trazendo melhorias/benefícios para a região (econômica, física, social, etc.) e também para o usuário de forma geral: 32, 33, 38, 41.

⁴³ Essas informações não serão apresentadas aqui, para deixar este trabalho mais enxuto. Elas estão disponíveis com a autora, mediante solicitação.

- 6) Grupo de argumentos que apontam que a rodoviária atual não atende à demanda e é decadente; julgam que é preciso um prédio mais moderno, com mais conforto aos usuários: 34, 36, 44.
- 7) Grupo de argumentos que indicam que a descentralização dificulta a integração e a administração e que só vai acontecer quando houver demanda para isto: 42 e 43.

Os argumentos que diferem desses expostos, mas que não foram citados aqui, permanecem funcionando de forma isolada, pois eles não se adequaram a nenhum dos grupos citados. Para um resultado mais significativo, foram somadas as variáveis “tipos de argumentos” (v.14, v15 e v.16). Os 15 resultados mais expressivos (que representam mais de 5% na amostra) podem ser vistos na tabela abaixo:

Tabela 5.2: Argumentos e grupos de argumentos com maior significância no debate

1º	Grupo de argumentos dos problemas contidos no projeto (pode ser pela legalidade, falta de estudos, falta de comunicação ou falta de algumas avaliações).	81,7%
2º	Grupo de argumentos expressando a falta de estrutura do bairro para receber a rodoviária ou da falta de estrutura da nova, que será construída.	26,9%
3º	Grupo de argumentos que retratem os eventuais malefícios que virão com a transferência da rodoviária para o Bairro Calafate ou para a população como um todo.	23,9%
4º	A construção da nova rodoviária faria parte de um jogo político.	19,7%
5º	Outros.	19,5%
6º	A solução estaria na descentralização da rodoviária, com a construção de outros pólos rodoviários, construídos, considerando-se as saídas para as principais cidades, o que facilitaria o deslocamento.	16,7%
7º	Construção da nova rodoviária ajudará a desafogar o fluxo de trânsito do hipercentro.	15,8%
8º	Grupo de argumentos que julguem que o impacto da nova rodoviária será positivo, trazendo melhorias/benefícios para a região (econômica, física, social, etc.) e também para o usuário de forma geral.	14,8%
9º	Grupo de argumentos que falam que a transferência não resolverá os problemas do Centro, que estes devem ser resolvidos por outros meios.	14,3%
10º	Grupo de argumentos que indicam que a descentralização dificulta a integração e a administração e que só vai acontecer quando houver demanda para isto.	11,3%
11º	Grande questão e/ou problema para a transferência se encontra na desapropriação de terrenos para a construção da nova rodoviária e/ou das indenizações pagas por esta desapropriação.	11,2%
12º	O projeto de transferência está embasado em suporte legal.	6,6%
13º	Únicos beneficiários do projeto da nova rodoviária serão os empresários que lucrarão com a concessão da mesma.	5,8%
14º	Os estudos para a transferência foram realizados e concebidos para o Bairro Calafate, o projeto foi planejado para aquela região em específico (que é considerada estratégica por facilidade de acesso às BRs 381, 262, 040).	5,8%
15º	Grupo de argumentos que apontam que a rodoviária atual não atende à demanda e é decadente, e julgam que é preciso um prédio mais moderno, com mais conforto aos usuários.	5,0%

Número total = 374 proferimentos.

Fonte: Pesquisa "O papel discursivo do especialista: em debate, o trânsito nos minipúblicos e nos *media*"; Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (UFMG – Brasil)

Como podemos observar, a soma das três classificações de tipos de argumentos tem a predominância daqueles contra a transferência/construção, o que corrobora nossos achados sobre o posicionamento adotado pelos atores. Sobretudo, podemos destacar que aquele grupo que diz dos problemas relacionados ao projeto, seja pela legalidade, falta de estudos, falta de comunicação ou falta de algumas avaliações, possuem o valor mais elevado, com o total de 81,7% na soma dos três tipos de argumentos.

Durante a codificação do material, já esperávamos que argumentos ligados a esses problemas prevalecessem. Eles foram, especialmente, utilizados por líderes regionais, cidadãos comuns e moradores e alguns parlamentares que se posicionavam contra a construção da rodoviária no Calafate. Como podemos ver, excluindo os argumentos ligados a esse grupo, os outros foram muito distribuídos, não revelando evidência de nenhuma hipótese mais forte relacionada a esta variável.

5.1 Os dados mais significativos

Nesta seção, apresentaremos os dados que possuem ligação direta com nossas hipóteses. Esses dados mostram os achados gerais de nossa análise, com divisão entre ambientes. Posteriormente, eles serão refinados de acordo com cada hipótese e apurados por atores, níveis de justificação ou a variável que for necessária.

A tabela 5.3 mostra que os tipos de razões utilizadas que não fazem nenhuma referência explícita ao bem comum possuem um número mais elevado, tanto nos *media* quanto nos minipúblicos, com uma diferença significativa em relação aos demais tipos de razão. O alto número de argumentos desse tipo chegou a nos surpreender, sobretudo na ALMG. Os participantes tratam das questões sobre a transferência com ênfase em argumentos tecnicistas, e isto os leva a não acionarem razões de bem comum. De qualquer forma, por se tratar de algo que “em teoria” vai beneficiar a cidade, esperávamos que argumentos com usos utilitários de bem comum fossem predominar em ambos ambientes discursivos.

Tabela 5.3: Tipos de razões utilizadas por ambiente de debate

		ALMG	Jornais	Total
Tipos de razões utilizadas	Que não fazem nenhuma referência explícita a grupos ou ao “bem comum” de forma geral	65,7%	71,7%	70,6%
	Que fazem uso do “bem comum” enquanto/para um grupo de interesse	11,9%	19,2%	17,9%
	Que fazem uso do bem comum em termos utilitários, a melhor solução para um maior número de pessoas	22,4%	8,8%	11,2%
	Que fazem uso de razões altruístas	,0%	,3%	,3%
Total		67	307	374

Fonte: Pesquisa "O papel discursivo do especialista: em debate, o trânsito nos minipúblicos e nos *media*"; Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (UFMG – Brasil)

A Assembleia Legislativa, por ser um lugar destinado a representar “os interesses do povo”, deveria apresentar um maior número de razões que valorizassem os interesses gerais. Notamos, no entanto, que não foi o que aconteceu. Acreditamos que houve, neste caso, influência do tipo de ambiente sobre as razões utilizadas. Como visto no capítulo 3, por ser um lugar de pouca visibilidade, o minipúblico poderia apresentar argumentos que fossem baseados em razões privadas, em detrimento das razões públicas vistas nos *media*. Os números corroboram esta ideia. As razões que utilizam “de bem comum”, seja enquanto grupo ou em termos utilitários, ficam abaixo de um 1/3 do total. Outro fator contributivo para a baixa utilização de argumentos de bem comum foi o uso de argumentos que privilegiavam as razões técnicas, como veremos a seguir.

Por mais que houvesse participantes de organizações civis nos debates da ALMG, estes eram minoria e muitos dos proferimentos expostos por eles – quando não apelam somente para razões técnicas – tendem a trazer as questões para perto de suas realidades na hora de debater publicamente. Este tipo de comportamento também foi adotado, principalmente, por moradores e cidadãos comuns presentes nas reuniões de audiência pública.

A nosso ver, essa postura se dá pelo tipo de papel que esses atores representam quando debatem. As lideranças são aqueles que falam em nome da região e, portanto, têm o “dever de fazer valer os interesses da comunidade”. Isso, muitas vezes, implica um uso da pragmática da “vida como ela é”. Falar das situações vividas parece criar um

laço comum de entendimento da situação que diversas pessoas estão passando e também um senso de pertencimento no debate.

Quando os cidadãos comuns/moradores têm a oportunidade de falar na ALMG, e, principalmente, nos *media*, acreditamos que seguem esta mesma lógica, como se falar em público lhe conferisse a chance de debater pela região a que pertencem. Por isso, grande parte de seus proferimentos não fazem referência ao bem comum de um modo geral, mas enquanto defensor de um grupo (tabela 5.4). Mesmo que use um exemplo pessoal, o morador, na maioria das vezes, acaba por concluir seu argumento pensando no bem-estar daqueles que são do mesmo bairro ou da mesma região. É o que podemos ver na fala da moradora Vanessa Fraga:

“[...] Como eu, há várias outras pessoas naquela região. O Prado, como todos sabem, tem uma população idosa grande. É uma questão de identidade. Tenho temor que haja, cada vez mais, a substituição de nossos imóveis, dando lugar a outro tipo de ocupação. E há também a questão de usos. Como a própria Prefeitura já disse, a área atrairia hotéis, comércio e serviços. Não queremos isso em nossa região. Escolhemos morar ali, porque é uma região residencial. Se quiséssemos morar em outro lugar em que existisse comércio e serviços à vontade, teríamos ido para o Centro ou para outros bairros. [...]” (Reunião da ALMG, 17/7/08).

Tabela 5.4: Tipo de razões utilizadas por ator, em cada tipo de ambiente

		Que não fazem nenhuma referência explícita a grupos ou ao “bem comum” de forma geral	Que fazem uso do “bem comum” enquanto/ para um grupo de interesse	Que fazem uso do bem comum em termos utilitários, a melhor solução para um maior número de pessoas	Que fazem uso de razões altruístas	Total
ALMG	Ministério público	66,7%	-	33,3%	-	6
	Especialistas	63,2%	15,8%	21,1%	-	19
	Lideranças regionais	76,5%	17,6%	5,9%	-	17
	Moradores e cidadãos comuns	50,0%	50,0%	-	-	2
	Instituições governamentais	60,9%	4,3%	34,8%	-	23
	Total	65,7%	11,9%	22,4%	-	67
Jornais	Ministério público	86,7%	6,7%	6,7%	,0%	15
	Especialistas	54,3%	14,3%	31,4%	,0%	35
	Jornalistas	82,8%	10,3%	6,9%	,0%	29
	Lideranças regionais	49,2%	49,2%	1,6%	,0%	61
	Moradores e cidadãos comuns	77,6%	17,9%	4,5%	,0%	67
	Instituições governamentais	82,0%	8,0%	9,0%	1,0%	100
	Total	71,7%	19,2%	8,8%	,3%	307

Fonte: Pesquisa "O papel discursivo do especialista: em debate, o trânsito nos minipúblicos e nos *media*"; Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (UFMG – Brasil)

Ainda na tabela 5.4, vemos que os argumentos ligados às razões altruístas praticamente não aparecem, independentemente do ambiente analisado. Isso provavelmente tem a ver com o tipo de debate que estamos analisando. Ao que parece, a discussão em torno da construção da nova rodoviária aparenta não ser uma problemática capaz de trazer à tona questões dessa natureza.

Argumentos técnicos, valorativos ou balanceados?

As razões utilizadas nos minipúblicos e nos *media* têm predominância daquelas que fazem uso de argumentos técnicos de forma geral. Por se tratar de uma questão polêmica que envolveu tanto a sociedade, acreditávamos que fôssemos encontrar um maior número de razões que tivessem um apelo social: argumentos ligados à questão da moradia e desvalorização do bairro, do valor emocional da região para a história da cidade e do desalojamento que provocaria, sendo que os moradores e os belo-horizontinos de forma geral nem foram consultados para a aprovação de tal projeto (o projeto não seria, portanto, uma escolha democrática). Contudo, a tabela 5.5 mostra que há predominância de argumentos que dizem respeito, sobretudo, à falta de infraestrutura viária, falta de estudos necessários e ilegalidades contidas na descrição de tal projeto de transferência.

Tabela 5.5: Classificação das razões utilizadas por ambiente

		ALMG	Jornais	Total
Razões podem ser classificadas como	Argumentos técnicos	58,2%	61,7%	61,1%
	Argumentos valorativos	13,4%	27,4%	24,9%
	Argumentos balanceados	28,4%	10,9%	14,1%
Total		67	303	370

$$\chi^2 (2, N = 370) = 16,332, p = .000^{44}$$

Fonte: Pesquisa "O papel discursivo do especialista: em debate, o trânsito nos minipúblicos e nos *media*"; Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (UFMG – Brasil)

Esses tipos de argumentos são utilizados por todos os participantes do debate, dando uma ênfase mais tecnicista às falas que são utilizadas, também, e em grande quantidade, pelos moradores e cidadãos comuns, como mostra a tabela 5.6. Atores estes que julgávamos que fossem adotar razões valorativas. A impressão que tivemos é que, ao utilizar razões ligadas à *expertise*, o debate se torna “mais profissional” e maduro e

⁴⁴ Foram realizados testes de Qui-quadrado em todos os cruzamentos de dados apresentados nesta dissertação. Contudo, nem todos eles alcançaram significância estatística ou os requisitos mínimos de confiabilidade exigidos por esse tipo de teste – especificamente, um número acima do aceitável de células com menos de cinco casos. Com isso, somente serão apresentados os resultados dos testes de Qui-quadrado que não apresentaram problemas de confiabilidade.

mesmo os moradores e cidadãos comuns, por exemplo, podem confrontar com mais embasamento aqueles que detêm o poder político ou o conhecimento especialista.

Vemos que um alto uso de proferimentos técnicos ocorreu especialmente pelos parlamentares, especialistas, jornalistas e ministério público, que tiveram ampla participação nos processos de debate. Estes atores possuem uma capacidade de articulação (pelo próprio papel que representam perante o imaginário social e cargos que ocupam) e, portanto, esperávamos que tal razão pudesse de fato predominar seus argumentos.

Tabela 5.6: Classificação das razões utilizadas por tipo de ator

	Argumentos técnicos	Argumentos valorativos	Argumentos balanceados	Total
Ministério Público	76,2%	4,8%	19,0%	21
Especialistas	69,8%	5,7%	24,5%	53
Jornalistas	89,7%	10,3%	,0%	29
Lideranças regionais	39,7%	44,9%	15,4%	78
Moradores e cidadãos comuns	52,2%	37,3%	10,4%	67
Instituições governamentais	66,4%	20,5%	13,1%	122
Total	61,1%	24,9%	14,1%	370

$\chi^2 (10, N = 370) = 53,342, p = .000$

Fonte: Pesquisa "O papel discursivo do especialista: em debate, o trânsito nos minipúblicos e nos *media*"; Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (UFMG – Brasil)

Os níveis de justificação:

Sobre o nível de justificação, vemos que a justificação inferior é mais elevada de forma geral. Ela aparece em quase a metade da amostra analisada.

Tabela 5.7: Classificação dos níveis de justificação por ambiente

		ALMG	Matéria de Jornal	Total
Níveis de justificação	Sem justificação	3,0%	2,9%	2,9%
	Justificação inferior	41,8%	47,2%	46,3%
	Justificação qualificada	28,4%	38,8%	36,9%
	Justificação sofisticada	26,9%	11,1%	13,9%
Total		67	307	374

$$\chi^2(3, N = 374) = 11,829, p = .008$$

Fonte: Pesquisa "O papel discursivo do especialista: em debate, o trânsito nos minipúblicos e nos *media*"; Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (UFMG – Brasil)

De acordo com a tabela 5.7, nos *media*, os níveis de justificação demonstrados estão de acordo com o esperado por nós. Isto porque, um dos grupos de atores com maior participação neste meio são os moradores e cidadãos comuns (21,82%). Não se espera deste grupo um alto grau de sofisticação nos argumentos apresentados. Não que sejam capazes de tal articulação, mas porque apesar da percentagem alta em relação à participação, os moradores e cidadãos comuns geralmente têm pouco espaço quando falam.

Sabemos que os *media* privilegiam o acesso e a fala de alguns atores, como por exemplo, os representantes do governo ou os especialistas – as “vozes oficiais” – mas, sobretudo dão a esses atores maior visibilidade quando falam. Acreditamos que mesmo que houvesse um nível maior de sofisticação na justificação argumentativa dos moradores e cidadãos, ao passar pelo processo de edição do jornalismo só o que interessa é dado a ver. Muitas vezes a fala é editada para ser somente um elemento que confirma o que está sendo empregado na matéria e a justificação desta forma fica reduzida.

Como já exposto, o número de proferimentos em 2008 é significativamente maior do que no ano anterior. No entanto, apesar de apresentar um número mais robusto, isto não implica uma melhor qualidade do debate ou um incremento do nível de justificação. Como podemos notar na tabela 5.8, apesar do número de argumentos sem justificação deixar de existir nas reuniões de 2008, o número de justificações inferiores sobe significativamente. A justificação qualificada apresenta um decréscimo na segunda

reunião, se comparada à primeira, e a sofisticada apresenta uma constância entre a primeira e a segunda reunião, declinando no último encontro.

Os números encontrados vão contra nossas expectativas teóricas, pois esperávamos encontrar um alto nível de justificação qualificada e sofisticada em todos os debates na ALMG. Isso porque, conforme exposto, o minipúblico seria o lugar para o debate de alta qualidade, no qual as pessoas poderiam dialogar com maior liberdade e se expressar de forma mais cautelosa. Nos minipúblicos, as opiniões poderiam ser expostas de forma mais elaborada. Apesar dos parlamentares não precisarem justificar suas posições por já terem uma convivência diária, como exposto por Goodin (2005), acreditávamos encontrar argumentos mais elaborados pelos atores participantes, elevando o nível de justificação.

Tabela 5.8: Classificação dos níveis de justificação por ambiente

Data da reunião	Sem justificação	Justificação inferior	Justificação qualificada	Justificação sofisticada
10/04/07	18,18%	9,09%	36,36%	36,36%
18/03/08	0,00%	51,61%	12,90%	35,48%
17/07/08	0,00%	44,00%	44,00%	12,00%
Total	02	28	19	18

Fonte: Pesquisa "O papel discursivo do especialista: em debate, o trânsito nos minipúblicos e nos *media*"; Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (UFMG – Brasil)

5.2 Trabalhando com nossas hipóteses

Nesta seção, vamos apresentar os resultados das análises vinculadas à cada hipótese feita no capítulo metodológico deste trabalho. Para tornar mais didática a compreensão, vamos retomar cada hipótese e em seguida expor seus resultados seguidos de nossos apontamentos.

Os especialistas entre os media e os minipúblicos:

A primeira hipótese com a qual trabalharemos é: H1) Os especialistas tendem a apresentar argumentos com mais apelos ao “bem comum”, a valores, à moral e a questões sociais em reuniões de minipúblicos, já que têm que ser mais *accountable* aos presentes, do que nos *media*, que podem trabalhar com argumentos mais técnicos e altruístas.

Para responder a esta questão, recorreremos aos achados sobre o tipo de razões utilizadas. Como podemos ver na tabela 5.9, encontramos algumas diferenças entre os ambientes, principalmente no que diz respeito às razões que “não fazem nenhuma referência explícita a grupos ou ao bem comum de forma geral” e aquelas que “fazem uso do bem comum em termos utilitários”.

5.9: Tipos de razões utilizadas pelos especialistas em cada ambiente de debate

		ALMG	Jornais	Total
Tipos de razões utilizadas	Não há “bem comum” de forma geral	63,2%	54,3%	57,4%
	“Bem comum” enquanto/para um grupo de interesse	15,8%	14,3%	14,8%
	“Bem comum” em termos utilitários	21,1%	31,4%	27,8%
Total		19	35	54

$$\chi^2 (2, N = 54) = 0,665, p = .717$$

Fonte: Pesquisa "O papel discursivo do especialista: em debate, o trânsito nos minipúblicos e nos *media*"; Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (UFMG – Brasil)

A princípio, parece que os especialistas tenderiam a utilizar diferentes razões em diferentes ambientes. Mas, o resultado do teste do χ^2 não nos permite dizer que o uso do bem comum predomina mais nos proferimentos presentes na ALMG do que nos jornais; ou seja, a diferença observada nos dois ambientes não chega a ser estatisticamente significativa.

Estes dados demonstram que nossa primeira hipótese não é confirmada. Para que pudéssemos afirmar que há um maior uso do bem comum em ambientes de minipúblicos, por ter que entrar em questões conflituosas no debate face a face (GOODIN, 2005; CHAMBERS, 2005), os números apresentados neste ambiente que argumentam em torno do bem comum de forma geral ou para/enquanto um grupo de interesse deveriam ser maiores do que nos *media*, com superioridade significativa. Cremos que esta discrepância em relação ao esperado ocorreu devido aos especialistas manterem uma postura mais técnica no debate face a face, evitando entrarem questões valorativas, que pudessem fazer apelos ao uso desse tipo de razão.

A reflexividade e a reciprocidade nos media e nos minipúblicos:

A segunda hipótese a ser testada é: H2) Há mais reflexividade e reciprocidade nos minipúblicos do que nos ambientes midiáticos.

Tabela 5.10: Nível de reciprocidade em cada ambiente de debate

		ALMG	Jornais	Total
Reciprocidade	Contra-argumentos ignorados	83,6%	97,7%	95,2%
	Contra-argumentos incluídos, mas depreciados ou refutados	7,5%	2,0%	3,0%
	Contra-argumentos incluídos, mas neutros	9,0%	,3%	1,9%
Total		67	305	372

Fonte: Pesquisa "O papel discursivo do especialista: em debate, o trânsito nos minipúblicos e nos *media*"; Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (UFMG – Brasil)

Como podemos notar na tabela 5.10, o nível de contra-argumentos ignorados é significativamente alto tanto nos minipúblicos quanto no ambiente midiático. Não houve a detecção de nenhum contra-argumento incluído e valorizado na amostra colhida. Podemos dizer que a reciprocidade, de forma geral, foi pequena em ambos ambientes.

Notamos que o nível de reciprocidade nos minipúblicos é muito baixo, ainda que seja um pouco mais elevado que nos *media*. Mas entendemos que essa diferença não é o suficiente para corroborar a hipótese de que há mais reflexividade e reciprocidade durante as reuniões de audiência pública. Se tomarmos como reciprocidade o respeito e a inclusão do ponto de vista do outro, vemos que, no geral, em mais de 90% dos proferimentos isto é descartado, com contra-argumentos ignorados ou refutados (a soma dos dois neste caso).

Nos debates da ALMG, por exemplo, os especialistas refutavam os argumentos dos parlamentares que, segundo eles, não condiziam com a atual realidade e demanda da cidade. Já os contra-argumentos incluídos aconteciam, geralmente, entre os próprios parlamentares. O que notamos é que há certo cooperativismo dialógico entre deputados da mesma Comissão Parlamentar, ainda que eles não sejam do mesmo partido.

Outro fato que chama nossa atenção a esse respeito é que nenhum deputado ou vereador do PT participou dessas reuniões de audiência pública. Esse dado é ainda mais significativo quando se sabe que Fernando Pimentel, prefeito à época, era petista e um

dos principais incentivadores do projeto de transferência. Sete dos doze parlamentares que compareceram ao longo das reuniões da ALMG (nem sempre em todas as reuniões) eram de partidos coligados à “Aliança por BH”, que apoiava a candidatura de Márcio Lacerda nas eleições de 2008. Márcio Lacerda, que inicialmente apoiou a transferência da rodoviária (que constava inclusive no seu plano de governo), reconsiderou sua posição durante os debates eleitorais e prometeu estudar com mais minúcia o projeto, para verificar sua aplicabilidade. Mais que defender um ponto de vista, é perceptível que os parlamentares envolvidos nos debates também queriam ganhar a opinião pública, inclusive nos debates da ALMG.

Nos ambientes midiáticos também praticamente não foi encontrado reciprocidade. Mas, com um debate estendido no tempo-espço, já esperávamos que esta variável fosse apresentar um resultado pouco expressivo, o que de fato aconteceu. Praticamente a totalidade dos contra-argumentos é ignorada ou refutada neste meio. É importante lembrar que captar reciprocidade nos *media* é de fato muito difícil, pois com debate estendido no tempo e fazendo a codificação por matéria, detectar tal característica se torna quase inviável. O diálogo entre os participantes é atravessado pelo próprio processo de produção da notícia.

Outro fator analisado por nós para apresentar os resultados desta hipótese foi a “continuidade de fala” por parte dos atores presentes nos debates. Assim, como destacamos em nossa ficha de análise, esse dado somente foi analisado nos ambientes de minipúblicos, devido à dificuldade de mensuração em ambientes midiáticos. O que podemos ver na tabela 5.11 é que os atores, de uma forma geral, interagem pouco com outros participantes do debate. Tudo indica que somente o grupo dos parlamentares apresenta um número mais expressivo no que tange a essa variável e diz da inclusão do argumento de outro ator no proferimento do próprio falante, com 34,8%.

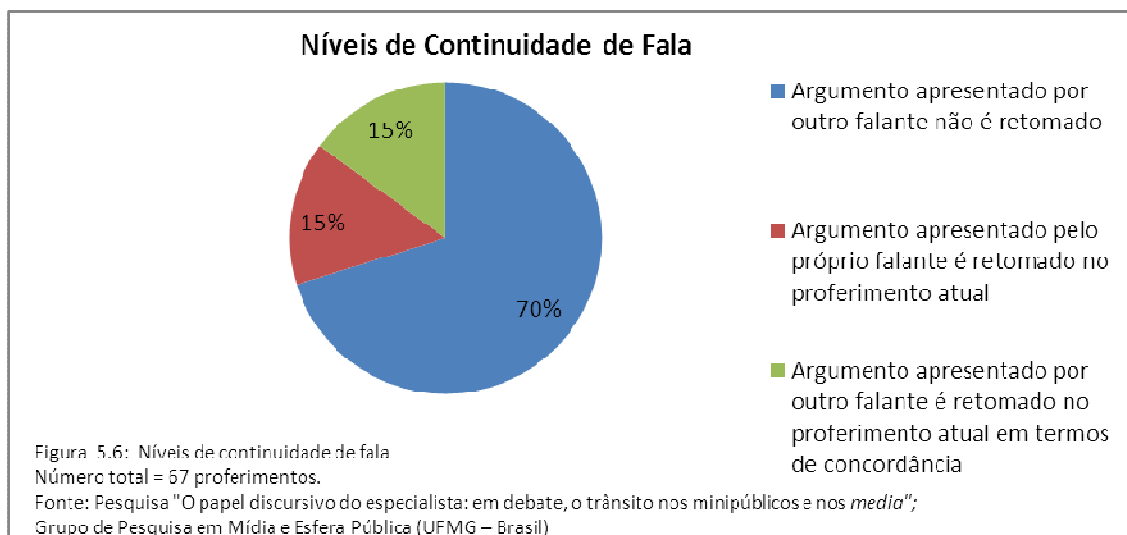
Tabela 5.11: Continuidade de fala cada tipo de ator presente na ALMG

	Argumento apresentado por outro falante não é retomado	Argumento apresentado pelo próprio falante é retomado no proferimento atual	Argumento apresentado por outro falante é retomado no proferimento atual em termos de concordância	Total
Ministério Público	83,3%	-	16,7%	6
Especialistas	73,7%	21,0%	5,3%	19
Lideranças regionais	94,1%	-	5,9%	17
Moradores e cidadãos comuns	100,0%	-	-	2
Instituições governamentais	43,5%	21,7%	34,8%	23

Fonte: Pesquisa "O papel discursivo do especialista: em debate, o trânsito nos minipúblicos e nos *media*"; Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (UFMG – Brasil)

De forma geral, como mostra a figura 5.6, apenas 15% dos argumentos⁴⁵ são incluídos nas falas dos participantes e já foram apresentados por outro falante. Os grupos que ajudam a somar este número são principalmente os parlamentares, como apontado, e o grupo do Ministério Público, com 16,7% (tabela 5.11). Dos argumentos apresentados por outros participantes, 70% não são retomados novamente. Os que envolvem a retomada de argumentos que já foram apresentados pelo próprio falante, em momentos anteriores, e são levantados novamente, somam 15%.

⁴⁵ Ressalvamos que argumentos não contêm ideias contrárias aos do falante – estes seriam os contra-argumentos



Esses dados nos levam a considerar que o especialista tem uma posição rígida em relação ao que acredita, não cedendo em sua argumentação e mantendo um distanciamento dos outros proferimentos apresentados no debate.

Ao somarmos as categorias “argumento apresentado pelo próprio falante é retomado” e “argumento apresentado por outro falante é retomado”, observa-se que o número de argumentos que voltavam para o debate chega a ser razoável: quase 1/3 dos argumentos estão constantemente presentes. Isto acontece porque, com posições definidas, os atores trazem os argumentos nos quais acreditam (e que já foram proferidos) sempre que têm a oportunidade de expô-los, o que ajuda a explicar a baixa reciprocidade entre participantes de uma forma geral. Até as justificações para defender, por exemplo, a despolarização da rodoviária são retomadas. Vejamos a fala de um representante do governo (ator caracterizado como tipo 09):

[...] Minha proposta, que quero discutir com os convidados e com o Deputado Juninho Araújo, aqui presente, é que sejam feitas pequenas rodoviárias regionais, nas saídas da cidade de Belo Horizonte para as rodovias mais movimentadas do Estado – na BR-040, sentido Brasília, que dá acesso ao Norte de Minas; na 381, próximo a Sabará, na saída para o Espírito Santo, que dá acesso à região de João Monlevade, Vale do Aço e Vale do Rio Doce; na 040, sentido Rio de Janeiro, que dá acesso à Zona da Mata e região. A ideia é que, ao invés de fazermos um único prédio, um único complexo rodoviário, criemos pequenos complexos rodoviários regionais [...] (Reunião da ALMG, 10/4/07).

A mesma posição e justificação são adotadas por outro ator também representante do governo, inclusive se remetendo ao primeiro:

[...] também concordo com o que o Deputado Gustavo Valadares disse há pouco: não acho que uma rodoviária, principalmente no Setor Oeste, vá resolver o problema de Belo Horizonte. Para esta cidade, pensando “macro”, precisamos instalar no mínimo cinco rodoviárias, nos principais gargalos, exatamente onde o Deputado Gustavo mencionou: nas entradas de João Monlevade, do Vale do Aço, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Brasília, e,

talvez, uma menor, no Centro, para receber passageiros do metrô e redistribuí-los [...] (Reunião da ALMG, 10/4/07).

Os dados apresentados mostram um baixo grau de reflexividade por parte dos participantes como um todo, que mantêm um diálogo cooperativo com aqueles atores de posição similar, e ajudam a refutar a ideia de que os minipúblicos apresentariam um maior nível de reflexividade e reciprocidade que nos *media*, pelo menos em relação ao debate sobre a nova rodoviária de Belo Horizonte.

A complexidade das justificações nos media e nos minipúblicos:

Nossa hipótese 3 afirma que: H3) O nível de complexidade das justificações em ambientes de minipúblicos é superior aos dos *media*. Para dar conta dessa resposta, vamos analisar como o nível de justificação dos atores participantes do debate se dá em cada ambiente.

Tabela 5.12: Classificação dos níveis de justificação por ambiente

		ALMG	Matéria de Jornal	Total
Níveis de justificação	Sem justificação	3,0%	2,9%	2,9%
	Justificação inferior	41,8%	47,2%	46,3%
	Justificação qualificada	28,4%	38,8%	36,9%
	Justificação sofisticada	26,9%	11,1%	13,9%
Total		67	307	374

$$\chi^2(3, N = 374) = 11,829, p = .008$$

Fonte: Pesquisa "O papel discursivo do especialista: em debate, o trânsito nos minipúblicos e nos *media*"; Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (UFMG – Brasil)

Conforme podemos notar na tabela 5.12, o nível de “não justificação” é praticamente igual em ambos os ambientes enquanto o de “justificação inferior” sofre uma pequena redução nos ambientes de minipúblicos. O nível das “justificações qualificadas” também tem um decréscimo nesse ambiente, enquanto o nível de justificações sofisticadas é mais elevado nos minipúblicos do que nos *media*. Esses dados ajudam a corroborar nossa hipótese, ainda que de forma mais fraca do que esperávamos.

O maior espaço dado aos falantes e até mesmo a seleção dos membros que participam da audiência na ALMG ajudam a elevar o nível de justificações sofisticadas.

Na ALMG, apesar de haver um tempo de fala destinado a cada participante, este tempo costuma ser suficiente, sendo raro o ator ter que ser interrompido por extrapolá-lo. Isso significa que o falante pode expor suas ideias com clareza, retomar pontos que não ficaram muito inteligíveis e suas falas não sofrerão enquadramentos por parte de alguém. O que é dito é repassado de forma integral no debate face a face.

Outro fator que acreditamos ser contributivo é o fato dos especialistas, parlamentares e lideranças regionais dominarem o debate na ALMG. Dos dois primeiros grupos citados, já esperamos uma intimidade com tal situação, visto que “são da Casa” ou são convidados que ocupam um posto de destaque no seu lugar de atuação, como o “representante da presidência da BHTRANS”. Espera-se, portanto, que tais atores consigam fazer exposições de forma mais articulada para seus ouvintes. O terceiro grupo citado, das lideranças regionais, apresenta um aspecto contributivo que é: aqueles que são escolhidos para serem os “líderes” de determinada comunidade possuem, geralmente, uma maior capacidade em relação à oratória que os demais membros, e estão acostumados a lidar com esse tipo de situação, de ter que falar em público em uma reunião de órgão institucional.

É claro que, como já dito, não podemos dispensar os fatores midiáticos, que acabam auxiliando a manutenção dos níveis de justificação nesse meio em um grau inferior. O processo de enquadramento, já discutido neste trabalho, certamente tem contribuição com o próprio processo de entrevista jornalística. De forma geral, aqueles que não têm acesso aos *media* de forma privilegiada (como especialistas e poder público)⁴⁶ são entrevistados na rua ou por telefone, no risco de ter que responder uma pergunta “de supetão”. Isso prejudica o nível de justificação, que poderia ser mais elaborado se o entrevistado tivesse tempo para formular sua resposta.

É evidente, também, que questões, independentemente do grupo de atores e por mais elaboradas que sejam, sofrem edições em um sistema que é intrínseco ao jornalismo. Após o material para uma notícia ser recolhido, ele passa por cortes, enquadramentos e escolhas do que “serve” de maneira mais adequada a corroborar com o que está sendo escrito, seja um pequeno trecho de uma longa explicação fornecida por uma autoridade ou um proferimento inteiro, em forma de citação direta. Há uma demanda do meio que é atendida.

⁴⁶ Os atores que têm acesso aos *media* de uma forma privilegiada, às vezes, recebem até o benefício de poder conferir a matéria ou a edição de sua fala antes da publicação.

Por todo esse quadro de análise, podemos dizer que há um pequeno incremento do nível de justificação nos ambientes de minipúblicos que advém das características do próprio ambiente, não de um ator à parte, ainda que os números encontrados, como expostos, fossem abaixo do esperado por nós.

Os níveis de respeito nos media e nos minipúblicos:

A análise da hipótese 04 será feita em uma seção à parte. Isto porque, ao falar do comportamento do especialista nos dois ambientes, passamos pelas principais questões que norteiam este trabalho. Devido a sua complexidade, portanto, optamos por discuti-la em um momento separado.

Passando para a nossa próxima hipótese, vemos que: H5) Os níveis de respeito são maiores em ambientes de minipúblicos do que em ambientes midiáticos.

Apesar de elencar os níveis de respeito como sendo uma premissa básica de nossa quinta hipótese, ao colocar em prática nossa empiria, vemos o quão difícil é mensurar esta característica. Acreditamos que essa dificuldade foi a mesma encontrada por Steiner *et al* (2004) na hora de mensurar e criar critérios de veracidade. Para poder afirmar, no entanto, alguma posição sobre essa variável, optamos por uma análise mais qualitativa das matérias de jornal e das atas da ALMG, e também o faremos através da variável de “características das falas” (v.12).

Ao analisar a variável acima, que só foi medida nos ambientes de minipúblicos, podemos ver que o nível de respeito é alto, com possibilidade de fala sem interrupção em 95,5% dos casos. As interrupções (4,5%) aconteceram nas reuniões do dia 18/3/07 e 17/7/08. Não há um manual de conduta que verse que os atores não devam interromper os outros participantes, mas isto é uma regra sentida de forma implícita no ambiente.

Na primeira reunião, um especialista classificado como tipo 01 é interrompido por uma moradora, que se opõe ao projeto defendido pelo mesmo. Apesar da interrupção e da advertência do presidente da sessão, a moradora pede desculpas e reconhece seu erro, quando tem a oportunidade de falar: “Primeiramente, peço desculpas aos Deputados porque sou muito impulsiva. Sei reconhecer o meu erro, quando luto por uma causa, e eu errei” (Reunião da ALMG, 18/3/08). Na reunião que segue novamente o mesmo especialista é interrompido durante o momento de fala, mas por questões burocráticas internas àquela Casa. Um pedido de desculpas também é feito pelo presidente da sessão: “Dr. Lott, peço um minuto, porque o Presidente está nos chamando para votar o projeto do Judiciário. Já retornaremos” (Reunião da ALMG,

17/7/08).

O que podemos concluir é que, além de apresentar um número de interrupções de falas baixo, há um respeito mesmo quando o falante é interrompido. Prova disso são os pedidos de desculpas. Ao ler as atas taquigrafadas, também não detectamos palavras de baixo calão ou ofensas entre os participantes durante o debate.

Nos *media*, o nível de respeito é ainda mais difícil de se mensurar. Não detectamos durante a leitura das matérias nenhuma forma de comunicação que fosse ofensiva a outrem. Porém, é necessário lembrar que os *media* cortam, editam, enquadram. Se houve em algum momento desrespeito por parte de algum ator nos *media*, esta parte foi cortada para que o próprio jornal tivesse um linguajar mais adequado à nossa leitura, ou por outros interesses. Chambers (2005) afirma que os interlocutores são mais propensos a usar o discurso desrespeitoso em público do que no privado. No entanto, não encontramos nenhuma forma de desrespeito que pudesse confirmar essa hipótese.

A seguir, vamos trabalhar com nossa quarta hipótese. Devido a sua complexidade e por envolver diretamente o ator que nos interessa neste trabalho, vamos observá-la de forma individual.

5.3 O foco no especialista

Nesta seção, nos dedicaremos a analisar a hipótese 04 deste trabalho, que propõe: Os especialistas sofrem os constrangimentos e liberdades onde cada debate ocorre. O desenho de cada ambiente ajuda a formatar a posição discursiva deste ator.

Como essa hipótese não tem uma relação direta com a variável x ou y , não sendo possível determinar qual variável seria a responsável em prover seus dados de análise, vamos passar por aquelas que carregam mais informações acerca do nosso debate, de forma mais significativa. Olharemos especialmente para as variáveis v.17 à v.20. Também retornaremos a questões já debatidas, como aquelas da hipótese 01. Para fazer a análise deste ator em específico, vamos agregá-lo a um grupo só. Não faz diferença para as hipóteses que testaremos distribuir esses atores em subgrupos.

A primeira grande diferença de ambientes apontada por autores que discorrem sobre este tema (GOODIN, 2005; CHAMBERS, 2005, 2009) é de que nos ambientes de

minipúblicos os especialistas teriam mais liberdade para mudar sua opinião, aderindo à opinião do outro à sua posição, sendo mais sincero e reflexivo e tocando em questões que fossem conflituosas. Já nos ambientes midiáticos, as respostas poderiam ser mais vinculadas a questões técnicas. Os especialistas não precisariam entrar em questões valorativas e, logo, não precisariam ser reflexivos com o outro. Sobretudo em um debate que acontece distendido no tempo-espço.

Como mostramos na análise da hipótese 01, mesmo em ambientes de minipúblicos, os argumentos dos especialistas prevalecem vinculados a razões técnicas. Há uma quantidade muito pequena de argumentos que fazem uso de valores morais e questões sociais. Vemos que, apesar de apresentar nos minipúblicos o dobro de razões que fazem um balanceamento entre o técnico e o social em relação aos *media*, esses achados ainda não nos permitem afirmar que a posição do especialista se refere de maneira expressiva ao social.

Nos *media*, podemos dizer que os argumentos dispostos pelos estudiosos se confirmam. Vemos uma posição irrevogavelmente técnica aparecer, são 76,5% dos argumentos apresentando razões tecnicistas. O número de argumentos que tocam em questões valorativas, assim como nos minipúblicos, é muito pequeno e as questões que fazem um balanceamento entre técnico e social são ainda menores que no primeiro ambiente, o que torna difícil encontrar argumentos de bem comum.

Tratando de questões que dizem respeito ao nível de reflexividade/reciprocidade, vemos que os achados também são contraditórios com o esperado em ambientes de minipúblicos. Segundo os autores citados, nos minipúblicos, os peritos poderiam ser mais reflexivos e teriam mais liberdade para mudar sua opinião. Mas o que os dados revelam não confirmam tal teoria.

Os dados da tabela 5.13 sugerem que o nível de reciprocidade dos especialistas em ambientes de minipúblicos é demasiado pequeno. Ao participarem do debate, os peritos ignoram 68,4% dos argumentos colocados por outros participantes e refutam ou denigrem 15,8%. Apenas 15,8% são ouvidos e incluídos em suas falas, apresentando algum grau de consideração. É possível notar também que nenhum argumento proferido por um terceiro é incluído na fala do especialista de forma valorizada. Observamos que o especialista não revela reciprocidade em suas ações discursivas. Se considerarmos que a soma dos argumentos ignorados e os refutados seriam uma forma de medir a individualidade, poderíamos dizer que os especialistas consideram corretas suas

próprias opiniões em 84,2% de suas falas, não levando em consideração o argumento alheio.

Tabela 5.13: Níveis de reciprocidade dos especialistas

		ALMG	Matéria de Jornal	Total
Reciprocidade	Contra-argumentos ignorados	68,4%	97,0%	86,5%
	Contra-argumentos incluídos, mas depreciados ou refutados	15,8%	,0%	5,8%
	Contra-argumentos incluídos, mas neutros	15,8%	3,0%	7,7%
Total		19	33	52

Fonte: Pesquisa "O papel discursivo do especialista: em debate, o trânsito nos minipúblicos e nos *media*"; Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (UFMG – Brasil)

Nos ambientes midiáticos, esse cenário é ainda mais claro. Os atores em questão não dialogam com os demais, na maioria das vezes. Nesse quadro, vemos que a colocação dos autores sobre a não necessidade de serem recíprocos ou reflexivos com o outro se confirma. Tudo indica que os especialistas discursam de forma individualista, o que acreditamos ser próprio do sistema midiático.

Ao menos no que toca o debate analisado nesta pesquisa, podemos dizer que os ambientes de minipúblicos não parecem agir com os constrangimentos por nós citados. Os especialistas, de acordo com as nossas observações, possuem uma postura muito similar com as que adotam nos *media*. Para esse último ambiente, no entanto, a teoria parece encontrar a confirmação empírica.

Outro ponto a ser trabalhado é quando os autores citados mencionam que o especialista, ao defender um argumento em público, vê a necessidade de articular sua posição, demonstrando o raciocínio utilizado, declarando abertamente a que princípios, valores e virtudes ele recorre (CHAMBERS, 2005). Segundo Chambers, “defensores de políticas públicas vão se sentir compelidos a articular suas reivindicações em termos de interesse público” (2005, p. 257). Para a autora, ao contrário desta *accountability* requerida pela sociedade, algumas razões não seriam justificativas válidas, com a utilização da razão privada. Essas razões, por vezes, parecem egoístas, beneficiando o autointeresse e seriam encontradas em ambientes fechados.

Para responder a essas indagações, vamos observar os dados que se referem ao uso do bem comum. De acordo com os apontamentos de Chambers (2005), deveríamos

encontrar argumentos que usassem razões que beneficiam a maioria (bem comum de forma utilitária) nos ambientes midiáticos, já que os especialistas seriam “os defensores de políticas públicas”. Já nos ambientes de minipúblicos, poderíamos encontrar razões que motivassem interesses próprios.

Como já colocado na hipótese 01, vemos que o número de argumentos dos especialistas que utilizam “bem comum em termos utilitários” nos sistemas mediáticos é maior do que nos de minipúblicos. No entanto, aqueles argumentos que não fazem menção ao bem comum ainda são os mais encontrados nos *media*, o que não nos permite confirmar a hipótese de Chambers (2005). O que vemos é que os especialistas, geralmente, não se preocupam em entrar num sistema de *accountability*, que faz uso de razões que “pense o todo” para serem aceitáveis. A visibilidade dos *media* não os constringe a ser mais *accountable*.

No sistema de minipúblicos, o que vemos é um número ainda maior de razões que não utilizam o bem comum. Então, poderíamos dizer que neste ambiente se confirma os apontamentos de Chambers. Ao ler as atas taquigrafadas selecionadas, percebemos que, apesar de não utilizar de interesses de bem comum, não há um uso de razões em função do sistema de barganha. Notamos que há uma defesa pelos projetos das empresas aos quais estes especialistas estão vinculados, sobretudo aqueles ligados à BHTRANS ou algum órgão do Estado. Eles omitem suas próprias opiniões a favor da opinião do órgão ao qual representam. Um exemplo disso é visto quando um dos especialistas (classificado como tipo 01), no calor de uma discussão e defendendo o projeto proposto por um órgão ligado ao Município diz:

“Pedi permissão ao Deputado Gustavo Valadares para dizer que não estou me colocando contra essa ideia, mas apenas fazendo a observação técnica de um estudo que já foi desenvolvido por nós e que julgou a inviabilidade dessa opção de funcionarem quatro ou cinco terminais rodoviários” (Reunião da ALMG, 10/4/07).

Durante a discussão, o especialista se posiciona contra a ideia de despolarizar a rodoviária de forma irrevogável (que é defendida por muitos parlamentares), mas em determinado momento ele parece “se abster” do seu papel de representante da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP) para declarar sua opinião (que pessoalmente não é contra a ideia defendida pelos parlamentares). Podemos dizer que, de certa forma, a hipótese de Chambers encontra um lugar aqui. Afinal, as razões “privadas” são defendidas com fidelidade pelos representantes que são enviados ao debate.

Ao analisar esses dados, podemos concluir que, nessas questões debatidas, os *media* e a visibilidade que oferecem não parecem constranger o sujeito a se posicionar de forma mais *accountable*. Apesar de “estar diante da audiência ampliada”, o perito continua se valendo de razões que ignoram o bem comum em suas justificativas. De forma análoga nos minipúblicos, o ator também se vale de razões parecidas, sobretudo quando vinculado a empresas públicas ou de capital misto. Isto nos leva novamente a crer que o especialista tem um posicionamento bastante semelhante nos dois ambientes, não mostrando dois lados antagônicos, como costuma sugerir as diferenças entre ambientes.

Creemos que os especialistas, especialmente aqueles que possuem cargos públicos ou estão ligados à empresa que tem que aprovar projetos junto do governo, se abstêm de suas opiniões pessoais (que podem ir contra o desejado pela empresa), para não colocar seus empregos em risco. Ainda que discordem de alguns pontos do projeto da nova rodoviária ou dele como todo, essa opinião não é revelada. Isso acontece para não criar um mal-estar com superiores (SCHUDSON, 2008) ou para não atrapalhar a burocracia na tramitação e aprovação de projetos empresariais por órgãos do governo. Para se construir um hipermercado, por exemplo, o empreendedor contrata uma consultoria em trânsito. Para que a construção saia do papel, é necessária a aprovação por parte da BHTRANS. Não seria muito perspicaz da parte dos especialistas que trabalham na empresa de consultoria falar mal de tal órgão nos *media*. Isso, provavelmente dificultaria tal aprovação. Os peritos conhecem essas relações de causa e consequência implícitas ao sistema em que atuam e, portanto, adotam a posição que mais lhes convém politicamente. Não colocam nem seu emprego em risco, nem a empresa a qual servem (no caso de terceiros) em uma situação periclitante.

Outra diferença apontada, especialmente por Chambers (2005, 2009), é que fora dos holofotes da imprensa, os especialistas poderiam agir com maior naturalidade, promovendo um debate mais rico e deliberações de “nível mais alto” (GOODIN, 2005) em ambientes fechados. Para a autora, sob o fulgor da publicidade, os argumentos apresentados publicamente podem ser superficiais ou mal fundamentados, ou seja, com justificativas mais “pobres”. Aqui voltaremos nosso olhar para o nível de justificação encontrado nas falas desses atores:

Tabela 5.14: Níveis de justificação dos especialistas

		ALMG	Jornais	Total
Níveis de justificação	Sem justificação	5,3%	-	1,9%
	Justificação inferior	15,8%	28,6%	24,1%
	Justificação qualificada	42,1%	57,1%	51,9%
	Justificação sofisticada	36,8%	14,3%	22,2%
Total		19	35	54

$$\chi^2(3, N = 54) = 6,034 \quad p = .110$$

Fonte: Pesquisa "O papel discursivo do especialista: em debate, o trânsito nos minipúblicos e nos *media*"; Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (UFMG – Brasil)

O que observamos inicialmente é que há uma gama substancial de justificativas que ficam entre o nível de qualificada e sofisticada nos dois ambientes: mais de 70% dos argumentos apresentados se encontram entre estas categorias em ambos os meios. Podíamos alegar que isto se dá em função do ambiente de minipúblico somente, se não estivéssemos analisando um ator em particular, e nos ater aqui novamente às explicações da hipótese 03. Mas, observando o especialista, vemos que isso não se dá somente em função do ambiente, que atua com constrangimentos neste caso específico, mas é algo que também pertence à característica desse ator e é destacado em ambos ambientes.

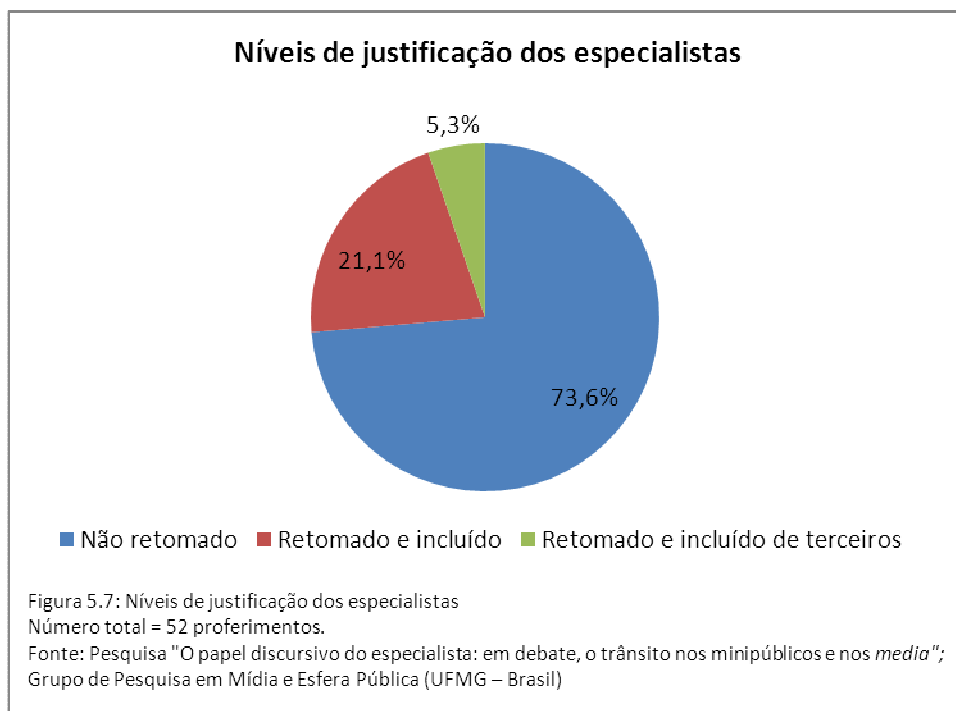
Por que isso acontece? Acreditamos ser pelo próprio papel desenvolvido pelo especialista. Seja nos minipúblicos, seja nos *media*, o especialista está representando o “saber técnico” e é imbuído de um papel que lhe confere a autoridade da *expertise* (CRISTHIANO 2009, FISCHER, 2009, MITRE e REIS, 2010). Por isso, ele deve apresentar justificativas para seus argumentos que sejam válidas e demonstrem certo nível de complexidade, conforme o papel que representa. Se nos minipúblicos, os peritos têm um espaço por direito para que possam falar e fazer suas ponderações, nos *media* esse espaço lhe é concedido.

Como já debatido ao longo desta pesquisa, o sistema jornalístico, com regras que lhe são próprias, concede ao especialista o tempo de fala que julga necessário para creditar algo. Esse ator tem, geralmente, um acesso privilegiado a esse meio. Como relembra Fischer (2000, 2004, 2009), por ser o representante da *expertise*, o perito acaba por ter mais notoriedade e assim conseguir acesso mais fácil e mais amplo ao *media*.

Desta forma, o que queremos enfatizar é que isso permite um nível de complexidade maior desse ator ao se justificar, nos dois ambientes.

Se olharmos o mesmo nível de justificação de forma global, fica claro que este incremento nas justificativas não é só intrínseco ao meio, mas diz respeito ao papel do especialista. Desta forma, não podemos dizer que as diferenças de ambiente têm influência sobre esse ator em específico, mas que os especialistas debatem com bom nível de justificação em ambos ambientes. Logo, a hipótese de Chambers de que sob o brilho da publicidade os argumentos ficariam mais rasos é descartada por nós. Acreditamos que um debate com justificações mais bem formuladas é, inclusive, colaborativo para o meio midiático. Os especialistas não apresentam nenhum argumento que não seja acompanhado de justificações nestes ambientes (proferimentos sem justificação = 0%). Ainda assim, vale ressaltar que o debate ocorre com maior nível de justificação na ALMG.

Um fator adicional que se nota ao avaliar o papel do perito é que, ao analisar os dados de continuidade de fala, vemos que ele interage de forma bem restrita com os participantes do debate (figura 5.7). Apenas 5,26% dos argumentos são incluídos nas falas dos *experts* enquanto 73,68% dos argumentos apresentados por outros participantes não são retomados. Das falas apresentadas pelo perito 21,05% envolvem a retomada de argumentos que já foram apresentados por ele, em momentos anteriores, e são levantadas novamente. Isto confirma nossa hipótese de que o especialista tem uma posição mais rígida em relação ao que acredita, não cedendo na maioria dos seus pontos de vista apresentados e que também mantém um distanciamento dos outros proferimentos apresentados no debate, o que nos leva mais uma vez a refletir sobre a coerência de fala apresentada pelo ator ao defender uma proposta pela qual trabalha.



Para concluir nossa análise da hipótese 04, retomaremos nossa afirmativa: Os especialistas sofrem os constrangimentos e liberdades onde cada debate ocorre. O desenho de cada ambiente ajuda a formatar a posição discursiva deste ator.

Após dispor de várias análises sobre o papel do especialista, o que podemos afirmar é que o ambiente colabora com alguns dos constrangimentos detalhados ao longo deste trabalho, mas não formata a posição discursiva desse ator. Os ambientes dos *media*, muito mais que o de minipúblicos, atuam com sua lógica própria, fazendo com que nossas hipóteses tenham mais confirmações neste meio que no outro.

Quando investidos do papel da *expertise*, os especialistas se comportam como a voz da autoridade, sobretudo baseados no tecnicismo que lhe é próprio e na retórica diferenciada, que lhes confere ainda mais autoridade técnica, conforme visto em Fischer (2000, 2009). Concluímos que, apesar de passar por momentos em que se veste de “ajudante social”, o especialista representa muito mais o papel de tecnocrata. Isso não significa que ele assuma o papel de tirano, como proposto por Fischer (2009). Revestindo seus argumentos de um tecnicismo, sobretudo nos *media*, o especialista seria aquele reconhecido pelos membros de sua categoria e pela sociedade. Desta forma, seu papel não é representado somente para uma audiência ampliada (composta em maioria por leigos), mas, também, para aqueles da “sala de bancada” (GOODIN, 2005), que, muitas vezes, possuem um papel hierárquico equivalente em outras empresas ou em outras áreas de atuação, corroborando a ideia de “sistema de peritos” (GIDDENS,

1991). Exemplo disso é a fala do professor Renato de Lima, representante da Amaprac: “Vocês podem perceber que há vários especialistas nesta mesa, sendo que cada um falou sobre sua área de *expertise*”, aquilo que eles conhecem muito bem” (Reunião da ALMG, 18/3/08).

Conclusão

Este trabalho teve por objetivo perceber e analisar o papel discursivo do especialista em diferentes tipos de ambientes, no debate acerca do sistema de trânsito. Interessava-nos apreender as diferenças deliberativas encontradas nos proferimentos desse ator como forma de percepção de oportunidades e constrangimentos pelos ambientes por nós escolhidos: os de minipúblicos e os midiáticos.

A primeira ressalva que devemos fazer é que, embora consideremos nossos resultados consistentes, temos de ser cautelosos nas suas generalizações. Temos claro que o que foi achado aqui leva em consideração o contexto estudado, o tema escolhido e os atores envolvidos. Trabalhamos com um caso específico: a transferência da rodoviária de Belo Horizonte para a região do Bairro Calafate. O ano em que o projeto tomou fôlego para “sair do papel” era ano eleitoral, uma manobra regimental na Câmara dos Vereadores foi feita, houve envolvimento, sobretudo, dos especialistas que trabalhavam em órgãos ligados ao Governo, como a BHTRANS e a SETOP. Todos esses fatores influenciaram no andamento do projeto e na sua discussão. Não podemos fazer a análise dos meios, dos debates, dos atores, ou seja, de qualquer variável sem levar em consideração o contexto (FUNG, 2004).

O primeiro achado coletado é que há um entrelaçamento entre os *media* e os ambientes de minipúblicos. O maior número de matérias é encontrado em 2008, assim como o maior de proferimentos recolhidos em debates das audiências públicas. Depois da manobra regimental na Câmara dos Vereadores em fevereiro de 2008, o assunto, que já era polêmico, ganhou mais reverberações nos *media*, e obteve uma atenção maior da Assembleia Legislativa. Novas reuniões foram marcadas na ALMG, com um número maior de participantes. É importante lembrar que, sendo a rodoviária um assunto municipal, a ALMG não precisaria se envolver *a priori*.

Um dado que chamou a nossa atenção foi o alto nível de respeito em ambos os ambientes. Por se tratar de uma questão que teve pontos de vista tão antagônicos, acreditávamos que fôssemos nos deparar com discussões mais acaloradas que, porventura, pudessem demonstrar desrespeito aos demais participantes do debate. Mas, como revelamos, se houve tal problema, ele não foi retratado nos jornais. Pensamos que se estivéssemos analisando material jornalístico audiovisual, ao invés de impresso, tais resquícios seriam mais fáceis de ser encontrados. Em entrevistas “ao vivo” de algum movimento contra a transferência, talvez fosse possível ver pessoas proferindo palavras

ofensivas aos opositores. Na ALMG, a cordialidade e o respeito pelos demais participantes são valores implícitos que podemos notar durante as reuniões de audiência dessa Casa.

Outro ponto a destacar é o nível de justificação encontrado em ambos os ambientes. Apesar de vermos um nível pouco superior nos ambientes de minipúblicos, os dois ambientes têm um predomínio das justificações inferiores. Os falantes pressupõem que há uma informação conhecida de pano de fundo e assim acabam não fazendo todas as conexões na exposição de um raciocínio. É claro que, aqui, como já colocamos na hipótese 03, temos que analisar quem fala e como fala. Os *media* possuem participação maior dos moradores e cidadãos comuns, que não são vozes com acesso privilegiado aos meios. Muitas vezes, ainda que haja uma explicação maior e mais elaborada por parte dos entrevistados, o processo de edição só reproduz aquilo que interessa ou corrobora com os interesses jornalísticos. Na ALMG, acreditamos que o conhecimento sobre o posicionamento e argumentos do outro e a convivência diária entre parlamentares acabam por diminuir o nível de complexidade nas respostas e aumentar a necessidade de inferências.

Percebemos o alto grau de contra-argumentos ignorados nos dois ambientes, uma predominância do uso de argumentos técnicos também em ambos e razões que não utilizam o bem comum como prevaletentes, tanto nos *media* quanto nos minipúblicos. Sendo assim, acreditamos que há uma razão comum que une essas variáveis. Se olharmos para os valores democráticos dispostos por Habermas (1997) e retomados por Steiner *et al* (2004) para medir os níveis de deliberatividade, veremos que os valores encontrados por nós nestes códigos revelam um nível alto de individualidade. Esta individualidade seria um comportamento de forma individualista (uma participação fechada do próprio falante), não considerando ou considerando pouco a opinião do outro, o bem comum e as razões sociais. A individualidade seria, portanto, uma participação centrada nos argumentos e ideias do próprio falante, sem uma abertura ao outro ou à comunidade.

Para nós, o uso de argumentos técnicos acaba por minimizar a chance dos proferimentos apresentarem uma razão de bem comum. Questões que não tocam em valores, mas explicam uma posição somente pela *expertise*, apresentam menos justificativas que tratem do beneficiamento coletivo ou de algum grupo. Prova disso é que, quando o número de razões técnicas sobe nos *media* em relação aos minipúblicos, também há um aumento de justificativas que não utilizam “bem comum” nesse meio.

Quando o número de razões valorativas cresce nos *media*, o número de justificativas que buscam o bem comum para/enquanto grupos de interesse também tem um incremento.

Arelado a esse grau de individualidade, temos os indicadores de contra-argumentos ignorados. O que podemos observar é que, quanto mais a razão técnica aparece, mais argumentos são ignorados, ou seja, o sujeito não considera o ponto de vista do outro em seu argumento, não demonstrando reciprocidade. Vemos uma forte polarização em relação a essas razões. Se de um lado, os especialistas, por exemplo, dizem que o projeto foi elaborado para tal bairro e dão suas explicações baseadas em números, de outro lado, os líderes regionais contestam que o projeto é velho, datado de mais de 10 anos e que estudos importantes como o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) não foram realizados. Vemos que, munidos de razões técnicas, durante todo o processo de debate, não há cessão nos argumentos por parte dos especialistas, tampouco por parte dos líderes regionais. Eles mantêm firmes suas razões, baseadas em proferimentos que denotam um grau de *expertise*.

Observamos que este debate sobre transferência da rodoviária de Belo Horizonte para o Bairro Calafate revela um alto grau de individualidade nos dois ambientes. Acreditamos que isso decorre da polarização existente entre os dois pontos de vista principais, que são conflitantes. Percebemos que as razões e justificativas estão muito arraigadas, sobretudo, entre moradores, líderes regionais e parlamentares contrários de um lado, e especialistas ligados ao Governo ou órgãos institucionais e parlamentares favoráveis (principalmente da bancada petista) do outro. Com posições e justificativas bem demarcadas, não há abertura para negociar os pontos contrários neste contexto. Para sustentar suas razões de forma mais credível, ainda que às vezes utilizem razões valorativas ou balanceadas, os atores procuram deixar claro os problemas técnicos encontrados. Sendo assim, debatendo de forma mais sistemática, os argumentos que fazem justificativas embasadas no bem comum são deixados em segundo plano.

Os especialistas, corroborando as ideias de Wessler (2007), usam modelos mais científicos de argumentação. Vemos, sobretudo, aqueles que inicialmente foram tipificados como sendo de categoria 01 (que trabalham em órgãos de trânsito como BHTRANS, DER, etc.), defendendo os projetos pelos quais falam de maneira praticamente irrevogável (sem inclusão de contra-argumentos). Isso se assemelha ao pensamento de Dewey, quando este autor coloca que os peritos defenderiam seus

interesses mais do que os interesses públicos. Desta maneira, confirmamos a ideia de que nem sempre o que o especialista pensa ou sabe, ele pode dizer, pois está condicionado a obedecer a uma hierarquia maior (e com ela seus deveres burocráticos). Sendo assim, o seu saber é relativamente limitado, está vinculado ao seu lugar de fala. Muitas vezes, o perito é condicionado a dizer aquilo que seus superiores determinam como sendo o ponto de vista da empresa (FISCHER, 2009), e adotam uma perspectiva que seus líderes querem ouvir (SCHUDSON, 2008), até mesmo para não colocarem seus empregos em risco.

Para finalizar, um achado que se mostrou importante foi a relação entre oportunidades e constrangimentos presentes nos minipúblicos e nos *media*. De forma geral, pudemos ver que não há constrangimentos e oportunidades que imperem como verdades absolutas em nenhum dos dois ambientes. Foi mais fácil enquadrar os constrangimentos previstos pelos atores escolhidos neste trabalho nos *media* que nos de minipúblicos. Esse sistema, o midiático, ajuda a construir o papel discursivo de quem nele fala, afinal, segundo Schudson (2003), no processo jornalístico toda verdade é construída. Chegamos a esse achado após avaliar os dados encontrados em nossa análise.

Conforme Maia (2008a, 2008b), o ambiente midiático permite um debate estendido no tempo/ espaço, o que proporciona aos especialistas manterem suas argumentações centradas em razões técnicas e com baixa utilização de argumentos de bem comum. Como pudemos ver, os números achados em nossa análise corroboram essas ideias. As argumentações dos peritos são 76,5% de ordem técnica e quase mais da metade dos argumentos (54,3%) não utilizam nenhum tipo de bem comum. De forma geral (ou seja, incluindo todos os atores), houve o predomínio do baixo nível de justificação (47,2%) e baixo nível de reflexividade, com 97,0% dos contra-argumentos ignorados. Esse resultado confirma as ideias apresentadas por Chambers (2005, 2009) e Goodin (2005) sobre o ambiente público.

Acreditamos que o fato de podermos relacionar os constrangimentos e oportunidades encontrados nos *media* mais facilmente às ideias de Chambers (2005,2009) e Goodin (2005) se deu por um motivo especial: o contexto. Como o debate acerca da transferência da rodoviária para o Calafate gerou ampla repercussão, sendo inclusive um dos assuntos mais pautados nas campanhas eleitorais daquele ano, as reuniões de audiência pública da ALMG acabaram por atrair também a visibilidade dos *media* e o interesse das pessoas, tendo seu debate repercutido em outros ambientes.

Apesar do ambiente de minipúblico ser, por natureza, um ambiente de pouca visibilidade, conforme exposto no capítulo 3, o que notamos é que, com a ampla repercussão do debate acerca da transferência da rodoviária, ele acabou por atrair a visibilidade dos *media* e uma participação de atores da sociedade (sobretudo da região do Calafate), que ajudavam a estender seu debate. Acreditamos que assim, pela ampla publicidade que as reuniões da ALMG receberam, os atores nelas presentes acabaram por se comportar com uma lógica similar ao comportamento adotado nos *media*. Por isso, acreditamos que os valores dos níveis de justificação, as razões encontradas e a reciprocidade eram tão parecidos em ambos os meios; os atores presentes nos dois meios praticamente seguiam o mesmo padrão discursivo. Assim, aqueles presentes nas reuniões da ALMG procuravam utilizar argumentos mais técnicos na hora de falar, evitavam as mudanças de opiniões, o bem comum aparecia pouco e a única mudança que verificamos foi relativa ao nível de justificação.

Desta forma, podemos compreender o desempenho tão parecido do especialista nos minipúblicos e nos *media*. À mercê da publicidade que as reuniões da ALMG tiveram, eles estavam sendo “vigiados” e sujeitaram suas falas ao escrutínio público praticamente durante todo o processo de debate. A possibilidade de ter seus proferimentos reproduzidos nos *media* era alta. Sendo assim, a tendência dos especialistas de manter a posição de *expertise* e defender os projetos pelos quais foram enviados, nos parece, de fato, a opção mais apropriada em tais circunstâncias. Acreditamos que, caso o perito se posicionasse contra as ideias do órgão para o qual trabalha durante as reuniões da ALMG, isso, provavelmente, ganharia exposição nos *media*. Afinal, espera-se que o perito defenda as ideias e os projetos da empresa com a qual possui vínculo empregatício, sobretudo especialistas do tipo 01 e 02. Caso o especialista se posicionasse contra um projeto, pelo qual foi enviado à reunião da ALMG para defendê-lo, isso, possivelmente, chegaria ao conhecimento de seus superiores. Portanto, cremos que, ainda que presente em um ambiente em que este ator poderia debater com maior liberdade *a priori*, vemos que isso não ocorre. Acreditamos que a forte visibilidade recebida por esse minipúblico em específico explica tal fato.

Outros atores que também lidam com esta atenção advinda dos *media* são os vereadores e deputados presentes nas reuniões. Como já expresse anteriormente, eles, em maioria, agiam de uma forma de diálogo cooperativo: retomando sempre que possível o argumento já apresentado por outro parlamentar e posicionando-se contra o projeto em 82,6% de suas falas. Ao verificar o partido dos parlamentares participantes,

observamos que hora nenhuma há a presença de partidários do PT (que votavam com o prefeito Fernando Pimentel a favor do projeto), o que nos leva a crer que esses atores tinham conhecimento da visibilidade que esse minipúblico possuía e, obviamente, quando falavam em público queriam ganhar a opinião pública. Desta forma, os partidários petistas não compareceram, pois tinham conhecimento de que seu ponto de vista iria contra aquilo que a opinião pública, em grande maioria, desejava. E nos minipúblicos, ao contrário dos *media*, políticos partidários do PT se encontrariam pessoalmente com opositores que poderiam deixá-los em situações embaraçosas perante a população (que também estava presente).

Enfim, acreditamos que nos minipúblicos, os parlamentares e os especialistas estavam suficientemente cientes de que suas expressões públicas poderiam colocar em risco seus empregos ou comprometerem suas imagens públicas. Em outras palavras, tinham conhecimento da visibilidade que as discussões nos minipúblicos ganhavam e, portanto, adequavam seus comportamentos a tais situações. Afinal, segundo Wessler (2007), os debatedores não conversam apenas entre si, mas há uma tentativa de persuadir a audiência. A dimensão estratégica destes atores tem um lugar em suas falas. Também pudemos verificar que a deliberação pública existe nos meios de comunicação de massa e que a mídia impressa representou aqui um papel complementar e instigador da deliberação pública (WESSLER, 2007). Os jornais impressos ofereceram oportunidades para desenvolver argumentos mais ricos, apresentar mais vozes e dar continuidade ao processo de debate.

Finalmente, cabe salientar que o projeto da Nova Rodoviária de Belo Horizonte, prevista para ser implantada no Bairro Calafate, apesar de constar no Plano de Governo Aliança por BH, do prefeito Márcio Lacerda (PSB), não foi e nem será, *a priori*, implantada na região escolhida. A nova rodoviária está prevista para ser instalada juntamente ao terminal do trem metropolitano e terminal de ônibus do Bairro São Gabriel.

Destaca-se que os moradores de tal bairro têm um poder econômico consideravelmente inferior aos dos moradores do Bairro Calafate e a maioria das residências instaladas junto ao terreno de construção da rodoviária são imóveis ilegais. Desta forma, os moradores padecem da falta de qualidade de vida urbana na área, por ser um local de ocupação irregular, com problemas de infraestrutura e falta de

segurança⁴⁷. Esse contexto faz com que a nova rodoviária e a possibilidade de se poder mudar dessa região (com o dinheiro das indenizações e os recenseamentos) tornem as negociações mais tranquilas que as da região do Calafate. A falta da visibilidade midiática proporcionada pelos anos eleitorais e pelo processo do jogo político em busca de eleitores também é fator contributivo nas negociações. Fato interessante citado na pesquisa socioambiental feita com moradores da área, como parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, foi que os pontos negativos com a instalação da rodoviária no São Gabriel também foram os mais apontados pelos moradores do Calafate. Os moradores que resistiam à implantação argumentavam que a criminalidade iria aumentar, o trânsito ficaria mais congestionado, ocorreria a perda da tranquilidade do bairro pelo acúmulo de transeuntes e os imóveis ficariam mais caros devido a novos impostos (visto que as pessoas que ali residem são de baixa renda).

O contexto político do período foi fundamental, para a tranquilidade do momento. A interlocução com os moradores fora do holofote midiático foi mais fácil. A resistência por parte dos residentes do São Gabriel ocorreu, principalmente, pela expectativa do valor a ser atribuído à moradia e a falta de informações sobre as alternativas oferecidas pelo programa da Prefeitura de reassentamento dos moradores. O contexto local também é significativo para a escolha do terreno para implementação da nova rodoviária. Já habituados a ter um terminal de ônibus metropolitano, um terminal rodoviário afetaria menos aos moradores do Bairro São Gabriel do que os do Bairro Calafate, já que os primeiros já lidam diariamente com a experiência de um terminal.

Questionamos em que medida a força econômica, o contexto político, as relações sociais (ao contrário do Calafate, nenhum político questionou o projeto como também sendo morador da região) e o poder de acionamento e barganha política de alguns cidadãos têm influência sobre as decisões na esfera formal e midiática. Sugerimos que mais estudos devem ser realizados nesse sentido, na tentativa de apreender o complexo jogo que ocorre entre ambientes distintos e diferentes atores discursivos, analisando sempre o contexto em que acontecem.

⁴⁷ Fonte: PRAXIS, Pesquisa Socioambiental, maio/junho de 2010

Referências

- ALMG. Comissões. In: http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=atividade_parlamentar&diretorio=comissoes&arquivo=comissoes. Acesso em 10 de Outubro de 2009
- ANTP. **Trânsito no Brasil: Avanços e Desafios**. Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), 2009.
- BÄCKSTRAND, K. Civic science for sustainability: reframing the role of experts, policy-makers and citizens in environmental governance. **Global Environmental Politics**, 3(4), p. 24-41, 2003.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, p. 227-326, 1997.
- BABER, F. BARTLETT, R. Expertise, Adjudication, and the Redemption of Rhetoric. **Annual meeting of the Southern Political Science Association**, Savannah, Georgia, 2005.
- BOHMAN, J. Political communication and the epistemic value of diversity: deliberation and legitimation in media societies. **Communication Theory**, v.17, p. 348-355, 2007.
- _____. The division of labour in Democratic Discourse : media, experts and deliberative democracy . In: CHAMBERS,S. & COSTAIN, A. **Deliberation, democracy and the Media**. New York : Rowman 7 Littlefield Publishers, 2000.
- _____. Social Complexity, Deliberative Majorities, and the Limits of Popular Sovereignty In:_____. **Public deliberation: pluralism, complexity, and democracy**. Cambridge, Mass. : MIT Press, 1996,
- BRONZO, C.; COSTA, B. L. D.; VEIGA, L. Desafio e Inovação em Políticas Públicas: Programas para Crianças e Adolescentes em situação de risco. **Cadernos da Fundação Getúlio Vargas**. São Paulo, v. 3, 1997
- BUSSINGER, F. Transporte coletivo: direito do cidadão, dever do Estado. In: **Caderno da FUNDAP**, São Paulo, ano 6, nº 12. 1986.
- CAETANO, A.; RIGOTTI, J. Dinâmica e crescimento demográfico da RMBH. **Trânsito no Brasil: Avanços e Desafios**. Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), 2009.
- CASTRO, P; BATEL, S. Social Representation, Change and Resistance: On the Difficulties of Generalizing New Norms. **Culture Psychology**, n.14, 2008.
- CHAMBERS, S. Rhetoric and the Public Sphere: has Deliberative Democracy abandoned mass democracy? **Political Theory**, v.37, nº. 3; p. 323-350, 2009.

_____. Measuring Publicity's Effects: reconciling Empirical Research and Normative Theory. **Acta Política**, vol. 40, nº2. p. 255-266, 2005.

_____. Deliberative Democratic Theory. **Annual Review of Political Science**, v. 6, p. 307-26, 2003.

CHRISTIANO, T. **Rational Deliberation among Experts and Citizens**. University of Arizona, June 8, 2009.

COSTA, L.; KOYAMA, M.; MINUCI, E.; FISCHER, F. Morbidade declarada e condições de trabalho: o caso dos motoristas de São Paulo e Belo Horizonte. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 17 (2), p. 54-67, 2003.

DAMATTA, R. **Fé em Deus e pé na tábua**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2010.

DAVIES, G; BURGESS, J. 'Challenging the 'view from nowhere': citizen reflections on specialist expertise in a deliberative process'. **Health & Place**, n. 10(4), 2004.

DAVIES, G. *at al.* Deliberative Mapping: Appraising Options for Addressing 'the Kidney Gap'. **Wellcome Trust Report**, Grant n. 064492, 2003.

DRYZEK, J. S. Democratization as Deliberative Capacity Building. **Comparative Political Studies**, nº 42, p. 1379-1402, 2009.

_____. Deliberative democracy in divided societies. An alternative to agonism and analgesia. **Political Theory**, [S.l.], Sage, v. 33, nº. 2, p. 218-242, 2005.

_____. Legitimidade e Economia na Democracia Deliberativa. In: COELHO, Vera Schattan P. e NOBRE, Marcos (org). **Participação e Deliberação. Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora 34, 2004.

_____. **Deliberative Democracy and Beyond: Liberals, Critics, Contestations**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. **Discursive democracy: Politics, policy, and political science**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1990.

DRYZEK, J. S., & BRAITHWAITE, V. On the prospects for democratic deliberation: Values analysis applied to Australian politics. **Political Psychology**, nº 21, p. 241-266, 2000.

DRYZEK, J. & NIEMEYER, S. Discursive representation. In: **American Political Science Review**, Vol. 102, N.4, p.481-492, 2008.

DRYZEK, J. & NIEMEYER, S. Reconciling Pluralism and Consensus as Political Ideals. **American Journal of Political Science**; Vol. 50, Nº 3, p. 634-649, 2006.

FAIRCLOUGH, N. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E. R. (Org.). **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997.

FISCHER, F. **Democracy & Expertise: Reorienting Policy Inquiry**. New York: Oxford University Press Inc., 2009.

_____. Professional Expertise in a Deliberative Democracy Facilitating Participatory Inquiry. **The Good Society**, v.13, n° 1, 2004.

_____. **Reframing public policy: Discursive politics and deliberative practices**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

_____. **Citizens, Experts, and the Environment: The Politics of Local Knowledge**. Durham and London: Duke University Press, 2000.

FUNG, A. Varieties of Participation in Complex Governance. **Public Administration Review**. Especial Issue, December 2006.

FUNG, A. Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências. In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. (Ed.). **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

FUNG, A.; WRIGHT, E. Thinking about empowered participatory governance. In: FUNG, A.; WRIGHT, E. (Ed.). **Deepening democracy**. London: Verson, 2003.

GANS, H. J. **Democracy and the news**. New York: Oxford University Press, 2003.

GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GOODIN, R.; DRYZEK, J. Deliberative Impacts: The Macro-Political Uptake of Mini-Publics. **Politics Society**, n° 34, 2006.

GOODIN, R. Sequencing deliberative moments. **Acta Politica** 40 (2). 2005 (182–196).

GOMES, W. **Jornalismo, Fatos e Interesses. Ensaios de teoria do jornalismo**. Série Jornalismo a Rigor, B.1, Florianópolis: Insular, 2009.

GOUVÊA, R. **A questão metropolitana no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

HABERMAS, J. Political communication in media society: Does democracy still enjoy an epistemic dimension? **Communication Theory**, n. 16, 2006.

_____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade - vol. II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAYES, A. F. & KRIPPENDORFF, K. Answering the call for a standard reliability measure for coding data. **Communication Methods and Measures** 1, 1, p. 77-89, 2007.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Buscador E.M. In: <http://buscaem.estaminas.com.br/searchm.php?cof=FORID%3A9&cx=&query=busca&q=busca> . Acesso em 10 de Outubro de 2010.

LASCHER, E.L. Assessing Legislative Deliberation: A Preface to Empirical Analysis. **Legislative Studies Quarterly**, Vol. 21, p. 501–19, 1996.

MAIA, R. C. M. From public sphere to deliberative system: locating the place of the media. In **Deliberation, the media and political talk**. Hampton Press, 2011 (no prelo).

_____. Visibilidade Midiática e Deliberação Pública. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. (Ed.). **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008a.

_____. (coordenadora). **Mídia e Deliberação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008b.

_____. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**, 2007.

_____. Mídia e vida pública: modos de abordagem. In: MAIA, R. C. M.; CASTRO, M. C. P. E. (Ed.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. Dos dilemas da visibilidade midiática para deliberação pública. In: LEMOS, A. *et al.* (Ed.). **Mídia.BR** (Livro da XIII Compós). Porto Alegre: Sulina, 2004.

MAIA, R. C. M.; MARQUES, A. C. S.; MENDONÇA, R. F. Interações mediadas e deliberação pública: a articulação entre diferentes arenas discursivas. In: PRIMO, A.; OLIVEIRA, A. C.; NASCIMENTO, G. C.; RONSINI, V. M. (Org.). **Comunicação e Interações**. 1 ed, p. 93-109. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MAJUMDAR, S., MOYNIHAN, C., AND PIERCE, J. L. Public Collaboration in Transportation: A Case Study, **Journal of Public Policy and Management**, vol. 14(1), 55-80, 2009.

MANSBRIDGE, J. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. In: MARQUES, A. C. S. (Org.). **A Deliberação Pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

MARQUES, A. C. S. As interseções entre o processo comunicativo e a deliberação pública. In: _____. (Org.). **A Deliberação Pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

MARQUES, F. P. J. A. Internet e oportunidades de participação política - Um exame dos websites de senadores brasileiros e norte-americanos. **Revista Fronteira (UNISINOS)**, vol. IX p. 155-166, 2007.

McCOMBS, M.; SHAW, D.; WEAVER, D. **Communication and democracy: exploring the intellectual frontiers in agenda-setting theory**. London: Lawrence Erlbaum Publishers, 1997.

MEAD, G. H. **Espiritu, persona y sociedad**. México: Paidós, 1993.

MENDONÇA, R. e BRAULIO, D. **Um estudo de caso sobre o referendo acerca da proibição da comercialização de armas de fogo no Brasil**. Apresentado no II Compolítica, 2007.

MITRE, M.; REIS, B. P. W. Science, expertise and democracy: a study of the role of scientists in shaping the regulation of genetically modified organisms and human embryonic stem-cell research in Brazil. In: **The American Political Science Association Annual Meeting**. Washington D.C.: The Politics of Hard Times: Citizens, Nations, and the international system under economic stress, 2010.

NEUMAN, R.; JUST, M.; CRIGLER, A. **Common knowledge: news and the construction of political meaning**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

NETO, M. A gestão do trânsito pelos municípios. In: ANTP. **Trânsito no Brasil: Avanços e Desafios**. Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), 2009.

NEWTON, K. Mass media effects: mobilization or media malaise? **British Journal of Politics**, v. 29, 1999.

PETERS, B *et al.* Red biotechnology' in media debate. IN: WESSLER, H.(ed.) **Public deliberation and Public Culture**. New York: Palgrave, 2004.

PETERS, B. On Public Deliberation and Public Culture. Reflections on the Public Sphere. **InIIS-Arbeitspapier** No. 7/97. University of Bremen, 1997.

PIRES, A. O caso do Brasil. In: ANTP. **Trânsito no Brasil: Avanços e Desafios**. Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), 2009.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Plano de Governo Aliança por BH. In: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=27630&chPlc=27630&termos=rodoviãria calafate>. Acesso em 13 de novembro de 2010.

PRAXIS, **Pesquisa Socioambiental**. Maio/junho de 2010.

REIS, R. A. Quando o afeto ganha a esfera midiática: casos de sujeitos homoeróticos e estratégias jornalísticas para enquadrar as vozes de leigos e especialistas. **Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea)** – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

RODRIGUES, F. Metodologia para investigação de relação entre ruído de tráfego e condições operacionais do fluxo em centros urbanos. **Tese de doutorado realizada no Programa de Engenharia Civil da COPPE-UFRJ**, Rio de Janeiro, 2010.

RODRIGUES, F; *et al.* Avaliação da influência da divisão modal na operação do tráfego em centros urbanos. Santos: **Anais do III PLURIS - Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável**, 2008.

RUA VIVA. Jornada Brasileira. In: <http://www.ruaviva.org.br/nacidadesemmeucarro/site4.htm>. Acesso em 05 de Maio de 2010.

SAMPAIO, R.; MARQUES.; MAIA, R. Deliberação ampliada ou restrita – perspectivas de integração. **Anais do III Seminário Políticas Sociais e Cidadania**, Salvador, 2010.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec /Educ, 1994.

SCHEUFELE, D.; TEWSBURY, D. Framing, agenda setting and priming: the evolution of three media effects models. **Journal of Communication**, v. 57, 2007.

SCHUDSON, M. The trouble with Experts and Why Democracies Need Them. In_____. **Why Democracies Need an Unlovable Press**. Polity Press: Malden, MA, 2008.

SCHUDSON, M. **The sociology of the news**. Nova Iorque: Norton, 2003.

SIMON, A.; XENOS, M. Media framing and effective public deliberation, **Political Communication**, nº 17, p. 363-376, 2000.

STEINER J, BÄCHTIGER A, SPÖRNDLI M, STEENBERGEN M. **Deliberative politics in action: crossnational study of parliamentary debates**. Cambridge, UK: Cambridge Univ. Press, 2004.

VASCONCELLOS, E. A. **O que é trânsito**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1998.

VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na Metrópole Brasileira. **VII Encontro Nacional da ANPUR**, Recife, 1997.

WESSLER, H. Can the mass media deliberate? Insights from print media and political talk shows. In Butsch, R. (ed.) **Media and Public spheres**. New York: Palgrave, p. 15-27, 2007.

Anexo 01 – Ficha de análise

- **Apenas matérias que falam da Rodoviária do Calafate (ou Nova Rodoviária de Belo Horizonte) como tema central.**

MÓDULO 1. TRANSMISSÃO

v.1. Identificação do material de análise:

Reunião de audiência pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)
Matéria de Jornal

v.2. Data da realização da matéria ou audiência (formato = dd:mm:aa):

> **ATENÇÃO:** *Se v.1 for 1 (Reunião de audiência pública da ALMG): responder apenas v.3 e pular para v.7, Se v.1 for 2 (Matéria de jornal) responder v.4, v.5 e v.6.*

v.3. Finalidade da audiência: _____[escrever]_____

v.4. Nome do jornal:

- 1 Estado de Minas
- 2 Hoje em Dia
- 3 O Tempo

v.5. Título da matéria: _____[escrever]_____

v.6. Formato:

- 1 Notícia
- 2 Reportagem
- 3 Artigo assinado
- 4 Editorial
- 5 Coluna assinada (apenas para colunistas fixos do jornal)
- 6 Entrevista
- 7 Nota
- 8 Primeira página
- 9 Carta de leitores
- 10 Nenhum dos anteriores. Especificar:
- 11 Não é possível classificar

MÓDULO 2. PROFERIMENTO E DELIBERAÇÃO

v.7. Proferimento (citação direta ou indireta no corpo da matéria/audiência pública):

v.8. Citação

- 1 Direta
- 2 Indireta

v.9. Atores (quem fala, tal como mencionado no texto das matérias): __ (escrever nome) __

v.10. Caracterização dos atores 1:

- 1 Ministério público (procuradores-gerais, promotores de justiça, etc, aqueles que possuem *expertise* no sistema de leis)
- 2 Especialista 1 (que trabalham em órgãos de trânsito como BHTRANS, DER, etc.)
- 3 Especialista 2 (aqueles que possuem *expertise* em questões de trânsito, que trabalham diretamente com o tema, como professores universitários ou consultores, mas que não estão vinculados aos órgãos de trânsito)
- 4 Especialista 3 (graduados ou com titulação maior em áreas que tem competência para tratar do assunto, como arquitetos, urbanistas e engenheiros civis)
- 5 Especialista 4 (da área de ciências humanas e sociais, tais como sociólogos, antropólogos e cientistas políticos)
- 6 Jornalistas
- 7 Lideranças regionais (Representantes de movimentos sociais, líderes comunitários ou de associações)
- 8 Moradores e cidadãos comuns
- 9 Instituições governamentais (Parlamentares, governadores, deputados, prefeitos, vereadores – ou a instituição a que pertence: prefeitura, câmara, etc)
- 10 Outros (se houver): _____ [escrever] _____

v.11. Caracterização dos atores 2 (*caso o ator seja caracterizado em mais de uma maneira, usar as mesmas categorias da variável anterior*):

ATENÇÃO: Se v.1 for 1 (**Reunião de audiência pública da ALMG**): responder v.12, Se v.1 for 2 (**Matéria de jornal**) pular para v.13.

v.12. Características das falas

- 1 Interrupção do falante
- 2 Participação normal é possível

v.13. Posicionamento:

- 1 **Contra**
- 2 **A favor**
- 3 **Balanceado ou neutro**

v.14. Tipo de argumento 1 [atenção: geralmente os tipos de argumento de 1 a 27 referem-se posicionamentos “contra” a transferência, enquanto os tipos de argumento de 30 a 48 referem-se posicionamentos “a favor”]:

- 1 A região do Calafate tem malha viária adequada à estrutura de bairro residencial, não foi programada para receber um empreendimento que gerará uma demanda de trânsito como um terminal rodoviário.
- 2 Não foram feitos estudos técnicos adequados de impacto que viabilize a rodoviária na região do Calafate.
- 3 Não há espaço físico viável para alocação da rodoviária na região proposta.
- 4 O problema do congestionamento no hipercentro da cidade deve ser resolvido por outros meios como, por exemplo, o metrô ou a melhoria do transporte coletivo.
- 5 A transferência não tem suporte legal para ocorrer.
- 6 Terreno para a construção da Nova Rodoviária é uma parte do Estado (referente à 1/3) e não do Município e uma parte privada.
- 7 A transferência resultará em muitos problemas para o entorno da rodoviária atual, como por exemplo, o comércio que terá queda de vendas e até possíveis falências.
- 8 A transferência não é a solução, pois ainda que vá para o Calafate a demanda de trânsito gerado pela rodoviária continuará passando pelo hipercentro da cidade.
- 9 A transferência para o Calafate trará desvalorização para esta região, sobretudo para os imóveis (que possivelmente terão que conviver com o comércio considerado ruim que acaba por vir junto com a rodoviária, como bordéis, lojas e hotéis de baixo nível e também os mendigos que habitam o entorno da estação).
- 10 A solução estaria na descentralização da rodoviária, com a construção de outros pólos rodoviários construídos considerando as saídas para as principais cidades, o que facilitaria o deslocamento.
- 11 O projeto de transferência não pensa e nem leva em consideração as necessidades das famílias que se encontram na região e que serão afetadas por ele, por isto não pode ocorrer.
- 12 A população em geral não foi ouvida para se pensar em tal projeto.
- 13 O projeto de transferência não se sustenta tecnicamente.
- 14 O problema relacionado ao trânsito é muito maior, mais global, só a transferência da rodoviária não resultaria em um desafogamento de tráfego do hipercentro.
- 15 A construção da Nova Rodoviária no terminal do Calafate (ou distante do hipercentro) traria aspectos negativos que reincidiriam, sobretudo, no bolso do cidadão com passagens mais caras e/ou a dificuldade de integração de um pólo rodoviário a outro, ou a outras regiões.
- 16 O projeto ainda é muito obscuro, assim como sua tramitação, que tem se tornado sigilosa e prejudicial à população, não há definição do ponto exato onde o novo terminal será construído e nem o que seria feito com o atual. Sendo assim, o projeto se torna muito dispendioso e inseguro para o investimento de um particular.
- 17 Os bairros propostos para a mudança da rodoviária são bairros residências consolidados, tanto que essa região foi a primeira a ser ocupada nas primeiras décadas do século XX, portanto, faz parte da história de Belo Horizonte. Fere a

- questão da memória social dos bairros do entorno, Calafate, Prado, Padre Eustáquio, Gameleira, Coração Eucarístico e Nova Suíça.
- 18 Não é a rodoviária que gera o fluxo de trânsito indesejado e com alto volume no centro da capital e suas proximidades, isto é uma dinâmica da própria cidade.
 - 19 A proposta só é defendida pela Prefeitura e pela BHTRANS e essa última, juntamente com o DER parecem não querer discutir o assunto e impor a transferência da nova rodoviária.
 - 20 O projeto não traria nenhum aspecto positivo para a região a cidade ou para a população, só negativos para a região do Calafate (que é residencial), tanto que, estudos de RIMA, RIC e EIA detectaram que a segurança local vai piorar, um aumento do tráfego local e do sistema. Ou seja, a transferência não apresenta justificativas que de fato validem a mudança, sendo a região rejeitada pelos próprios especialistas.
 - 21 Transferir a rodoviária é transferir o problema do trânsito e da rodoviária atual (como a marginalidade, a mendicância) de lugar. Não vai adiantar.
 - 22 O novo prédio da rodoviária a ser construído no Calafate não suportará a demanda existente.
 - 23 Projeto foi baseado em Plano Diretor que é muito antigo (1996) e não foi revisto.
 - 24 Transferência da Rodoviária para o Aeroporto Carlos Prates seria uma solução viável, já que lá já dispõe de espaço e tem boa localização em relação às vias de acesso.
 - 25 A mídia não aborda o real conflito existente, parecendo reduzir a importância da discussão.
 - 26 Únicos beneficiários do projeto da nova rodoviária serão os empresários que lucrarão com a concessão da mesma.
 - 27 Trabalhadores do atual terminal rodoviário (Tergip) não têm garantia de que continuarão empregados depois da licitação e entrega do novo terminal.
 - 28 Grande questão e/ou problema para a transferência se encontra na desapropriação de terrenos para a construção da Nova Rodoviária e/ou das indenizações pagas por esta desapropriação.
 - 29 Questões referente a transição da rodoviária serão analisadas para ver se há aporte jurídico
 - 30 Metrô não vai ser construído junto à nova rodoviária, pois falta verba da União, não sendo uma obra viável no momento.
 - 31 A população deve/será ouvida, até mesmo para buscar alternativas para o projeto da nova rodoviária.
 - 32 O impacto da construção da nova rodoviária será positivo para todos e o trânsito local não sofrerá grandes impactos. Os estudos para mitigar os impactos foram feitos e o Calafate não terá seu trânsito comprometido.
 - 33 Comércio do entorno da nova rodoviária, no bairro Calafate, irá ganhar com a mudança.
 - 34 A rodoviária tem que se adequar aos novos tempos. Com a construção da nova unidade no Bairro Calafate a cidade ganhará um prédio bem mais moderno em termos de infra-estrutura e funcionamento, trazendo mais conforto aos usuários.
 - 35 Os estudos para transferência foram realizados e concebidos para o bairro Calafate, o projeto foi planejado para aquela região em específico (que é considerada estratégica por facilidade de acesso às BRs 381, 262, 040).
 - 36 A rodoviária atual não atende as demandas existentes.

- 37 O projeto da rodoviária no Calafate é condizente com o plano Diretor da Cidade, logo condiz com o interesse público. Desta forma, a população foi ouvida para elaboração de tal projeto.
- 38 Região do Calafate será valorizada com o projeto de transferência (com projetos de urbanização, revitalização e alargamento de algumas ruas). O bairro também vai melhorar em termos de rota de acesso, segurança (com um maior aumento do policiamento local) e economia.
- 39 Os impactos de trânsito na região serão mitigados pela instalação do metrô na região, que será construído junto à nova rodoviária, permitindo a ligação entre as estações.
- 40 O projeto de transferência está embasado suporte legal.
- 41 Mudança é benéfica para o passageiro que contará com facilidade de pegar outros meios de transporte como ônibus ou metrô.
- 42 Descentralização da rodoviária só faz sentido quando houver demanda real por isto.
- 43 Descentralização da rodoviária dificultaria a administração dos pólos e a integração entre eles e com outros meios. A arrecadação que se tem hoje não seria suficiente economicamente para mantê-las descentralizadas.
- 44 Rodoviária atual não condiz com projeto de revitalização do centro.
- 45 A resistência à mudança, ao novo é algo natural. Na medida em que as pessoas conhecerem o projeto ela tende a diminuir.
- 46 Construção da nova rodoviária ajudará a desafogar o fluxo de trânsito do hipercentro.
- 47 A construção da nova rodoviária faria parte de um jogo político.
- 48 Não haverá problema na transferência para a região do Calafate porque a maior parte das pessoas que chegam/saem do terminal rodoviário pertencem à região metropolitana.
- 49 Outros: _____[especificar]_____

v.15. Tipo de argumento 2 (caso haja mais de UM argumento presente no proferimento, usar as mesmas categorias da variável anterior):

v.16. Tipo de argumento 3 (caso haja mais de DOIS argumentos presentes no proferimento, usar as mesmas categorias da variável anterior):

v.17. Tipos de razões utilizadas

- 0 Que não fazem nenhuma referência explícita a grupos ou ao “bem comum” de forma geral
- 1 Que fazem uso do “bem comum” enquanto/para um grupo de interesse
- 2 Que fazem uso do bem comum em termos utilitários, a melhor solução para um maior número de pessoas
- 3 Que fazem uso de razões altruístas

v.18. Razões podem ser classificadas como

- 1 Fazem uso de argumentos técnicos (sobretudo ligados às questões de trânsito/transporte e legalidade do projeto, tramitação e etc.)

- 2 Fazem uso de argumentos que não são racionalizados tecnicamente, que apelem a valores morais, éticos ou questões sociais
- 3 Fazem um balanceamento entre o técnico e o social

v.19. Níveis de justificação

- 0 Sem justificação**
- 1 Justificação inferior**
- 2 Justificação qualificada**
- 3 Justificação sofisticada**

v.20. Reciprocidade

- 0 Contra-argumentos ignorados**
- 1 Contra-argumentos incluídos, mas depreciados ou refutados**
- 2 Contra-argumentos incluídos, mas neutros**
- 3 Contra-argumentos incluídos e valorizados**

ATENÇÃO: Se v.1 for 1 (Reunião de audiência pública da ALMG): responder v.21, Se v.1 for 2 (Matéria de jornal) pular para v.22.

v.21. Continuidade de fala

- 0 – Argumento apresentado por outro participante não é retomado e incluído no proferimento do falante
- 1 – Argumento apresentado pelo próprio falante é retomado posteriormente e incluído no proferimento atual.
- 2 – Argumento apresentado por outro participante é retomado e incluído no proferimento em termos de concordância pelo falante

v.22. Observações (caso necessário)

--